



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - CAMPUS SÃO BORJA

CIÊNCIAS HUMANAS - LICENCIATURA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

SÃO BORJA, abril de 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA – CAMPUS SÃO BORJA

Reitor: Marco Antônio Fontoura Hansen

Vice-Reitor: Maurício Aires Vieira

Pró-Reitor Graduação: Ricardo Howes Carpes

Diretor do Campus São Borja: Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico do campus de São Borja: Muriel Pinto

Equipe de elaboração deste documento:

- Prof.^a Dr.^a Andrea Becker Narvaes
- Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua
- Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani
- Prof.^a Dr.^a Nola Patrícia Gamalho
- Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
- Prof.^a Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira
- Prof.^a Dr.^a Lauren de Lacerda Nunes
- Prof.^a Dr.^a Yáscara Michele Neves Koga Guindani

Equipe de Colaboração

- Prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira
- Prof.^a Dr.^a Lisianne Pintos Sabedra Ceolin
- Prof. Dr. Sergio Ricardo Gacki
- Leandro Luiz Lied – Técnico em Assuntos Educacionais
- Eufrásia Conceição Ponce Padilha - Assistente em Administração
- Carolina Mariano da Rocha Dornelles Loureiro- Assistente em Administração

Sumário

IDENTIFICAÇÃO.....	4
1 CARACTERIZAÇÃO.....	7
1.1 UNIPAMPA.....	7
1.1.1 A criação da UNIPAMPA.....	7
1.1.2 Concepção de universidade.....	9
1.1.3 Contexto de inserção da UNIPAMPA.....	11
1.1.4 A estrutura da UNIPAMPA.....	12
1.2 REALIDADE REGIONAL.....	19
1.3 JUSTIFICATIVA.....	23
1.3.1 A Educação na Fronteira Oeste e na Região de Missões.....	24
1.3.1.1 A 35ª Coordenadoria de Educação – São Borja.....	25
1.4 LEGISLAÇÃO.....	30
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	37
2.1. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	37
2.1.1 Contextualização/Perfil do Curso.....	37
2.1.1.1 As Ciências Humanas.....	37
2.1.1.2 A formação em Ciências Humanas.....	45
2.1.1.3 Atuação profissional e mercado de trabalho.....	48
2.1.2 Objetivos.....	50
2.1.2.1 Objetivo Geral.....	50
2.1.2.2 Objetivos Específicos.....	51
2.1.3 Perfil do Egresso.....	52
2.2 DADOS DO CURSO.....	53
2.2.1 Administração Acadêmica.....	53
2.2.2 Funcionamento.....	56
2.2.3 Formas de Ingresso.....	58
2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	60
2.3.1 Integralização Curricular.....	62
2.3.1.1 Atividades complementares de graduação.....	63
2.3.1.2 Estágio curricular obrigatório.....	68
2.3.1.3 Prática como Componente Curricular (PCC).....	76
2.3.1.4 Trabalho de Conclusão de Curso.....	78
2.3.1.5 Componentes Curriculares Complementares de Graduação.....	82
2.3.1.6 Da implementação deste Projeto Pedagógico de Curso.....	83
2.4 METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO.....	83
2.4.1 A interdisciplinaridade no curso de Ciências Humanas – Licenciatura.....	86
2.4.2 A avaliação enquanto processo.....	92
2.5 MATRIZ CURRICULAR.....	95
2.5.1 Ementário.....	99
2.6. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....	151
3. RECURSOS.....	157
3.1 CORPO DOCENTE.....	157
3.2 CORPO DISCENTE.....	158
3.3 INFRAESTRUTURA.....	164
4. AVALIAÇÃO DO CURSO.....	165
5. REFERÊNCIAS.....	166

IDENTIFICAÇÃO

1 - UNIVERSIDADE

- **Mantenedora:** Ministério da Educação (MEC)
- **Mantida:** Fundação Universidade Federal do Pampa
- **Lei de Criação:** Lei 11.64011, 11 de janeiro de 2008
- **Publicação:** DOU n. 9, Seção 1, de 14/01/2008, pág. 1
- **Natureza jurídica:** Pública federal
- **Página:** <http://www.unipampa.edu.br>

2 - ENDEREÇO

- Reitoria:

Endereço: Avenida General Osório, n. 900, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: +55 53 3240-5400

E-mail: reitoria@unipampa.edu.br

Página: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/gabinete-da-reitoria>

- Pró-Reitoria de Graduação:

Endereço: Avenida General Osório, n.1139, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: +55 53 3240-5436 (Geral) / +55 53 3240-5400 Ramal 4803 (Gabinete)

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

Página: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/>

- Campus São Borja:

Curso: Ciências Humanas

Endereço: Rua Monsenhor Patrício Petit Jean, 3.295.

Fone: 55 3430 9850

E-mail: saoborja@unipampa.edu.br

Página web:

http://porteiros.unipampa.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

- Dados de Identificação do Curso:

- 1) Área do conhecimento: Ciências Humanas
- 2) Nome: Ciências Humanas - Licenciatura
- 3) Unidade Acadêmica: São Borja
- 4) Grau: Licenciatura
- 5) Titulação: Licenciado (a) em Ciências Humanas
- 6) Turno: Noturno
- 7) Integralização: 10 semestres
- 8) Carga horária total: 3.770 horas
- 9) Número de vagas: 50
- 10) Duração do curso em semestres (mínima e máxima): Mínimo 10 semestres.
Máximo: 20 semestres
- 11) Data de início de funcionamento do curso: 2012
- 12) Contato (Fone e Página *web*):

- **Página web:**

http://porteiros.unipampa.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

- **Fone:** (55) 3430 9850

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta a proposta do curso Ciências Humanas – Licenciatura do campus São Borja, da Universidade Federal do Pampa. Esse curso baseia-se em uma perspectiva interdisciplinar, presencial, pela qual os futuros profissionais poderão qualificar-se a partir da interação com outras ferramentas e conhecimentos oferecidos nos cursos existentes no campus de São Borja. Dessa forma, procura-se complementar a formação de professores(as), pesquisadores (as), e profissionais na área das Ciências Humanas, a qual abrange a História, a Sociologia, a Filosofia e a Geografia. Esse curso, exceto para os casos especiais de aceleração de estudos por excelência de desempenho, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN possui duração de 05 (cinco) anos ou 10 (dez) semestres.

A proposta está estruturada de modo a oferecer uma formação independente, possibilitando diplomação plena. Mas também pode ser tomada como *primeiro ciclo de segundas licenciaturas*, estas de caráter disciplinar, em História, Geografia, Sociologia e Filosofia, visando às dimensões da formação continuada, da complementação de estudos e para uma atuação mais qualificada na Educação Básica. Nesse sentido, o curso propõe o desenvolvimento de uma articulação a partir de uma prática interdisciplinar baseada na transversalidade de temas e propostas de ensino, visando uma formação capacitada para os futuros profissionais da educação.

Ressalta-se, também, a contribuição para o processo de construção e reconstrução da cidadania a partir da análise interdisciplinar, incentivando a formação e a qualificação docente, de grupos de pesquisa e o estabelecimento de convênios e intercâmbios de cooperação científica com instituições nacionais e internacionais. No caso destas últimas, sem dúvida, um passo importante a ser dado, inclusive pela proximidade geográfica, é a construção de “pontes de colaboração institucionais” com universidades da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

Para a efetivação e desenvolvimento desta proposta de Curso interdisciplinar, entretanto, é preciso que haja um olhar especial de todos, desde os docentes dele encarregados, passando pelos pareceristas de suas instâncias de tramitação, até os responsáveis por seu reconhecimento.

Todavia, não se trata aqui de negar as vantagens e conquistas do caminho percorrido até aqui na direção da disciplinaridade e da especialização. Trata-se apenas de reconhecer que, em boa medida, esse avanço tem trazido uma crescente rigidez das estruturas universitárias para acompanhar adequadamente os mais recentes desenvolvimentos mundiais no campo do conhecimento. Não é novidade que, particularmente nas últimas duas décadas, o trabalho científico tem se defrontado com complexidades diversas que exigem ir além das fronteiras disciplinares. Também não é novidade que nas melhores universidades do mundo se encontra hoje um crescimento exponencial de instâncias interdisciplinares, tanto em nível de ensino como de pesquisa.

1 CARACTERIZAÇÃO

1.1 UNIPAMPA

1.1.1 A criação da UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (UNIPAMPA, 2014-2018) a Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade regional. Esta demanda encontrou guarida na política, promovida pelo governo federal, de expansão e renovação das instituições federais de educação superior. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica, a chamada “metade sul do estado do Rio Grande do Sul”, que se apresenta como um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior.

O reconhecimento das condições regionais e a necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade na mencionada região motivaram os

dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma nova instituição federal de ensino superior para a região. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia vinte e sete de julho de dois mil e cinco, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Nesta mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade. Em 22 de novembro de 2005, o consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. Coube à UFSM implantar os *campi* localizados em São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel; à UFPel, coube a implantação dos *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

As instituições tutoras foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da instituição, a saber: no *Campus* Alegrete, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; no *Campus* Bagé, Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês), Licenciatura em Matemática; no *Campus* Caçapava do Sul, Geofísica; no *Campus* Dom Pedrito, Zootecnia; no *Campus* Itaqui, Agronomia; no *Campus* Jaguarão, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) e Pedagogia; no *Campus* Santana do Livramento, Administração; no *Campus* São Borja, Comunicação Social (Jornalismo), Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e Serviço Social; no *Campus* São Gabriel, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; e no *Campus* Uruguaiana, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições tutoras realizaram concursos públicos para docentes e técnico administrativos em educação, além de desenvolverem e

iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Ainda em 2006, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais e com lideranças comunitárias regionais sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640 criou a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A partir de então, a UNIPAMPA passa a existir de forma autônoma em relação às Instituições de Ensino Superior consorciadas para sua implantação. Em janeiro de 2008, foi dada posse à primeira reitoria, que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições tutoras, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa.

1.1.2 Concepção de universidade

A UNIPAMPA, por ser uma universidade pública, garante a abertura aos mais amplos setores da vida social, assumindo pautar suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do

conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.

Na concepção de universidade da UNIPAMPA, fazer educação terá sentido quando essas premissas puderem ser concretizadas nas práticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. Nessa direção, a Universidade não pode ser um espaço meramente reprodutor do saber acumulado pela humanidade, nem tampouco o educando pode ser tomado como um receptor passivo desse saber. Dessa forma, a Universidade precisa ter presente uma concepção contemporânea sobre o conhecimento, como se dá sua construção e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos em seus processos de ensino-aprendizagem.

A UNIPAMPA, desafiada a ser essa universidade, entende o conhecimento como um devir e não como um processo controlável, cujo escopo pareça ser o domínio de conteúdo. Concebe que o conhecimento se faz possível por meio de um complexo de relações e práticas emancipatórias de uma educação pautada na liberdade e autonomia dos sujeitos, na construção de sua identidade e na percepção de habilidades reflexivas que sejam efetivamente transformadoras, intervenientes e fundamentadas.

Tomada como instituição social, a Universidade deve reconhecer em tudo que realiza os seus compromissos éticos. A concepção curricular - que deve refletir escolhas e intencionalidades - se traduz em seus projetos de ensino, suas propostas de extensão e seus temas de pesquisa, balizados por esses compromissos. Deve ser capaz de respeitar a pluralidade de seus discursos e práticas pedagógicas, a partir de amplos diálogos, adotar entendimentos comuns, das noções de disciplinaridade e de interdisciplinaridade, através do qual se reconhece que o conhecimento de um campo do saber nunca é suficiente para compreender a realidade em toda a sua complexidade.

O educando é compreendido como sujeito que vive na e pela comunidade, percebido na sua singularidade e cidadania e reconhecido em sua potencialidade transformadora. Potencial este que vem ao encontro da missão da UNIPAMPA (2013), que por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, busca promover a

educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

1.1.3 Contexto de inserção da UNIPAMPA

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI (2013), a UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais

relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura *multicampi* facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

1.1.4 A estrutura da UNIPAMPA

A Universidade, com organização *multicampi*, tem sede em Bagé e está consolidada em dez municípios, cujos *campi* atuam de forma descentralizada: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (UNIPAMPA, 2013) adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer:

- Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade.

- Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas.

- Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Neste sentido, em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (UNIPAMPA, 2013), a política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

- Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
- Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;

- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- Consideração do discente como sujeito no processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.
- Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação;
- Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional.

Ainda em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional (UNIPAMPA, 2013) e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável;
- Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais;
- Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, por meio do seu PDI (2013) a UNIPAMPA adota os seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;

- Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região;

- Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a Universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão dupla e de troca de saberes. A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;

- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;

- Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos;

- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos;

- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura;

- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

No final do ano de 2015, realizou-se a segunda eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2016, eleições para o segundo mandato dos

dirigentes dos *campi* e coordenadores de cursos. No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos, mais 35 cursos, sendo estes: Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações no *Campus* Alegrete; Música - Licenciatura no *Campus* Bagé; Ciências Exatas - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Mineração, Geologia e Engenharia Ambiental e Sanitária no *Campus* Caçapava do Sul; Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Ciências da Natureza - Licenciatura, Enologia e Educação do Campo - Licenciatura no *Campus* Dom Pedrito; Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia de Agrimensura e Matemática-Licenciatura no *Campus* Itaqui; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, História – Licenciatura, Produção e Política Cultural, Letras Português - Licenciatura (modalidade a distância) no *Campus* Jaguarão; Relações Internacionais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Ciências Econômicas e Direito no *Campus* de Santana do Livramento; Ciências Sociais – Ciência Política, Relações Públicas e Ciências Humanas – Licenciatura no *Campus* São Borja; Biotecnologia no *Campus* São Gabriel; Medicina Veterinária, Educação Física - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Ciências da Natureza- Licenciatura e Medicina no *Campus* Uruguaiana. A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo para a ampliação do acesso ao Ensino Superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade. Atualmente a UNIPAMPA oferece 63 cursos de graduação no formato presencial e 4 no formato de ensino a distância.

Os cursos de graduação e pós-graduação ofertados na UNIPAMPA são:

Campus Alegrete: Graduação- Ciência da Computação; Engenharia Agrícola; Engenharia Civil; Engenharia de Software; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica.

Campus Bagé: Graduação- Engenharia de Alimentos; Engenharia de Computação; Engenharia de Energia; Engenharia de Produção; Engenharia Química;

Física; Letras – Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e respectivas Literaturas; Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Matemática; Música; Química.

Campus Caçapava do Sul: Graduação- Ciências Exatas; Engenharia Ambiental e Sanitária; Geofísica; Geologia; Mineração.

Campus Dom Pedrito: Graduação- Agronegócio; Ciências da Natureza; Educação no Campo; Enologia; Zootecnia

Campus Itaquí: Graduação- Agronomia; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Engenharia de Agrimensura; Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia; Matemática; Nutrição.

Campus Jaguarão: Graduação- Gestão de Turismo; História; Letras Português (EAD/Unipampa); Produção e Política Cultural; Pedagogia; Pedagogia (EAD/UAB); Letras Português Espanhol.

Campus Santana do Livramento: Graduação -Administração; Administração pública (EAD/UAB); Ciências Econômicas; Direito; Gestão Pública; Relações Internacionais.

Campus São Borja: Graduação - Ciências Humanas; Ciências Sociais – Ciências Política; Comunicação Social: Jornalismo; Comunicação Social: Publicidade e Propaganda; Comunicação Social: Relações Públicas; Geografia (EAD/UAB); Serviço Social. 7

Campus São Gabriel: Graduação- Biotecnologia; Ciências Biológicas; Engenharia Florestal; Gestão Ambiental.

Campus Uruguaiana: Graduação - Aquicultura; Medicina; Ciências da Natureza; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Educação Física; Medicina Veterinária.

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, atualmente, na UNIPAMPA, encontra-se em funcionamento 19 (dezenove) programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e 20 (vinte) programas de pós-graduação lato sensu (especialização), nos seus dez *campi*. Os cursos de stricto sensu, são: Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia

Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Campus Bagé: Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Campus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; Campus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação; Campus São Borja: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas; Programa de Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa. Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração; Campus São Gabriel: Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas; Doutorado em Ciências Biológicas; Campus Uruguaiana: Mestrado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado em Ciências Fisiológicas; Doutorado em Bioquímica; Doutorado em Ciências Fisiológicas.

Os cursos ofertados no modo *lato sensu* são: *campus* Alegrete: Especialização em Engenharia Econômica; *campus* Bagé: Especialização em Educação e Diversidade Cultural; Especialização em Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; *campus* Caçapava do Sul: Especialização em Educação Científica e Tecnológica; *campus* Dom Pedrito: Especialização em Produção Animal; Especialização em Agronegócio; Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza, Especialização em Ensino de Ciências na Educação do Campo ; *campus* Itaquí: Especialização em Ciências Exatas e Tecnologia; *campus* Jaguarão: Especialização em Direitos Humanos e Cidadania; Especialização em Ensino de História; Especialização em Gestão Estratégica em Turismo; *campus* Santana do Livramento: Especialização em Gestão Municipal (EaD/UAB); *campus* São Borja: Especialização em Políticas Públicas; Especialização em Atividades Criativas e Culturais; Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar; *campus* Uruguaiana: Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Especialização em Atividade Física e Saúde; Especialização em Neurociência Aplicada à Educação; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

O crescimento da UNIPAMPA pode ser observado através do aumento do

número de matrículas no ensino de graduação, que passou de 1.527 alunos no ano de 2006, para 11.994 no ano de 2018. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos matriculados no ano de 2008 para 1.053 no ano de 2016. Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2008, havia 237 professores e 148 técnicos. No final de 2016, integram a Universidade, 912 docentes e 855 técnicos administrativos.

Em relação ao campus São Borja, sede do curso ofertado, ele está constituído por 67 docentes, 40 técnicos administrativos e 24 servidores terceirizados, de 1033 alunos de graduação e 68 de pós-graduação. Na graduação, oferece os cursos de Ciências Humanas - Licenciatura; Ciências Sociais – Ciência Política, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Relações Públicas e Serviço social, Geografia – Licenciatura (modalidade EaD). Na pós-graduação oferta dois mestrados profissionais: Políticas Públicas e Indústria Criativa.

1.2 REALIDADE REGIONAL

O município de São Borja tem a sua origem no município de Rio Pardo criado pela Resolução do Presidente da Província em Conselho em 11 de março de 1833 quando passou a pertencer em definitivo ao Império Brasileiro, pois antes desta data, pertenceu a Coroa Espanhola, fazendo parte das reduções jesuíticas, compondo o denominado Sete Povos das Missões.

O município de São Borja, pertence ao Conselho de Desenvolvimento Regional - Corede fronteira oeste - e possui 61.671 habitantes, com uma área de 3.616,0 Km² e uma densidade populacional de 17,4 hab/Km² ¹ Esses dados indicam um grande vazio populacional para uma área significativa e a população concentrada na área urbana. Essa situação é decorrente de um longo processo de concentração de terras que nos

¹ Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja> Acesso em: 07 dez. 2017.

remonta ao século XIX e a um modelo econômico concentrador na pecuária extensiva, passando nas décadas de 70 e 80 do século XX para a produção extensiva do arroz, ou seja, mudou a matriz produtiva, mas permaneceu a grande propriedade na base da produção.

Nesse mesmo sentido, alguns indicadores econômicos corroboram e reforçam esta situação. Em 2014, o Produto Interno Bruto, preço de mercado- PIBpm - foi de R\$1.504713,05, o Produto Interno Bruto – PIB - per capita, em 2014 foi de R\$ 23.850,64 e as exportações totais do município em 2014 somaram U\$ U\$ FOB 522.397.² Outro indicador que converge nessa mesma direção é o referente à produção do arroz no município. O município de São Borja, conforme a divisão do Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA – pertence à Regional Fronteira Oeste. Na safra do arroz de 2015/2016 no município a área cultivada foi de 41.964 ha, sendo que a produtividade por 5.466 kg/ha e a produção total foi de 262552 t. Essa produção do município de São Borja corresponde a 12,53% da produção da Regional Fronteira Oeste.³

Os indicadores sociais também nos dizem nas suas entrelinhas sobre essa concentração econômica. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,51% em 2010 e o coeficiente de mortalidade infantil em 2014 foi de 16,33% por mil nascidos vivos. Esses indicativos nos dizem da persistência de condições precárias, principalmente ao acesso a saúde, apesar da expectativa de vida ao nascer em 2010, conforme o último senso, ter chegado a 76,61 anos.⁴

Em âmbito regional, essa realidade sócio-político-cultural de São Borja se vê agravada por uma realidade econômica também comum a toda uma região chamada de “Metade Sul do Estado”, que, em termos econômicos, acaba significando “a metade mais pobre” do Rio Grande do Sul.

²Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja> Acesso em: 07 dez. 2017.

³ Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA http://www.irga.rs.gov.br/upload/20140903105722produtividade_municipios_safra_13_14_versao_final.pdf Acesso em 16/12/2014.

⁴Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja> Acesso em 16/12/2014, às 13:14.

Estudos comparativos entre a fronteira e a região central do Estado do Rio Grande do Sul realizados por Guindani et al (2017) contribuem para percebermos uma assimetria sócio econômica entre os municípios que compõem estas duas regiões.

Os autores investigaram a relação entre a realidade socioeconômica e o rendimento escolar dos alunos, a partir de uma comparação entre dois grupos de municípios. O primeiro grupo é composto por municípios localizados na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, pertencentes a 35ª e 10ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e o segundo grupo, composto por municípios localizados na região central e serrana do Estado mais próximos à capital, pertencentes à 4ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação). O quadro abaixo representa esses indicadores de cada município.

Quadro 01 - Indicadores socioeconômicos e educacionais dos municípios da fronteira oeste e região central/serrana do Estado do Rio Grande do Sul⁵

CRE – Coordenadoria Regional de Educação	Município	População (Censo 2010)	Crescimento anual da população 2000 – 2010 (%)	IDE B 2011 ⁶	IDH (2000)	Percentual de indigência e pobreza (2010)	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (2000)
35ª (Fronteira)	Capão do Cipó	3.107	0,00	3,6	Não disponível	22.5	Não disponível
	Itacurubi	3.441	-0,18	2,9	0,770	20.0	58.0
	Maçambará	4.742	-0,60	2,8	0,743	14,8	71.1
	São Borja	61.662	-0,51	3,6	0,798	9.7	65.1
	Garruchos	3.233	-1,27	4,5	0,715	20.5	58.8
	Unistalda	2.453	-0,75	5,0	0,746	22.5	61.5
	Santiago	49.082	-0,60	4,2	0,816	7.3	61.2
10ª (Fronteira)	Alegrete	77.673	-0,82	3,8	0,793	9.9	64.2
	Barra do Quaraí	4.016	0,33	4,0	0,777	26.6	65.8
	Itaqui	38.166	-0,41	3,5	0,801	12.7	64.0
	Manoel Viana	7.074	0,11	3,8	0,754	14.6	63.3
	Uruguaiana	125.507	-0,11	3,8	0,788	13.3	64.8
4ª (Serra/centro)	Antônio Prado	12.837	-0,06	3,7	0,841	1.2	55.1
	Cambará do Sul	6.545	-0,44	3,9	0,760	5.8	56.5
	Canela	39.238	1,56	4,1	0,818	6.4	57.2

⁵Os indicadores foram extraídos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2013) que sistematizou os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério da Educação.

⁶Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (BRASIL, 2013) referente ao 9º ano das escolas públicas dos referidos municípios em análise.

Caxias do Sul	435.482	1,91	4,5	0,857	2,4	55,8
Farroupilha	63.641	1,41	5,2	0,844	2,1	53,3
Flores da Cunha	27.135	1,37	4,9	0,839	1,6	51,7
Gramado	32.300	1,23	4,5	0,841	3,1	54,1
Jaquirana	4.177	-1,41	2,8	0,734	21,0	54,4
Nova Pádua	2.445	0,20	4,6	0,832	0,3	51,0
Nova Petrópolis	19.058	1,21	5,0	0,847	2,4	53,5
Nova Roma do Sul	3.347	0,99	4,4	0,830	1,2	6,0
Picada Café	5.182	1,04	5,8	0,819	2,1	7,4
S. Francisco de Paula	20.540	0,41	4,1	0,757	8,4	58,9
São Marcos	20.105	0,59	4,4	0,843	1,7	54,2

Fonte: GUINDANI, E. et all, 2017.

Numa primeira análise dos indicadores educacionais, é possível perceber que há uma clara relação entre a educação e os indicadores socioeconômicos. Dentre os dez municípios com os piores IDEBs (entre 2,8 e 3,8) oito possuem os IDHs na casa dos 0,7. Dentre os dez municípios com os melhores IDEBs (entre 4,4 e 5,8) oito possuem os melhores IDHs, na casa dos 0,8. Dos dez municípios com o maior índice de indigentes e pobres, seis deles também possuem os menores IDEBs. Dentre os dez municípios com maiores índices de concentração de renda, sete deles estão entre os dez com menores IDEBs. Já dentre os cinco municípios com os menores índices de concentração de renda, quatro municípios estão dentre os dez melhores IDEBs. Todas essas análises nos levam a concluir que melhores níveis de distribuição de renda e menores índices de pobreza correspondem a melhores índices educacionais, e os baixos índices educacionais correspondem a baixos índices socioeconômicos e de qualidade de vida.

Numa análise comparativa entre as regiões (fronteira e serra/centro) são possíveis vários apontamentos. O primeiro deles refere-se aos IDEBs, em que a média dos municípios da fronteira alcança o índice de 3,79, já na região central e serrana esta média sobe para 4,42. Com relação ao crescimento anual da população, dos doze municípios da fronteira, dez deles apresentam um decréscimo populacional. Por outro lado, dentre os quatorze municípios da região serrana/central, apenas três apontam um decréscimo. Com relação ao IDH, na região da fronteira, apenas dois municípios possuem um índice que ultrapasse a casa dos 0,7. Já na região serrana/central, apenas

três estão na casa dos 0,7, estando todos os demais acima de 0,8. Com relação ao percentual de indigência e pobreza, na região da fronteira, dos doze municípios, onze deles possuem mais de 9% de pobres e indigentes dentre sua população, já na região serrana e central, apenas um município (dentre os catorze) possui mais de 9% de pobres e indigentes.

Diante desse contexto econômico e social, o curso de Ciências Humanas – Licenciatura, implantado na UNIPAMPA, no ano de 2012, no campus de São Borja, tem redobrada a sua responsabilidade com a construção de alternativas e a formação de profissionais imbuídos da necessidade de auxiliar na reversão de um quadro bastante problemático. Insere-se nessa tarefa, a formação de cidadãos capazes de se mobilizarem e de recobrem a confiança no futuro da sociedade humana, sem perder de vista as limitações que o contexto impõe, na tentativa de superá-los de forma ativa, racional e democrática.

1.3 JUSTIFICATIVA

A UNIPAMPA tem uma estrutura composta por 10 *campi*, cada um voltado para uma grande área do conhecimento. Isto facilita e otimiza a distribuição dos recursos humanos da universidade, pois concentra em um mesmo lugar professores pesquisadores com perfis semelhantes e diferenciados. Os *campi* estão localizados nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste. São eles: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana.

No campus São Borja estão concentrados os cursos na área das Ciências Sociais Aplicadas: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social e nas Ciências Humanas os cursos de Ciência Sociais–Ciência Política e Ciências Humanas – Licenciatura. A Universidade Federal do Pampa foi criada pelo Governo Federal, para viabilizar o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A expansão da educação pública superior com a criação da Universidade Federal

do Pampa, além de concretizar uma antiga aspiração da população, possibilita que a juventude tenha uma alternativa viável de estudos, permanecendo em sua região de origem, qualificando-se e impulsionando o progresso de sua região, formando concomitantemente mão-de-obra qualificada e aumentando a autoestima de seus habitantes.

O campus de São Borja da UNIPAMPA tem um papel fundamental na formação profissional e acadêmica, atendendo as diversas necessidades e demandas da sociedade. O curso de Ciências Humanas – Licenciatura promove uma formação qualificada diante dos desafios que são impostos pela sociedade contemporânea, pois é o primeiro curso deste tipo em âmbito estadual, beneficiando não só a cidade, mas também toda a metade sul do estado do Rio Grande do Sul. O curso de Ciências Humanas – Licenciatura também contribuiu para a formação qualificada dos discentes, através do ensino, pesquisa e extensão, com ações efetivas, o conhecimento como propulsor de mudanças.

Do ponto de vista institucional o Curso de Ciências Humanas – Licenciatura, de formação inicial de professores, com uma proposta interdisciplinar, é primeiro do gênero na Universidade Federal Brasileira, no século XXI.

Dessa forma, o curso de Ciências Humanas – Licenciatura atende e materializa o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – que prevê a consolidação do processo de implantação da universidade, através de Cursos de Graduação que articulem o ensino a pesquisa e a extensão como instrumentos e ações para o desenvolvimento local e regional.

1.3.1 A Educação na Fronteira Oeste e na Região de Missões

O ensino no Brasil está distribuído pela rede pública municipal, estadual, federal e na rede privada, o qual, de acordo com a LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996) abrange os níveis: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio); e Educação Superior.

No Rio Grande do Sul, o Ensino Fundamental - Séries Iniciais e Séries Finais - é de responsabilidade dos municípios. A rede pública de ensino estadual, por sua vez, além de englobar o Ensino Fundamental, também abrange o Ensino Médio, tendo a sua estrutura administrativa e pedagógica, centralizada na Secretaria de Educação do Estado, articulada com as diversas Coordenadorias de Educação, distribuídas pelo Rio Grande do Sul.

A Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, em seu organograma institucional, está composta por trinta Coordenadorias Regionais de Educação – CRE. Na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, temos a 10ª, a 32ª e a 35ª Coordenadoria Regional de Educação. A cidade de São Borja é sede da 35ª Coordenadoria de Educação, abrangendo os seguintes municípios: São Borja, (sede) Capão do Cipó, Garruchos, Itacurubi, Maçambará, Santiago e Unistalda.⁷

O curso de Ciências Humanas – Licenciatura, campus de São Borja, além de sua localização estratégica, atende as demandas de profissionais das áreas de Ciências Humanas e Sociais de uma vasta área e se constitui num polo permanente, no que diz respeito à formação inicial e a capacitação continuada dos professores para a rede pública municipal e estadual. Os dados a serem apresentados abaixo, referentes à educação na fronteira oeste e missões, vão ao encontro das considerações iniciais neste parágrafo e reafirmam a importância e a necessidade da referida licenciatura, pois existe um número expressivo de alunos e uma carência de profissionais, como demonstraremos.

1.3.1.1 A 35ª Coordenadoria de Educação – São Borja

À 35ª Coordenadoria Regional de Educação está vinculado, nos aspectos administrativo, funcional e pedagógico, um conjunto de escolas que atendem a Educação infantil, o Ensino Fundamental, Ensino Médio Politécnico, Educação de

⁷<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/dp.jsp?ACAO=acao1>

Jovens e Adultos(Ensino Fundamental), Educação de Jovens e Adultos(Ensino Médio) e Cursos Técnicos.

No município de Capão do Cipó temos a Escola Estadual de Ensino M. Macedo B. do Nascimento, a Escola Estadual Ensino Fundamental Roseli Correa da Silva e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Chico Mendes; no município de Garruchos a Escola Estadual de Educação Básica Evaristo Afonso de Castro.

No município de Itacurubi temos a Escola Estadual de Ensino Médio Vicente Goulart e no município de Maçambará, Escola Estadual Técnica Encruzilhada e Instituto Estadual Aníbal Benévolo.

No município de Santiago, o Colégio Estadual Cristóvão Pereira, o Instituto Estadual Educação Professor Isaías, o Colégio Estadual Monsenhor Assis, a Escola Estadual de Ensino Médio Thomás Fortes, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Lucas Araújo de Oliveira, o Colégio Estadual Apolinário Porto Alegre, a Escola Estadual de Ensino Fundamental João Eduardo W. Schmitz, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Cândido Genro, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Moisés Viana, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Serafim Rosa, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Primo Pozzatto, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Alceu Carvalho, a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Vila Branca e a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Boqueirão.

No município de São Borja, o Colégio Estadual São Borja CESB, o Instituto Estadual Arnaldo Matter, a Escola Estadual Técnica Olavo Bilac, o Colégio Estadual Getúlio Vargas, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Viriato Vargas, a Escola Estadual Ensino Fundamental João Goulart, o Instituto de Educação Padre Francisco Garcia, a Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário, a Escola Estadual de Ensino Médio Apparicio Silva Rillo, a Escola Estadual de Ensino Médio Militina Pereira Alvarez, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Tusnelda Lima Barbosa, a Escola Estadual de Ensino Médio Timbaúva e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Franco Baglioni. E, no município de Unistalda, a Escola Estadual de Ensino Médio João Aquino.

Desse conjunto de escolas estaduais pertencentes à 35ª Coordenadoria de Educação é preciso destacar também que os municípios são responsáveis exclusivamente pela Educação Básica, - Educação Infantil e o Ensino Fundamental- assim, por exemplo: no município de São Borja temos as seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Olinto Dornelles, Escola Municipal de Ensino Fundamental Osvaldina Batista da Silva, Escola Municipal de Ensino Fundamental Ivai, Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, Escola de Ensino Fundamental Liôncio Silvio Pereira Aquino, Escola Municipal de Ensino Fundamental Ordália Machado, Colégio Sagrado Coração de Jesus e Escola Municipal de Ensino Fundamental São Judas Tadeu.

A partir desse universo expressivo de escolas estaduais, sob a gestão da 35ª Coordenadoria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Borja apresentamos abaixo alguns dados educacionais da cidade de São Borja extraídos do último censo escolar (INEP, 2016). Os dados correspondem ao ano de 2015 do Ensino Fundamental:

Quadro 02 - Dados educacionais da cidade de São Borja extraídos do último censo escolar

ESCOLA	Ideb	Média de alunos por turma	Taxa de distorção idade/série	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
Estado RS	4,3	19,8	32	81	17	2,0
C.E Getúlio Vargas	4,1	24,0	18,3	84,9	14,4	0,7
C.E São Borja – CESB	4,5	24,5	6,3	97,4	2,4	0,2
EEEF João Goulart	2,8	16,4	32,4	75,9	22,4	1,7
EEEF Tusnelda Lima Barbosa	3,8	14,6	32,5	93,1	6,5	0,4
EEEF Viriato Vargas	**	17,9	29,6	78,9	20,2	0,9
EEEM Apparício Silva Rillo	4,8	16,6	30,1	92,3	7,7	0,0
EET Olavo Bilac	3,5	24,9	23,3	79,7	20,0	0,3
EEEM Tricentenário	3,8	19,1	21,2	85,9	14,1	0,0
IE Arnaldo Matter	2,2	22,7	37,7	66,2	33,1	0,7
IE Padre Francisco Garcia	3,6	21,7	26,0	82,4	17,6	0,0
EMEF Ubaldo Sorrilha da Costa	**	18,1	21,5	87,3	12,4	0,3
EMEF Duque de Caxias	4,0	18,3	23,1	92,3	6,7	1,0
EMEF Sagrado Coração de Jesus	4,3	19,6	9,9	90,8	9,2	0,0
EMEF Vicente Goulart	*	16,6	54,7	73,0	10,5	16,5

Fonte: GUINDANI, E. et all, 2016.

* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

*** Calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, é possível observar que das 11 escolas que apresentam Ideb 08 estão abaixo da média estadual. Também cabe observar que as escolas com Ideb superior a 4,0 localizam-se na região central da cidade. Com relação à taxa de abandono, apenas uma escola está acima da média estadual, se destacando inclusive das demais. Quanto à taxa de distorção idade/série, observa-se que as escolas da região central possuem menores índices em relação às escolas periféricas da cidade.

Além dessa realidade, outra merece destaque - o perfil dos profissionais da área de Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) que atuam no Ensino Médio e Fundamental no município de São Borja. Em pesquisa realizada no ano de 2016 (GUINDANI ET ALL, 2016) verificou-se o perfil dos professores de Ciências Humanas. Os resultados desta pesquisa nos ajudam a perceber a relação entre habilitação e atuação docente conforme se demonstra abaixo:

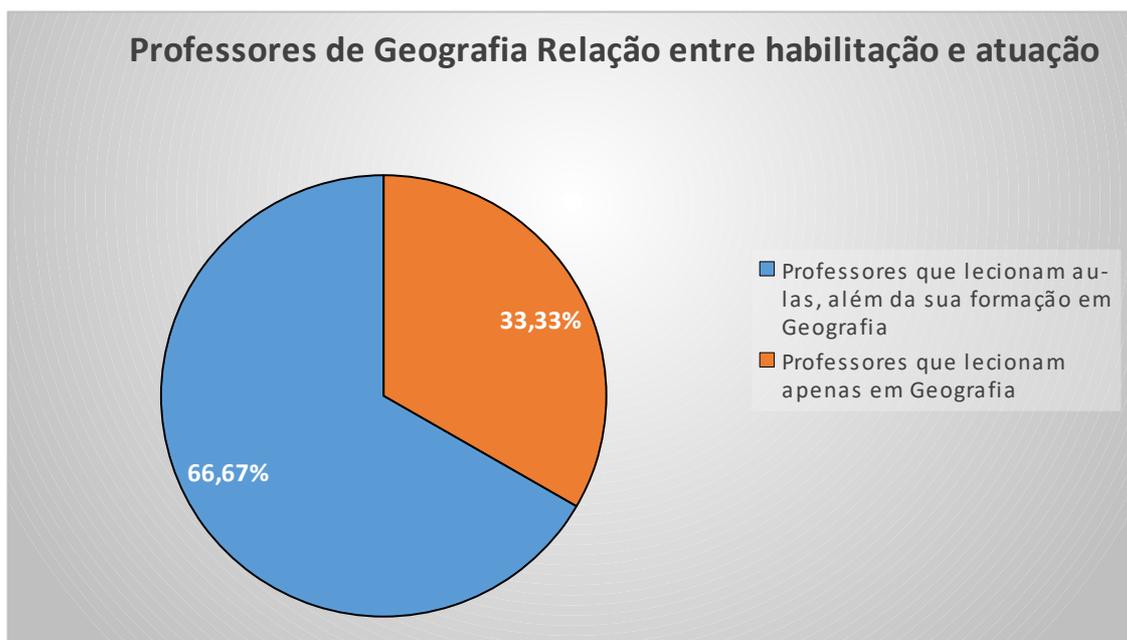
Gráfico 01 – Professores de História



Fonte: Guindani et all (2016).

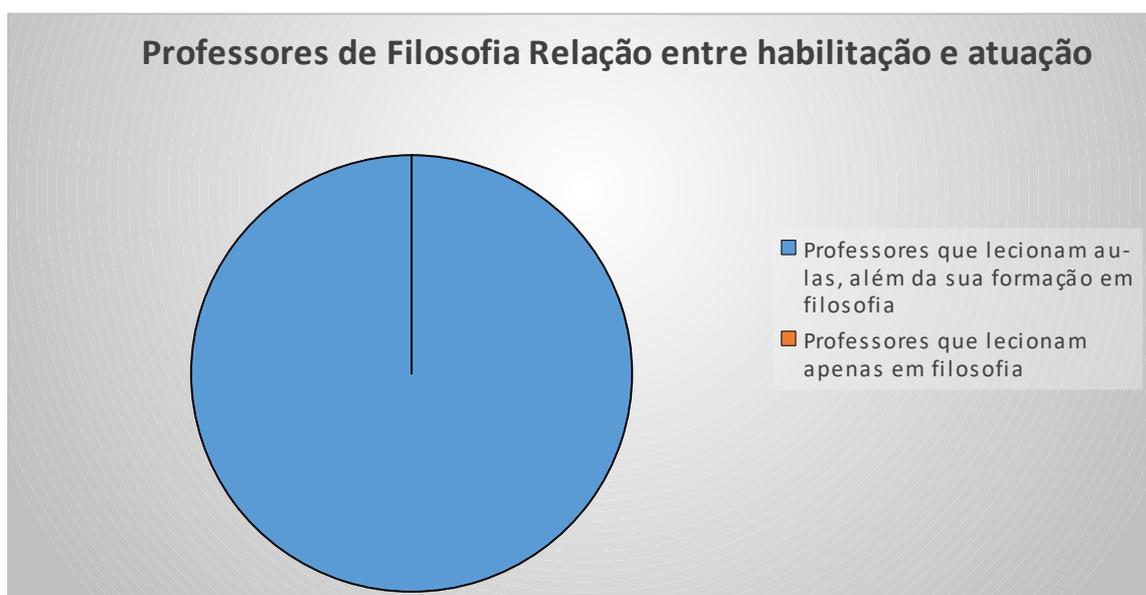
No gráfico 01 é possível observar que a maioria dos professores que atuam em História também atuam em outras áreas, o que observa-se também com os professores de Geografia, conforme aponta o Gráfico 02:

Gráfico 2 – Professores de Geografia



Fonte: Guindani et all (2016).

Gráfico 03 – Professores de Filosofia



Fonte: Guindani et all (2016).

Com relação aos professores de Filosofia, todos atuam também em outras áreas, o que aponta a necessidade de uma formação interdisciplinar para esses docentes.

Gráfico 4 – Professores de Sociologia



Fonte: Guindani et all (2016).

Dos professores de Sociologia, a grande maioria também atua em outra área. Constata-se assim, a necessidade de formação de profissionais, na área de educação, com uma formação interdisciplinar nas Ciências Humanas, preocupados com a análise e compreensão da sociedade e dos indivíduos, que contribuam para a construção da cidadania civil, política e social, ou seja, estejam preparados para realizarem as ações transformadoras, tendo no contexto educacional, o principal alicerce.

1.4 LEGISLAÇÃO

A Licenciatura, a formação inicial de professores, é um elo significativo entre a Universidade e a comunidade local e regional, do Ensino Superior com os demais níveis de ensino. O Curso de Ciências Humanas – Licenciatura – é mediador desse processo, do diálogo entre o teórico e o empírico, na formação inicial e a prática docente numa perspectiva interdisciplinar entre a História, a Filosofia, a Sociologia e a Geografia.

A proposta de um curso de licenciatura interdisciplinar, levando em consideração as competências, de caráter inovador como este que ora se apresenta, está fundamentada legalmente no disposto pelas seguintes normas constitucionais e títulos legais:

- **A Constituição Federal (1988):** No seu artigo 207 menciona a autonomia da universidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

- **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9.394/96):** “Art. 62”. Versa sobre a formação de docentes para atuar na educação básica

- **A Lei 13.005, de junho de 2014:** A referida Lei aprova o Plano Nacional de Educação com diretrizes para a educação nos próximos dez anos.

- **Pareceres do CNE N° 776/97 e N° 583/2001:** orientam para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, ressaltando a questão da flexibilidade na organização dos cursos e inter-relação entre teoria e prática.

- **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005,** que regulamenta, por sua vez, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, será oferecida ao graduando em Ciências Humanas, o componente curricular de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais). Este instrumento, como apontado pela supracitada legislação, é fundamental para a preparação do graduando que terá como um dos campos de trabalho, a educação, em seus variados níveis. Nesta perspectiva, há também, o Decreto 5.296/2004 que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

- **A Lei nº 10.639/2003,** que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;

- **Lei nº 11.645/2008** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- **Parecer CNE/CP nº 08/2012** e a **Resolução nº 01/2012**, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

- **Parecer CNE/CES 492/2001**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;

- **Lei nº 11.788/2008**, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes;

- **Resolução nº 20/2010**: Dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição;

- **Lei nº 9.795/1999**, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/02, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/199; e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- **Lei nº 12.796/2013**, a qual altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências;
- **Lei nº 10.861/2004**, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências;
- **Lei nº 12.605/2012**, a qual determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas;
- **Resolução CNE/CP nº 02/2002**, que institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores;
- **Resolução nº 05/2010**: Regimento Geral da UNIPAMPA;
- **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- **Parecer CNE/CP nº 9/2007**, aprovado em 5 de dezembro de 2007 Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica
- **Resolução nº 29/11**, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;
- **Resolução CONAES nº 01/2010**, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;

- **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

- Resolução CNE/CES nº 14**, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia;

- Resolução CNE/CES Nº13**, de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História;

- Resolução CNE/CEB nº 04/2010**, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

- Decreto nº 6.949/2009**, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

- Decreto nº 7.611/2011**, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;

- Lei nº12.764/2012**, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista;

- Lei nº13.146/2015**, que institui o Estatuto da pessoa com deficiência;

- Portaria nº 1.134/2016**, a qual dispõe sobre oferta na modalidade semipresencial;

- Decreto nº5.622/2005**, art. 4º, inciso II, §2º, sobre a prevalência da Avaliação presencial de EAD;

- **Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA (2014-2018)**;

A implantação de um curso de Ciências Humanas – Licenciatura na UNIPAMPA, Campus de São Borja, se faz necessária para suprir a formação de profissionais que ainda se encontram em outros níveis de formação ou, por outra via, que têm formação diversa da sua área de atuação.

Nesse sentido, vale lembrar ainda o Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Art.2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a **implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos**, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - **revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;** (grifos nossos).

Outro elemento que deve ser levado em consideração e que corrobora para a instalação do curso de Ciências Humanas – Licenciatura na UNIPAMPA – São Borja, é o fato que, desde 1998, com a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs pelo Ministério da Educação, passando pelos PCN, de 2002, houve uma forte tendência em desenvolver plataformas de ensino concentradas na grande área das Ciências Humanas as disciplinas de História, Sociologia, Filosofia e Geografia. Dessa forma, e como foi mencionado anteriormente, procurou-se articular melhor os conteúdos antes tratados separadamente, para desenvolver competências num projeto que estivesse em consonância com um novo plano para a educação. Dessa forma, o MEC também busca, por meio do ENEM, “orientar a reorganização dos currículos do ensino médio brasileiro, dando assim consequência às diretrizes curriculares de 1998.” (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 10)

Reforçando seu compromisso com tais linhas de desenvolvimento da educação no Brasil, em setembro de 2009, o Ministério da Educação publicou um “Documento orientador” do programa Ensino Médio Inovador. Neste, ficam claras as intenções de

tratar de forma diferenciada a formulação do processo de ensino-aprendizagem, registrando-se que:

Propõe-se, dentro de um processo dinâmico, participativo e contínuo, estimular novas formas de organização das disciplinas articuladas com atividades integradoras, a partir das inter-relações existentes entre os eixos constituintes do ensino médio, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. (BRASIL, 2009, p. 7)

Nesse sentido, a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2009, lançou mão do projeto “Lições do Rio Grande”. Esse projeto, baseado na confecção e distribuição de fascículos com referências curriculares para alunos das séries finais do Ensino Fundamental e dos três anos do Ensino Médio, além de um caderno desenvolvido para os professores da rede pública de ensino, também apresenta o tratamento dos currículos das disciplinas acima referidas como parte da área das Ciências Humanas. Para isso, os referenciais curriculares deixam claro que os dois princípios básicos para desenvolver os conteúdos, a compreensão e a devida transversalidade dos temas são: a aprendizagem em contexto e a interdisciplinaridade.

Como apontado por Guiomar Namó de Mello, no quinto volume do Referencial Curricular Lições do Rio Grande – Ciências Humanas e suas Tecnologias (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 24):

A melhor interdisciplinaridade é a que se dá por transbordamento, ou seja, é o domínio profundo e consolidado de uma disciplina que torna claras suas fronteiras e suas “incursões” nas fronteiras de outras disciplinas ou saberes. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar não impede e, ao contrário, pode requerer que uma vez tratado o objeto de perspectivas disciplinares distintas, se promova o movimento ao contrário, sistematizando em nível disciplinar os conhecimentos constituídos interdisciplinarmente.

Assim, tomando como base a ideia supracitada, torna-se fundamental a construção de um espaço no qual as fronteiras das disciplinas, ao mesmo tempo que identificadas, possam ser “transbordadas”, permitindo que os educadores a serem formados possam ter instrumentos capazes de inseri-los nas necessidades e tendências apresentadas pelo processo de amadurecimento da educação brasileira e sul-rio-grandense.

Além das exigências da legislação supracitada e dos projetos vigentes no sistema educacional estadual, que favorecem a implantação de uma licenciatura interdisciplinar em Ciências Humanas, a existência de outros cursos voltados para a área das Ciências Sociais, como Ciências Sociais - Ciência Política, ou mesmo dos cursos voltados para a Comunicação Social, já instalados no Campus São Borja, proporcionam a possibilidade de um diálogo interdisciplinar e transdisciplinar constante entre os cursos. Isso, conseqüentemente, permite-nos vislumbrar também as possibilidades do desenvolvimento de pesquisas conjuntas acerca da realidade social, não apenas da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, mas de toda uma extensa região que engloba territórios do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Essa potencialidade de formação de docentes na educação básica e ensino médio poderão ser complementados com a possível oferta de uma segunda licenciatura a partir da necessidade da região e de acordo com a Comissão de Curso, Comissão Local de Ensino, Comissão Superior de Ensino e Conselho Universitário.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1.1 Contextualização/Perfil do Curso

2.1.1.1 As Ciências Humanas

Do ponto de vista técnico, todo e qualquer conhecimento produzido pela humanidade caracteriza-se como uma “ciência humana”, mas a expressão “Ciências Humanas” refere-se àqueles campos de conhecimento, tidos também como “ciências”, que têm o ser humano como seu objeto de estudo, ou então, como seu foco.

Portanto, as Ciências Humanas, compostas por um imenso leque de conhecimentos que abarcam desde a História até a Psicologia, passando pela Filosofia, Sociologia e a Geografia, compõem um arcabouço teórico que tem como objetivo

analisar o(s) homem(s) em sua complexidade, nas relações que mantêm entre si e consigo mesmos. Nesse sentido, o curso visa a formação de profissionais que contribuam para uma área na qual há um considerável déficit na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

A Universidade constrói seu perfil institucional com a diversidade e o relacionamento de áreas de conhecimento que promovem a socialização e a produção do saber científico, das tecnologias, dos métodos e dos outros saberes e expressões culturais. Na realização da formação acadêmica, a Universidade deve orientar-se pelo princípio da indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, criando uma nova relação teoria/prática e universidade/sociedade.

Desse modo, a UNIPAMPA pretende realizar uma formação humana e profissional crítica, emancipada e ética, com sólida base científica e cultural, capaz de promover, assim, a compreensão e a análise da realidade, construindo uma nova sociedade e uma nova qualidade de vida humana. Conseqüentemente, a formação exigirá sempre da Universidade um compromisso efetivo com a seleção crítica e ética das competências humanas, pessoais, profissionais, e dos conhecimentos científicos e culturais, diante de interesses e valores conflitantes, optando pelo desenvolvimento de uma sociedade e de grupos socialmente conscientes e emancipados. Exigirá também, um contexto investigativo que favoreça a formação crítica e a integração de campos de conhecimento científico e de outros saberes culturais, bem como a relação harmoniosa da teoria e da prática e a percepção da ciência como construção social.

Por esta lógica, o Curso encontra-se constituído e ministrado a partir dos princípios e elementos, axiais na fundamentação teórica e na orientação prático-pedagógica que, a seguir, se encontram desenvolvidos.

a) Simetria invertida

Esta formação ocorre na posição similar em que estão os discentes como futuros docentes, mas no exercício da docência de forma efetiva não estarão na condição de

aprendizes. Essa formação demanda consistência e coerência entre o que é oferecido e a prática que se deseja do futuro docente de educação Básica.

A compreensão desse fato evidencia a necessidade de que o futuro professor experiencie, como estudante, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende venham a ser concretizados nas suas práticas pedagógicas. Nesta perspectiva, destaca-se a importância do projeto pedagógico do curso de formação na criação do ambiente indispensável para que o futuro professor aprenda as práticas de construção coletiva da proposta pedagógica da escola onde virá a atuar. (BRASIL, 2001, p.30)

Esse conceito expressa, a ideia de uma formação “crítica e reflexiva”, significando o processo pelo qual o estudante se apropria dos saberes e fazeres que lhe estejam sendo oferecidos, em uma perspectiva em que ele deverá ser capaz de gerir situações de aprendizagem análogas àquelas em que se encontra no momento. Trata-se de tornar a situação de formação numa experiência similar ou análoga à experiência de aprendizagem que o professor deverá propiciar aos estudantes que estarão futuramente sob sua orientação.

Portanto, esse conceito nos remete à classificação dos saberes docentes e, dentre as apresentadas por diversos autores, optamos pela classificação de Gauthier (1998), a qual distingue os saberes docentes em: disciplinares, curriculares, das ciências da educação, da tradição pedagógica, experienciais e da ação pedagógica. A tradição pedagógica traz o legado da prática docente repassada, principalmente, pelos “manuais pedagógicos”; os saberes experienciais são fruto do fazer pedagógico cotidiano docente; e os saberes da ação pedagógica são tornados públicos e testados mediante as pesquisas realizadas em sala de aula, o que se constitui a jurisprudência pública, validada. Estes saberes são fundamentais para profissionalizar o ensino e possibilitar o reconhecimento de sua pertinência e da sua exclusividade aos que os detém e os colocam em prática: os docentes. E, conforme nos dizem Gauthier, Ramalho, e Nuñez (p.158), “Esses saberes, embora separados metodologicamente, estão todos os presentes na ação do professor, pois o saber, como sistema complexo do pensamento do profissional, é o resultado das suas interações, constitui-se num sistema em constante reformulação, reconstrução”.

Assim sendo, a consideração da simetria invertida conduz a outra preocupação presente na concepção deste curso de Ciências Humanas – Licenciatura, qual seja, o da formação continuada de seu corpo docente. Nesse sentido, oferecer um currículo inovador à base de competências pressupõe que os docentes do Curso estejam dispostos a se formar continuamente, de modo a dar conta desse desafio. E o melhor referencial para a continuidade de sua formação é o próprio perfil do egresso, com as atitudes esperadas e a matriz de competências propostos para os estudantes, dos quais os docentes devem ser dignos exemplos. De toda forma, o princípio da simetria invertida está conectado ao princípio da formação de docentes pesquisadores/reflexivos, conforme apontado no item a seguir.

b) A aprendizagem em interação com a realidade e com os demais indivíduos

No Curso de Ciências Humanas – Licenciatura, a aprendizagem é considerada como processo social e de construção coletiva, mas com regulação diferenciada, em que cada estudante também constrói seus conhecimentos e desenvolve suas competências – a partir da mobilização desses conhecimentos para um determinado contexto, isto é, aprende o modo útil e correto de aplicá-los, e adquire e incorporam valores, hábitos de pensamento e ação. Tratando-se de processo social, as aprendizagens formais, requeridas para um exercício profissional inicial, só podem ter lugar em situações planejadas e vivenciadas a partir de uma relação dialógico-formativa, em que podem e devem participar, além do professor, outros estudantes. Tratando-se de processo, ele só pode ser conduzido em interação com a realidade, tanto do ponto de vista da própria realidade do estudante – com relação à diferenciação de percurso e progressão pela qual deve passar, quanto da realidade do seu contexto e do seu entorno, à qual ele deve retornar. Nesse sentido, desde o princípio do Curso, a aprendizagem da docência deverá ser feita em interação com a Educação Básica, suas práticas, seus processos e, sobretudo, suas realidades escolares.

Por um lado, as aprendizagens formais são medidas por seus resultados, isto é, a partir da avaliação e aferição de desempenhos observáveis, mensuráveis e reprodutíveis. Tais desempenhos serão gerados pelo domínio progressivo das competências acadêmicas e profissionais. Para o alcance desse domínio, contribuirão todas as

situações de aprendizagem planejadas e executadas pelos docentes, de preferência com a participação dos próprios estudantes. Por outro lado, sendo o real naturalmente inter e transdisciplinar, é preciso um cuidado redobrado no desenvolvimento de um currículo interdisciplinar, se quisermos que ele seja tratado “em interação com a realidade”.

A compreensão da interdisciplinaridade parte da definição de que “disciplina e ciência se correspondem e têm como elemento básico a referência e o estudo de uma mesma natureza.” (LÜCK,1994, p.38). Portanto, a interdisciplinaridade pressupõe a interação entre duas ou mais disciplinas, ou seja, ela diz respeito à “(...) colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência” (FAZENDA, 1994, p. 41).

A abordagem interdisciplinar encontra-se embasada em pressupostos, como: a verdade é relativa; a realidade é dinâmica, complexa e construída socialmente, mediante interações, numa teia de eventos e fatores, permeada por relações de complementaridade.

A interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de integração das disciplinas do currículo escolar, entre si, e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos estudantes, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo a serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual. (LÜCK, 1994, p. 64)

A interdisciplinaridade precisa tornar-se uma prática efetiva nas escolas. Mas, para sustentar uma prática interdisciplinar efetiva em nossas escolas disciplinarizadas e disciplinarizantes, é desejável, senão necessário, que haja professores capazes de encorajá-la; professores que tenham incorporado em sua formação atitudes interdisciplinares, no sentido sugerido por Fazenda (1994, p. 82):

Entendemos por atitude interdisciplinar uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a

possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida.

Neste curso, propomos uma aproximação à interdisciplinaridade que, antes de garantir a associação temática entre diferentes áreas do conhecimento, deve possibilitar a unidade em termos de prática docente, isto é, os professores devem compartilhar uma prática centrada no desenvolvimento de competências e habilidades, conjugando ensino e pesquisa e o trabalho com diversas fontes expressas em diferentes linguagens, que comportem diversas possibilidades de interpretações sobre os temas trabalhados.

É preciso compreender que a opção pelo desenvolvimento de um currículo interdisciplinar implica a reorganização do processo ensino-aprendizagem e supõe um trabalho contínuo de cooperação dos professores envolvidos. Nesse sentido, os programas de atividades e os temas a serem trabalhados devem preceder a definição dos espaços-tempos e dos recursos pedagógicos. Então, dependendo da atividade programada, a sala de aula pode se tornar um espaço secundário ou insuficiente. Além disso, em um projeto interdisciplinar é fundamental assegurar os espaços-tempos de cooperação coletiva entre os professores para a preparação e avaliação dos programas de forma a contribuir para a contextualização e a transversalidade de temas a serem desenvolvidos, as seguintes áreas estarão inseridas no curso:

- ARQUEOLOGIA: falar em uma definição de Arqueologia é tocar num tema bastante controvertido. Sempre há implicações das quais não se consegue encontrar uma saída cognoscível, já que se trata basicamente de um componente curricular interdisciplinar. Dessa forma, pode-se afirmar sim, que o trabalho do arqueólogo envolve um trânsito entre as Ciências Humanas (História, Antropologia, Economia, Geografia Humana), as Ciências da Terra (Geologia, Geografia Física), as Ciências Biológicas (Biologia, Medicina) e as Ciências Exatas (Estatística, Física, Química). Pode-se ressaltar, contudo, que a arqueologia estuda os vestígios deixados ou produzidos pelo homem para compreender processos atuantes nas sociedades em questão, extintas ou não.

- HISTÓRIA: é o estudo da temporalidade dos entes em seus inúmeros processos de transformação. Isto é, dos entes enquanto duram e se alteram em sucessões. Quando esta temporalidade é estudada à base do raciocínio meramente filosófico sobre o tempo, resulta uma filosofia da história. Quando a temporalidade é verificada experimentalmente, mostrando por exemplo, com dados presentes, que existiu um passado, então se pratica a história positiva, ou científica, como preferem alguns.

- FILOSOFIA: numa definição essencial, a filosofia é o estudo das coisas pela sua natureza intrínseca. Já partindo para uma definição descritiva, diz-se que a filosofia se preocupa pelo que a coisa tem de mais particular, decorrente do que lhe é essencial. Então, a filosofia, em vez de ser definida pelo seu objeto, a intrinsecidade das coisas, pode ser dita o estudo do meramente inteligível, porque esta é uma propriedade do intrínseco.

- PSICOLOGIA: etimologicamente, a definição da psicologia é o “estudo da alma”. Contudo, o conceito mais difundido diz respeito ao estudo do comportamento e da psique humanas. Nesse sentido, apontam Carlos Serbena e Rafael Raffaelli (2003, p. 31-32), defendendo um retorno à definição etimológica do campo, prejudicada a referenciais neopositivistas e marxistas, que contrapuseram o primado da matéria sobre o espírito. Tal espírito, vale salientar, trata da psique em sua relação entre a subjetividade e a objetividade do comportamento, das ações do indivíduo como resultados de inúmeros fatores pessoais, sociais e culturais.

- LINGUAGENS: a língua, sem dúvida, é o principal instrumento de expressão do ser humano, porém, as artes em geral também fazem parte dessa área em razão de representarem também uma forma de expressão. Portanto, as disciplinas que tenham vinculação com essa área (linguística, fonética, artes, português, língua estrangeira, produção textual, etc.), são fundamentais ao estudo das Ciências Humanas, pois fazem parte das interações comunicacionais, das expressões literárias e do próprio desenvolvimento cultural de uma sociedade.

- PEDAGOGIA: essa área, que é ao mesmo tempo, a prática e o estudo da teoria, é uma das bases de suporte do curso. Isso porque é no processo de ensino que se efetiva a ação

educadora dos futuros egressos do curso de Ciências Humanas – Licenciatura. Trata-se, com isso, de uma área que visa a melhoria no processo de aprendizagem dos indivíduos, por meio da reflexão (incluindo-se aí a própria ação crítica), da sistematização e da produção de conhecimentos.

- CIÊNCIAS SOCIAIS (Antropologia, Sociologia e Ciência Política): de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, sinteticamente o conceito de Ciências Sociais pode ser definido como “Um conjunto de disciplinas que tentam de forma objetiva estudar os sistemas e estruturas sociais, os processos políticos e econômicos, as interações de grupos ou indivíduos diferentes com a finalidade de fundamentar um corpus de conhecimento possível de verificação”. (FGV, 1987, p. 184)

Com a construção de novas teorias acerca das “leis” que regeriam a natureza e os homens, ainda no século XVIII, quando a concepção da sociedade como um fato natural desenvolvida ainda por Aristóteles, emerge com todo vigor, especialmente por meio das conclusões de Montesquieu, abria-se caminho para a laicização da educação e para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Seguido por um contexto de crescimento demográfico e econômico, no qual tomava relevo uma sociedade industrial, que alteraria a configuração social e política do século XIX, as Ciências Sociais (as Humanas viriam ser agrupadas somente a partir do século XX), como campo do conhecimento científico e acadêmico, surgiu inicialmente como uma possibilidade de explicação generalizante, por meio de leis que, assim como na botânica ou na matemática, dariam conta do complexo relacionamento entre os seres humanos.

Com o tempo, provou-se que essa tentativa fugiria à própria complexidade das possibilidades da ação dos indivíduos. Tanto é que atualmente não há um paradigma hegemônico nas Ciências Humanas, ou mesmo nas Sociais, como existe nas Ciências Exatas ou Biológicas. Por esse motivo, é difícil estabelecer uma bibliografia de referência única. Na verdade, cada paradigma possui sua bibliografia de referência e o campo como um todo tem avançado pelo diálogo permanente entre os diversos modelos analíticos.

Portanto, o correto é se pensar na formação das Ciências Humanas como um produto resultante de diversas contribuições de autores que percorreram caminhos distintos, mas auxiliaram na configuração do campo científico. As reflexões originais desses autores sobre o papel dos sujeitos no mundo, bem como seu comportamento no viver em sociedade estabeleceram tradições teóricas que se ramificaram em várias vertentes que constituiriam posteriormente os fundamentos das Ciências Humanas e inúmeras disciplinas.

O ponto que une tais análises são justamente as reflexões voltadas para o indivíduo como objeto primordial das análises, mas também da sociedade industrial e de massa, da política, das crenças, valores e ideologias, da psique, das relações de interação, dos vestígios, etc. Criaram-se assim, categorias de análises que auxiliaram a nortear os estudos sobre grandes classes de fenômenos (conflito, ideologia, religião), tipos e aspectos da organização social (capitalismo, burocracia, partidos), grandes conceitos (anomia, carisma, estrutura, sistema), grandes modelos explicativos (marxismo, culturalismo, funcionalismo, estruturalismo) e do comportamento dos indivíduos tanto ao nível micro quanto ao nível macro (egocentrismo, personalidade, identidade).

2.1.1.2 A formação em Ciências Humanas

A partir de princípios do século XX, com o desenvolvimento teórico e empírico e uma crescente especialização em várias áreas, os cursos que estão compreendidos dentro do campo das Ciências Humanas foram introduzidos como carreiras profissionais e áreas do conhecimento nas universidades europeias e nos Estados Unidos, especialmente.

No Brasil, muitos estudos eram realizados, vinculados principalmente às escolas teóricas e metodológicas francesas, inglesas e alemãs. Contudo, tais referenciais não davam conta do caráter diferencial de uma sociedade que recentemente havia deixado de lado um passado de mais de trezentos anos de escravidão e que ainda possuía, em

certa medida, uma economia de base colonial. Tais obras seriam marcadas, por exemplo, pelo racismo, pois tinham o intuito de procurar europeizar a mentalidade dos alunos, especialmente pertencentes à elite, e que seriam responsáveis por formular as linhas que iriam gerir o país futuramente.

Essa característica, marcante da produção intelectual voltada para as Ciências Humanas durante as primeiras décadas do século XX, seria alterada com a implantação de cursos superiores da área na década de 1930. Foi nesse período que o Brasil viu ser implantado o primeiro curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (ESP) na USP. Nessa última instituição, influenciada pela Escola de Chicago, especialmente pelas contribuições de Donald Pierson, realizou-se uma série de estudos voltados para a sociedade. Sem dúvida, esta pode ser considerada a primeira experiência de um programa de pesquisa nas Ciências Sociais brasileiras para o tratamento sistemático da transição da sociedade tradicional para a modernidade.

Implantou-se, portanto, um tipo de modelo institucional europeu, mas a constituição de seu corpo docente, bem como seu perfil curricular, era marcadamente de influência norte-americana. Isso tudo fora fruto, sem dúvida, da emergência de uma sociedade que passava por profundas alterações, especialmente no Brasil. Com isso, o professor Cyro Berlinck, então diretor da ESP, recrutou professores originários da Escola de Chicago. Assim, a partir da década de 20 do século XX, foi estabelecido um centro de estudos de sociologia e antropologia notável pelas investigações relativas às condições da vida urbana, com metodologias inovadoras e numa perspectiva de reforma social.

A publicação da revista *Sociologia* (1939-1966) e, em 1941, o início dos cursos de pós-graduação foram importantes ações para a difusão do conhecimento produzido naquele ambiente. Paralelamente, o Estado, ainda durante o Estado Novo, com o fito de operar diretamente para alcançar alguns objetivos propostos, começou também a requerer estudos e projetos na área.

Em 25 de janeiro de 1934, o curso de Ciências Sociais e Políticas fora criado juntamente com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, na Universidade

de São Paulo – USP, sendo palco dos primeiros intercâmbios científicos nas instituições de ensino superior do Brasil, a Universidade de São Paulo - USP teve forte influência europeia, especialmente de franceses como Claude Levy Strauss e Roger Bastide. Entre a 1ª e a 3ª geração dos “novos cientistas” formados na Universidade de São Paulo - USP estão nomes como os de Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni que viriam a exercer grande influência na consolidação e institucionalização das Ciências Humanas em São Paulo e no Brasil.

A partir dos anos 50 do século XX, num período em que o país passa por um processo acelerado de industrialização e urbanização, os cursos voltados para as Ciências Humanas se disseminam pelo Brasil através das universidades federais, criando, deste modo, polos regionais como: os da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o da Universidade Federal de Pernambuco e o da Universidade Nacional do Brasil. Apesar de talvez ter sido a área que mais sofreu com a institucionalização do golpe militar de 1964, após a redemocratização na década de 1980, fora uma das que mais deteve atenção, pois era necessário construir um novo cidadão brasileiro, preocupado com seu porvir, consciente e socialmente ativo.

Na carreira do licenciado em Ciências Humanas, portanto, como se verá mais adiante, o profissional estará apto a desempenhar um conjunto de atividades, tanto no setor público, quanto no setor privado, principalmente na área educacional. Para isso, todavia, acompanhando o processo de desenvolvimento tecnológico, o profissional também deverá acompanhar as mudanças e possibilidades desse setor. No entanto, sua principal vinculação será com a prática da docência no ensino fundamental e médio, pela qual procurará aliar tecnologia e conhecimento humanista, buscando construir uma sociedade mais justa e solidária.

Também por isso, procura-se unir num único curso, mesmo que voltado para o ensino, possibilidades de interação com outras linguagens e conhecimentos. Nesse sentido, os componentes curriculares da matriz poderão ter um desenvolvimento técnico, didático e pedagógico utilizando-se de plataformas virtuais, softwares específicos; produção de sites e blogs para formar grupos de discussão, ao mesmo

tempo em que representam “vitrines” de resultados de projetos e pesquisas com alcance mundial; e, também, da utilização de recursos eletrônicos e digitais para coleta, tratamento e análise de dados dos mais variados tipos.

Nota-se, portanto, a grande inovação do curso de Ciências Humanas – Licenciatura para a formação de futuros docentes. O curso, dessa forma, não apenas trabalha os conhecimentos essenciais à formação dos profissionais da área mas, sobretudo, os conecta ao novo e extremamente amplo espectro de novas tecnologias e, conseqüentemente, metodologias, que contribuirão extremamente tanto à inserção do egresso nas mais diversas áreas de atuação, quanto à possibilidade de construção de novos saberes de forma totalmente interdisciplinar. Por outro lado, as tecnologias devem ser analisadas tanto como produto quanto como processo: no primeiro caso, pois são fruto de uma complexa realidade social da qual é possível analisar inúmeros aspectos; no segundo, pois são instrumentos que permitem a análise e a reflexão acerca da mesma realidade de maneira diferenciada.

Além disso, vale ressaltar, o curso está extremamente vinculado à formação de um profissional que esteja realmente apto a desenvolver temas dos mais diversos aspectos da vida cotidiana, tais como: direito, economia, política, etc. Essas competências são fundamentais para o pleno exercício da cidadania, mas que nem sempre são desenvolvidos de forma correta nas escolas.

2.1.1.3 Atuação profissional e mercado de trabalho

O trabalho dos profissionais em Ciências Humanas é predominantemente intelectual. Podem exercer várias atividades, tanto no setor público como no setor privado, mas a área da educação é o principal direcionamento. Assim como outras profissões formadas em cursos de licenciatura, a atuação se dá especialmente em áreas da docência, pesquisa, assessoria, consultoria e planejamento, envolvendo inúmeras questões relacionadas a recursos humanos e organizacionais, meio ambiente, ação coletiva, direitos humanos, planejamento urbano e relações internacionais.

O curso se propõe a formar o educador capaz de ocupar seu espaço e exercer a cidadania na escola como professor de Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Essa diretriz está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para as chamadas Ciências Humanas com o objetivo de formar para a cidadania e para o exercício profissional. Esta missão também pressupõe a capacidade para o trabalho interdisciplinar orientando pelos princípios para a educação no século XXI da UNESCO: aprender a conhecer, a aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (DELORS, 1998, p. 90)

“Aprender a conhecer” pressupõe, inicialmente, exercitar a atenção, a memória e o pensamento. Atenção, para estar sempre disponível para receber os sinais que vêm do mundo exterior e interior; memória, para armazenar seletivamente as informações, relacioná-las, compará-las e utilizá-las para solucionar problemas ou fazer deduções a partir delas, isto é, pensar.

Mas não basta conhecer, pois o conhecimento estéril é inútil. Devemos, também, “aprender a fazer”, a aplicar os conhecimentos, de forma qualificada, nos mais variados ofícios, aproveitando todos os recursos culturais, científicos e técnicos colocados à nossa disposição.

Além disso, trabalha-se com um determinado objetivo e com determinadas pessoas. Nesse caso, o “aprender a viver com os outros” é fundamental, no sentido de promover a descoberta do outro e a participação em projetos comuns. No mundo atual, a supervalorização da competência técnica e o individualismo exacerbado colocam os trabalhadores num conflito que precisa ser superado: tentar evoluir e ser solidário.

O conflito é inerente à vida em sociedade e uma importante causa do progresso. Só a radicalização dos conflitos é nociva e acontece devido à incapacidade de conviver com o contrário, a não admissão dos próprios erros, à prepotência e à crença em que somos senhores absolutos da verdade. A solução está na discussão das divergências, no confronto de ideias, na prática democrática. Só assim se educa para o convívio social. O estabelecimento de objetivos comuns deve ser consequência desse debate e não uma forma de escamotear as divergências.

No desenvolvimento do ser humano e da sociedade como um todo, junto com o gerenciamento dos conflitos, é necessário que cada homem conheça as suas próprias necessidades e potencialidades, ou seja, aprenda a ser, o que lhe confere à liberdade de pensamento, a imaginação, à autonomia, a criatividade. É preciso considerar que a evolução de qualquer sistema, envolvendo pessoas, passa necessariamente pela evolução do indivíduo.

Frente a este desafio, a formação do licenciado e da licenciada em Ciências Humanas, deve considerar a missão mais ampla da Universidade de desenvolver a ciência e a formação profissional, considerando e pautando-se por valores como a solidariedade, a liberdade e a busca de uma sociedade mais justa.

Desta forma, apesar do mercado ainda ser consideravelmente restrito, é incontestável a presença cada vez maior de profissionais formados nas áreas das Ciências Humanas, em geral, nos debates sobre os problemas da realidade social, política e econômica do país, nos organismos de pesquisa, nos meios de comunicação, nas universidades, nos órgãos governamentais, e no cenário político nacional.

2.1.2 Objetivos

2.1.2.1 Objetivo Geral

O curso de Ciências Humanas – Licenciatura visa formar profissionais de ensino, capacitados para atuarem como professores em nível de Educação Básica: Ensino Fundamental, séries finais de 6º a 9º ano, nas áreas de História e Geografia; e no Ensino Médio nas áreas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Essa formação abarca as linhas gerais dos estudos das Ciências Humanas, entendidos enquanto análise das interações do ser humano ao longo do tempo em sociedade, nas suas principais vertentes teóricas orientadoras das respectivas áreas das respectivas áreas do curso, com suas particularidades e intercessões. Também realiza a articulação entre teoria e as realidades sociais de forma crítica, na prática da docência e da pesquisa.

2.1.2.2 Objetivos Específicos

- Integrar o ensino, a pesquisa e extensão como parte integrante nas etapas de formação e no processo de construção do conhecimento;
- Desenvolver atividades didáticas que possibilitem ao aluno uma formação integrada na compreensão das áreas e subáreas das Ciências Humanas e de suas Tecnologias;
- Promover discussões interdisciplinares através de atividades e seminários integrados que integrem os diversos campos do conhecimento na formação do licenciando em ciências humanas;
- Possibilitar o conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transmissão do conhecimento para diferentes níveis de ensino, transitando desta forma pelas fronteiras entre as Ciências Humanas e as outras áreas do conhecimento;
- Desenvolver formas de interação com a comunidade no sentido de dar ênfase à pesquisa sociológica, operando para que os estudantes tenham acesso aos resultados das análises por meio de seminários, publicações, palestras e outros;
- Garantir práticas pedagógicas na formação do aluno, a fim de desenvolver o compromisso ético e social com sua prática profissional.
- Proporcionar a formação e a instrumentalização dos estudantes e futuros profissionais da educação, para que utilizem os conhecimentos como instrumento para leitura da realidade social, considerando a pessoa como um complexo de possibilidades, que devem ser desenvolvidas;
- Desenvolver práticas pedagógicas para instrumentalizar os futuros professores para o trabalho interdisciplinar e para a utilização de diferentes metodologias de ensino;
- Utilizar a ética e os valores da solidariedade, da liberdade e cooperação no processo de formação dos estudantes.

2.1.3 Perfil do Egresso

O licenciado em Ciências Humanas estará habilitado para o exercício docente no Ensino Fundamental séries finais (História e Geografia) e no Ensino Médio (História, Geografia, Sociologia e Filosofia), na área de Ciências Humanas e Sociais. Deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de docente em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento humanístico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das Instituições de Ensino Superior, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas referente ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, etc.).

Destarte, será formado um profissional crítico e comprometido ética e socialmente com as questões contemporâneas. Esse princípio geral deve nortear a formação dos egressos do curso de Ciências Humanas - Licenciatura, pois não se pode separar a formação de educador da formação do pesquisador. Essas competências são complementares fazem parte da mesma formação, podendo atender a demandas específicas.

Para atender os princípios gerais e específicos de formação do professor, o Curso de Ciências Humanas - Licenciatura pretende que o egresso adquira capacidades para:

- Mostrar disponibilidade e flexibilidade para mudanças;
- Demonstrar genuína curiosidade científica e filosófica, e interesse em pesquisa;
- Manifestar prazer na leitura e empenho no uso da escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Apresentar segurança em suas intervenções;
- Demonstrar empenho em compartilhar a prática e produzir coletivamente;
- Possuir zelo pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade;

- Manter-se atualizado em relação aos conteúdos de ensino e ao conhecimento pedagógico;
- Demonstrar sincero compromisso com a efetivação das aprendizagens sob sua responsabilidade, orientando sempre e não excluindo ninguém;
- Mostrar respeito com relação à diversidade, aos valores democráticos e à cidadania republicana;
- Demonstrar genuíno interesse em inserir-se na realidade que o envolve, enquanto agente de conhecimento e de transformação da mesma, na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável e da superação das desigualdades sociais;
- Apresentar conduta ética, crítica e reflexiva, orientada por princípios de justiça e solidariedade.

2.2 DADOS DO CURSO

Denominação: Ciências Humanas – Licenciatura

Modalidade: Licenciatura

Titulação Conferida: Licenciado ou Licenciada em Ciências Humanas

Tempo mínimo para integralização: 10 semestres

Carga Horária Total do Curso: 3.770 horas

Turno: noturno

Número de vagas oferecidas por semestre: 50 vagas com entrada somente no primeiro semestre

Regime Acadêmico: semestral

Unidade Acadêmica: Rua Vereador Alberto Benevenuto, 3200 - São Borja – RS

Autorização para funcionamento do Curso: aprovada em Reunião do Conselho da Unipampa (CONSUNI), em 25 de agosto de 2011, conforme Ata n. 20/2018

Reconhecimento do Curso: Portaria SERES/MEC Nº 857, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 150, em 07 de agosto de 2017..

2.2.1 Administração Acadêmica

De acordo com a Resolução 05 de 2010 da UNIPAMPA (2010), o curso será gerido pela figura do coordenador e, no caso de afastamentos temporários ou

impedimentos eventuais, pelo coordenador substituto, eleitos para um período de dois anos.

O perfil do coordenador de curso é de um professor que ministra componentes curriculares no curso e que possui graduação e doutorado na área das Ciências Humanas e experiência de magistério superior de, no mínimo, 05 (cinco) anos. O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação.

O coordenador dedica-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC. A instância superior no curso é a Comissão de Curso. É o órgão que planeja, executa e avalia as atividades pedagógicas, também propõe alterações curriculares e discute temas referentes ao curso. As atividades da comissão de curso são presididas pelo coordenador. Os membros natos dessa comissão são os professores atuantes no curso e os membros eleitos democraticamente pelos seus pares: um representante discente e um representante dos servidores técnico-administrativos. O coordenador de curso e seu substituto são eleitos para um mandato de dois anos e deverão ter disponibilidade de tempo para as atividades da função. Em 2018 a Professora Nola Patrícia Gamalho está como coordenadora de Ciências Humanas- Licenciatura e o Professor Gerson de Oliveira como coordenador substituto.

Outra instância do curso é o Núcleo Docente Estruturante (NDE): Conforme o estabelecido pela Resolução CONAES (BRASIL, 2010), “o Núcleo Docente Estruturante – NDE, de um curso de graduação, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”. Dentre as atribuições acadêmicas deste grupo estão os seguintes pontos:

- I) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

- II) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Graduação.

O NDE se reúne mensalmente e atualmente compõe-se dos seguintes docentes: Edson Romário Monteiro Paniagua, Lauren de Lacerda Nunes, Carmen Regina Dorneles Nogueira, Muriel Pinto, Lisianne Pintos Sabedra Ceolin e Ronaldo Bernardino Colvero (Portaria nº 693 de 20 de junho de 2017). O regime de trabalho dos membros do NDE do curso de Ciências Humanas – Licenciatura é de 40 horas, com dedicação exclusiva.

O suporte administrativo para o curso é realizado pela Secretaria Acadêmica do *Campus* que tem como principais ações: fornecer informações sobre assuntos acadêmicos para alunos, professores e público externo; assessorar os professores tirando dúvidas sobre o sistema acadêmico, fornecendo informações e relatórios; inserir dados dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) no sistema (SIE); efetivar as alterações curriculares; cadastrar componentes curriculares no sistema; ofertar componentes curriculares; orientar candidatos sobre o processo seletivo via SISU; organizar e executar as Chamadas de Vagas Remanescentes, posteriores ao processo seletivo via SISU; organizar matrículas; organizar arquivos da Secretaria, incluindo Planos de Ensino, Diários de Classe, Relatórios de Notas, documentação dos cursos e dos estágios; receber solicitações de dispensa de componentes curriculares, Atividades Complementares de Graduação (ACG); receber, organizar, conferir e enviar para a Divisão de Documentação Acadêmica a documentação dos alunos formandos, que vai integrar o processo de diplomação; controlar as informações e a documentação referentes aos estágios, o que inclui: encaminhar convênios com empresas e instituições, intermediando a comunicação entre a Reitoria, Campus e as empresas; preencher e controlar os Termos de Compromisso de Estágios; apresentar relatórios à Divisão de

Estágios; divulgar oportunidades de estágios aos alunos; receber as inscrições de alunos candidatos a estágios.

Além dos técnicos administrativos da Secretaria Acadêmica, o Curso de Ciências Humanas – Licenciatura também conta com a colaboração de dois técnicos administrativos que mais diretamente prestam assessoria administrativa e pedagógica ao curso tal como: interface com a secretaria acadêmica, encaminhando documentos de um setor a outro, elaboração de atas nas reuniões de comissão de curso, colaboração em projetos e atividades desenvolvidas pelo curso.

No que se refere ao ensino, pesquisa e extensão, o curso conta com o suporte da Comissão Local de Pesquisa, da Comissão Local de Extensão e da Comissão Local de Ensino. Estas comissões têm o papel de avaliar projetos de ensino, pesquisa e extensão no campus, bem como fornecer informações e auxílio para docentes, discentes e técnicos administrativos quanto a editais internos e externos de pesquisa e extensão.

2.2.2 Funcionamento

O Curso de Ciências Humanas – Licenciatura foi criado em 2012 e oferece 50 vagas anuais, com ingresso único no primeiro semestre letivo de cada ano por processo seletivo.

Os acadêmicos devem se matricular em, no mínimo, 8 créditos, ou 120 horas, por semestre. Não há um limite máximo de créditos a serem cursados, mas o curso é prioritariamente noturno (das 18h50min às 22h50min), com possibilidade de serem ofertados componentes curriculares aos sábados, nos turnos da manhã e/ou da tarde. Alguns Componentes Curriculares Complementares de graduação podem ser ofertados também no período matutino (das 07h30min às 11h30min), ou vespertino (das 13h30min às 17h30min).

O Calendário Acadêmico da Universidade, conforme as Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução 29 de 28 de abril de 2011) prevê dois períodos

letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um. Em cada ano acadêmico, é reservada uma semana letiva para a realização da Semana Acadêmica da UNIPAMPA e outra para a realização das Semanas Acadêmicas dos Cursos. Cabe ressaltar que cada semestre letivo é composto por 18 semanas letivas.

O Curso de Ciências Humanas – Licenciatura possibilita ao aluno ter uma formação interdisciplinar considerando objetos de conhecimento pertinentes à História, Sociologia, Filosofia e Geografia. Prevê a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (componente curricular obrigatório). Dessa forma, o currículo tem o total de 3.770 horas. Divididas em: 200 horas de Atividades Complementares de Graduação, 420 horas de Prática como Componente Curricular, 420 horas de Estágio Curricular Supervisionado em Ensino de Ciências Humanas, 120 horas de Componentes Curriculares Complementares de Graduação, 2.610 horas de componentes curriculares obrigatórios. A titulação conferida ao egresso é de Licenciado ou Licenciada em Ciências Humanas.

Serão considerados componentes curriculares de graduação aqueles que:

a) Cursados em áreas afins na UNIPAMPA e/ou outra instituição de Ensino Superior

b) Serão considerados aqueles cursados em outras áreas desde que mediante análise da coordenação de curso se entenda que o componente possa contribuir de forma significativa na formação do acadêmico;

c) Os Componentes Curriculares Complementares de Graduação – CCCGs estão sugeridos nos componentes curriculares de cada semestre em específico intensificando a formação inicial de professores, através de metodologias específicas nas áreas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Cabe ser dito que outros CCCGs podem vir a ser ofertados conforme deliberação e disponibilidade da comissão de curso.

2.2.3 Formas de Ingresso

O ingresso nos cursos da UNIPAMPA é regido por editais específicos, pela Portaria Normativa MEC 02/2010 e pela Resolução nº 29 de 28 de abril de 2011. Será realizado a partir dos processos a seguir pontuados:

a) Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

b) Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade.

c) Processo seletivo complementar:

- **Reingresso:** ingresso de ex-discente da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 02 anos.

- **Transferência voluntária:** ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta Universidade.

- **Portador de diploma:** forma de ingresso para diplomados .

d)Transferência compulsória: forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo.

e)Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos, é concedida para portadores de

diploma de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de ensino médio com idade acima de 60 anos.

f)**Programa estudante convênio:** matrícula destinada à estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados.

g)**Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional:** permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares da UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as Instituições.

h)**Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional:** permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros *campi*.

i)**Matrícula Institucional de cortesia:** consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, na Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012; na Lei nº 13.184, de 04 de novembro de 2015; e na Portaria Normativa MEC nº 09, de 05 de maio de 2017, a UNIPAMPA oferta 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 18% (dezoito por cento) para as ações afirmativas L5 e L6; 6% (seis por cento) para as ações afirmativas L9 e L10; 6% (seis por cento) para as ações afirmativas L13 e L14; 2% (dois por cento) para a ação afirmativa V1094; e 48% (quarenta e oito por cento) para a ampla concorrência.

I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo:

-que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L1, ou simplesmente L1);

-autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L2, ou simplesmente L2);

II – estudantes egressos de escola pública, independentemente da renda:

-que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L5, ou simplesmente L5);

-autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L6, ou simplesmente L6);

III – estudantes com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo:

e) que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L9 ou simplesmente L9);

f) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L10 ou simplesmente L10);

IV – estudantes com deficiência egressos de escola pública, independentemente da renda:

g) que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L13, ou simplesmente L13);

h) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L14, ou simplesmente L14);

V - estudantes com deficiência (denominada, ação afirmativa V1094 ou simplesmente V1094).

VI- estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada, ampla concorrência ou A0).

2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da UNIPAMPA - Campus São Borja, está organizado tendo em vista três eixos articuladores:

- **Verticalidade:** organização cumulativa e coerente de conteúdos e atividades disciplinares, reunidos em torno de cinco áreas, a saber: Educação, Filosofia, História, Sociologia e Geografia;

- **Horizontalidade:** integração entre conteúdos e métodos dos componentes curriculares em todos os semestres;

- **Flexibilização:** após a aquisição dos conteúdos comuns para todas as áreas que compõem o currículo, existe a possibilidade de aproveitamento de disciplinas cursadas em outros cursos da UNIPAMPA, que tenha interfaces com o Curso de Ciências Humanas –Licenciatura – avaliadas e aprovadas pela Comissão do Curso, validadas com disciplinas Complementares de Graduação – CCCGs e também através das Atividades Complementares de Graduação, possibilitando a formação individualizada do acadêmico. Além disso, os estudantes contam com a oferta de cursos de extensão para o aprofundamento de conteúdo. Estes cursos visam ao atendimento das necessidades não apenas da comunidade acadêmica como também da comunidade municipal e regional, que podem ampliar seus conhecimentos, justificando-se assim a existência da Universidade como órgão estatal transformador da sociedade e do meio em que está inserida.

A matriz curricular básica e as de formação complementar cumprem a carga horária mínima determinada por lei. Assim, o currículo tem **3.770** horas divididas em:

DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA
COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS (Além de TCC, incluem-se nos componentes curriculares obrigatórios: Estágio Obrigatório e Prática como Componente Curricular)	3.450
COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	120
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	200
TOTAL GERAL	3.770

A Prática como Componente Curricular, segundo nomenclatura do referido Parecer CNE/CES nº 15/2005 (BRASIL, 2005), “é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência”. O curso tem conhecimento da

estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação, aprovado em 25 de junho de 2014 que determina o mínimo de 10 % de sua carga horária em programas e projetos de extensão e por isso está trabalhando no processo de adaptação do curso à referida estratégia.

Em conformidade com a Portaria MEC nº1.134, de 10 e outubro de 2016, o curso de Ciências Humanas- Licenciatura poderá ofertar disciplinas na modalidade a distância, integral ou parcialmente, sendo que esta oferta não ultrapassará 20% da carga horária total do curso. A distribuição será deliberada e aprovada em comissão de curso semestralmente, conforme necessidades e possibilidades acadêmicas e administrativas.

2.3.1 Integralização Curricular

Para obter a integralização do currículo, com vistas à formatura, o acadêmico deve:

- Cumprir todos os Componentes Curriculares Obrigatórios;
- Comprovar o cumprimento de, no mínimo, 200 horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme as normas deste PPC (item 2.3.1.1);
- Cumprir os estágios curriculares;
- Cumprir a carga horária mínima de Componentes Curriculares Complementares de Graduação;
- Apresentar Trabalho de Conclusão de Curso e obter aprovação em defesa pública (item 2.3.1.3);
- Prestar o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante, quando aplicado (ENADE), conforme a Lei 10.861/2004.

2.3.1.1 Atividades complementares de graduação

As atividades acadêmico-científico-culturais, ou atividades complementares de graduação, do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura compreendem aquelas não previstas na matriz curricular dos cursos cujo objetivo é proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam para sua formação humana e profissional.

O aluno deverá cumprir o mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico científico-culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau. Ao validar as 200 horas destas atividades, o aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar.

Os requerimentos de validação das atividades realizadas, assim como a cópia dos comprovantes deverão ser encaminhados à coordenação de Ciências Humanas – Licenciatura, via Secretaria Acadêmica, para análise e registro da carga-horária das atividades consideradas válidas, conforme critérios para aproveitamento e equivalência de carga horária estabelecida pela Comissão de Curso. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. Será considerado o máximo de 120 horas num mesmo grupo de atividades (ensino, pesquisa, extensão, cultura) sendo que o discente deve cumprir no mínimo 10 % de cada um dos quatro grupos de ACGs, conforme a Resolução 29 que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas (UNIPAMPA, 2011).

Quanto à comprovação das Atividades Complementares realizadas, conforme o art. 111, inciso II da Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011), “o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 02 (duas) vias, assinadas pelo discente e pelo técnico-administrativo, onde estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.” Destaca-se que o discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

De acordo com a Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011), cabe à Coordenação de Curso de Graduação validar ou não o aproveitamento da ACG requerida pelo discente, de acordo com documentos comprobatórios e os critérios estabelecidos pela Comissão de Curso. As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04) grupos:

Grupo 1 - Atividades de Ensino

Grupo 2 - Atividades de Pesquisa

Grupo 3 - Atividades de Extensão

Grupo 4 - Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão

Dentro desses grupos, os exemplos mais comuns, considerados como atividades complementares para fins de formação neste Curso estão os seguintes:

- Participação em Projetos de Pesquisa e Trabalho (em geral)
- Participação em Projetos de Iniciação à Docência – PIBID
- Participação em Projetos de Iniciação Científica – PIBIC
- Participação em Projetos de Extensão
- Participação em Programa de Educação Tutorial – PET
- Monitorias
- Estágio não obrigatório
- Módulos ou seminários de livre escolha
- Participação em minicursos, laboratórios, oficinas e similares
- Participação em evento científico local / regional / nacional / internacional
- Apresentação de trabalho em evento científico local / regional / nacional / internacional
- Cursos de idiomas (incluindo Braille, Libras, etc.)
- Cursos de Tecnologia da informação
- Participação em Colegiados Universitários
- Participação em entidades de representação estudantil
- Participação em conselhos/ diretorias de entidades da sociedade civil.

O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

ATIVIDADES DE ENSINO:

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Componentes Curriculares do ensino superior	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do Componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
	Outras Áreas	50% da carga horária do componente curricular.	Comprovante de aprovação no componente curricular.
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação
Cursos de informática	Cursos de Informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação
Monitorias	Monitorias	Máximo de 120h	Declaração do orientador
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante / Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID ou Equivalentes	Máximo de 120h	Comprovante / Certificado

ATIVIDADES DE PESQUISA:

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Nacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
	Publicação Internacional	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional	40h	Anais de publicação do trabalho
	Evento Internacional	50h	Anais de publicação do trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional	20h	Anais de publicação do Trabalho
	Evento Internacional	30h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional	10h	Anais de publicação do Trabalho
Participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre	Evento Nacional ou Internacional	Carga horária discriminada no certificado (máximo 80h)	Comprovante, Certificado ou Declaração

Outros			
Estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa	Temas afins ao Curso	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificados

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos tanto pela UNIPAMPA quanto por outras IES	Carga horária do projeto (máximo de 80h)	Declaração do coordenador do projeto
Organização e participação em eventos de extensão	Eventos acadêmicos de nível Nacional e Internacional, também podendo ser nas abrangências locais e regionais	Máximo de 30h	Declaração da comissão da organizadora do evento e certificado
Apresentação oral em evento de nível Nacional sobre atividade de extensão	Evento Nacional	Máximo de 20 h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica	Evento Internacional ou Internacional	Máximo de 20h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Apresentação de trabalhos em eventos que se referem à extensão	Eventos como seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	Máximo de 30h	Certificado de participação e Anais

ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Organização e/ou participação ou premiação em atividades com finalidade cultural, social e artística.	Eventos Nacionais e Internacionais em todas as abrangências	Máximo de 30h	Certificado de participação
Organização e/ou campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Projeto Institucionalizado (de órgãos públicos, privados e de Organizações Não Governamentais)	Máximo de 30h	Certificado de participação
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Eventos Nacionais e Internacionais	Máximo de 20h	Certificado de premiação
Representação discente em órgãos colegiados	Instituição ligada à Universidade. Colegiados para fins acadêmicos	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Representação discente em diretórios acadêmicos	Ligados à Universidade	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de

			curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Atividades de cunho educacional em órgãos comunitários e Públicos	Máximo de 20h	Declaração do orientador
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica	Estágios com atividades ligadas a órgãos públicos e comunitários	Máximo de 30h	Declaração do orientador

Em relação às responsabilidades dos discentes:

- a) Caberá ao discente realizar as atividades acadêmico-científico-culturais visando à complementação de sua formação como Licenciado ou Licenciada em Ciências Humanas;
- b) Caberá ao discente requerer por escrito (de acordo com modelo disponível na secretaria acadêmica) a averbação da carga horária em seu histórico escolar;
- c) O discente deverá anexar ao seu requerimento os comprovantes cabíveis, podendo a comissão responsável recusar a atividade se considerá-la em desacordo com as atividades previstas neste Regulamento.

Em relação às disposições finais:

- a) O Curso de Ciências Humanas – Licenciatura poderá alterar ou complementar este regulamento, desde que estas alterações não tragam prejuízos aos discentes que já realizaram ou estão realizando atividades complementares.
- b) Atividades não previstas neste regulamento e/ou sem comprovantes poderão ser contabilizadas desde que aprovadas pela coordenação do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura.
- c) Os casos omissos serão apreciados e deliberados pelas referidas coordenações.

d) Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo corpo docente do Curso, revogando-se as disposições em contrário.

2.3.1.2 Estágio curricular obrigatório

O estágio curricular supervisionado obrigatório inicia-se, de acordo com a legislação vigente, na segunda metade do curso e tem como objetivo possibilitar ao acadêmico de Ciências Humanas – Licenciatura, sob a orientação de um docente do curso, a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal, em regime presencial.

A concepção de estágio aqui adotada é aquela em que se possa compartilhar tanto no ambiente profissional do futuro licenciando quanto no ambiente acadêmico, a construção coletiva de proposições e descobertas sobre o cenário educacional, entendido de forma situada, contextualizada e sensível às especificidades locais e regionais, de forma a qualificar ainda mais a articulação entre teoria e prática. Por este motivo é que o estagiário realizará a pesquisa sócio antropológica buscando compreender e problematizar a realidade escolar.

O Estágio Supervisionado Curricular é de caráter obrigatório e será realizado no município de São Borja na rede pública municipal, estadual e federal de ensino, podendo ser realizado na rede privada, desde que haja a aceitação por parte da instituição do acadêmico proponente, assim como conste na proposta político-pedagógica do curso. Em casos excepcionais, a comissão do curso deliberará sobre a conveniência ou não, da realização de estágios fora do município. Cabe destacarmos que o curso sendo noturno, isso implica na sua frequência mínima de 75% de presença em cada componente curricular e preferencialmente, os estágios deverão ser realizados diuturnamente, nos turnos da manhã ou da tarde ou desde que não afete as atividades discentes e docentes noturnas. O estágio Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 420 horas e iniciará no 7º semestre ao 10º semestre, sendo:

7º semestre

Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas I

- 60 horas, sendo 30 horas práticas, assim divididas:

I - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental – anos finais);

II - 16 horas de regência de classe no componente de História (02 meses se forem dois períodos semanais – Ensino Fundamental – anos finais);

III - 12 horas de planejamento de aula

§ 1º As 30 horas teóricas dizem respeito à sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos e do relatório.

§2º Os planos de aula devem ser elaborados a partir do programa da disciplina disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

8º semestre

Estágio Curricular Supervisionado em Ensino de Ciências Humanas II

- 60 horas, sendo 30 horas práticas distribuídas da seguinte forma:

I - 02 horas de observação no componente curricular de Geografia (Ensino Fundamental – anos finais);

II - 16 horas de regência em Geografia (02 meses se forem dois períodos semanais – Ensino Fundamental – anos finais);

III - 12 horas de planejamento de aula

§ 1º As 30 horas teóricas dizem respeito à sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos e do relatório.

§2º Os planos de aula devem ser elaborados a partir do programa da disciplina disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

9º semestre

Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas III

- 150 horas, sendo 60 horas práticas assim distribuídas:

I - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Médio);

II - 02 horas de observação no componente curricular de Sociologia (Ensino Médio);

III - 04 horas de observação (reuniões pedagógicas e outros componentes curriculares)

IV - 16 horas de regência em História (Ensino Médio);

V - 06 horas de regência em Sociologia (Ensino Médio);

VI – 30 horas de planejamento;

§ 1º As 90 horas teóricas são designadas para o diagnóstico, sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos, conexões interdisciplinares e elaboração do relatório final.

§ 2º Os planos de aula devem ser elaborados a partir do programa de disciplinas disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

10º semestre

Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas IV

- 150 horas, sendo 60 horas práticas assim distribuídas:

I - 02 horas de observação no componente curricular de Filosofia (Ensino Médio)

II - 02 horas de observação no componente curricular de Geografia (Ensino Médio)

III – 04 horas de observação (reuniões pedagógicas e outros componentes curriculares);

IV - 16 horas de regência em Geografia (Ensino Médio);

V - 06 horas de regência em Filosofia (Ensino Médio);

VI - 30 horas de planejamento;

§ 1º As 90 horas teóricas são designadas para o diagnóstico, sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos, conexões interdisciplinares e elaboração do relatório final.

§ 2º Os planos de aula devem ser elaborados a partir do programa de disciplinas disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

O projeto interdisciplinar deve ser elaborado a partir do programa da disciplina disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

Cabe destacar que o Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas I é pré-requisito para o Estágio Curricular Supervisionado em ensino de

Ciências Humanas II e assim sucessivamente. Isso significa que a aprovação em cada etapa do estágio é condição para a realização da etapa seguinte.

A coordenação dos estágios supervisionados I, II, III e IV será executada por um docente indicado pela Coordenação Acadêmica do Campus conforme Art. 134 da Resolução 29. As atribuições do Coordenador seguirão o exposto no Art.135 da referida Resolução.

Os professores orientadores – docentes da UNIPAMPA - serão definidos pela Comissão de Curso. As atribuições do professor orientador estão dispostas no Art. 137 da Resolução 29/2011.

São objetivos específicos do estágio:

- I.Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- II.Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação;
- III.Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

Neste Curso, o estágio obrigatório será tratado como um componente de certificação valioso para o processo de formação, e, portanto, um requisito essencial para a integralização curricular e a colação de grau.

O estudante o realizará, com a adequada orientação técnica e docente, ao longo de quatro semestres, com carga de 420 horas, de modo que, como docente formando, possa se preparar para a futura docência, acompanhando em tempo real um ano letivo

inteiro da Educação Básica, com todas as suas complexas situações. Será desenvolvido preferencialmente, no Ensino Fundamental e Médio regular – diurno – da rede pública, e sua preparação formal será iniciada ao final do segundo ano, quando o planejamento das escolas da rede estiver sendo feito, de modo a integrar o planejamento do estágio com o escolar.

Conforme as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, o estágio deverá ser realizado em escola de educação básica, buscando-se o estabelecimento de um regime de colaboração entre os sistemas de ensino (Art. 13).

As atividades de estágio deverão ser acompanhadas e avaliadas conjuntamente em regime de coorientação pelo professor orientador e coordenador de estágio na universidade e professor supervisor da disciplina na escola.

Para a realização de estágio em cidade diferente da Sede do campus, o estagiário deverá fazer solicitação por escrito com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao início das atividades e deverá preencher os seguintes requisitos: ser residente e desempenhar atividades profissionais em tempo integral no município em que pretende estagiar. As solicitações serão avaliadas pela Comissão de Curso, que levará em consideração a existência de convênio com instituições escolares no município em questão e as condições logísticas para a realização da orientação, dentre as quais: disponibilidade de transporte, carga horária e diárias, quando for o caso, para o professor orientador. Nestes casos, a orientação também pode ser realizada por outro meio que não seja o presencial: o professor orientador pode entrar em contato com o professor supervisor por telefone, e-mail ou outro meio de comunicação. Já o contato com o aluno será feito na universidade. Esta flexibilidade objetiva facilitar as condições logísticas de orientação, considerando-se a possibilidade de limitações orçamentárias da instituição.

Devido à natureza dos componentes curriculares de estágios e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades recuperatórias semelhantes às tradicionalmente empregadas em

outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução 29, UNIPAMPA) e no item 2.3.2 do presente documento. Importa aqui ressaltar que fará parte da avaliação o parecer avaliativo do profissional que supervisionou o estudante durante a realização do estágio.

A Resolução Nº 20 (UNIPAMPA, 2010) que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição, no seu artigo 28 define que são atribuições do acadêmico estagiário:

- I. ter pleno conhecimento do regulamento do Estágio e dos prazos estabelecidos;
- II. providenciar, antes do início do Estágio, todos os documentos necessários para o desenvolvimento do Estágio;
- III. indicar preferência do local adequado para a realização do seu Estágio obrigatório;
- IV. estar ciente de que caso fique comprovado qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, é cancelado seu Estágio;
- V. elaborar, de acordo com orientação do professor, o Plano de Estágio;
- VI. cumprir os prazos previstos para entrega dos relatórios, parcial e final, bem como submetê-los à avaliação do orientador e da parte concedente;
- VII. estar regularmente matriculado na UNIPAMPA, em semestre compatível com a prática exigida no Estágio;
- VIII. cumprir fielmente a programação do Estágio comunicando à UNIPAMPA e à Unidade concedente a conclusão, interrupção ou modificação do Estágio, bem como fatos relevantes ao andamento do Estágio;
- IX. atender às normas internas da parte concedente, principalmente às relativas ao Estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;
- X. responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

XI. participar de todas as atividades inerentes à realização dos Estágios (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);

XII. desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;

XIII. elaborar e entregar ao orientador de Estágio, para posterior análise da Unidade concedente e/ou da UNIPAMPA, relatório(s) sobre seu Estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos;

XIV. cumprir atividades estabelecidas no Plano de Ensino e Aprendizagem do Componente Curricular.

Os critérios de avaliação do acadêmico quanto ao estágio curricular são:

- Frequência aos atendimentos e atividades na Universidade.
- Organização da proposta de trabalho.
- Coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula.
- Responsabilidade, comprometimento e autonomia.
- Desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza).
- Relacionamento professor-aluno.
- Frequência aos encontros presenciais para elaboração do relatório.
- Coerência do relatório com a proposta fazendo uma análise crítica da prática pedagógica.

Maior detalhamento quanto à operacionalização do estágio estão presentes no Regulamento de Estágio aprovado pelo NDE do Curso.

Requisitos para integralização curricular:

1. Cumprimento da carga horária de estágio curricular supervisionado prevista (420 horas), a partir do início da segunda metade do curso.

1.1. Conforme a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), aqueles que exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

2. Cumprimento das atividades solicitadas nos componentes curriculares de estágio e obtenção de aprovação, conforme critérios definidos nos documentos de avaliação e no plano de ensino da disciplina.
3. Apresentação dos documentos de registro e comprovação das atividades de estágio.

Estágio não obrigatório

O Curso estimulará o estudante a desenvolver, antes mesmo do seu estágio obrigatório, as experiências e vivências que puder, em ambiente real de trabalho. De modo articulado com a rede pública e junto às escolas privadas da região, o estágio não obrigatório também será tratado como projeto de pesquisa, extensão e trabalho, de modo a configurar a formação em condições reais e em meio às dificuldades e complexidades que envolvem o fazer docente com crianças e adolescentes.

2.3.1.3 Prática como Componente Curricular (PCC)

As Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, 2011), a LDB/96, no Título VI - Dos Profissionais da Educação, Art. 61 ao 67, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, destacam a importância da relação entre teoria e prática; da pesquisa como elemento essencial na formação; do aproveitamento da experiência anterior. Esses aspectos devem constituir, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação inicial e continuada de professores (Parecer CNE/CP 009/2001).

Ainda de acordo com o documento, a Prática como Componente Curricular (PCC) deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor, conforme o Parecer CNE/CP 09/2001 (BRASIL, 2001, p.50): “[...] as escolas

de formação de professores devem trabalhar em interação sistemática com as escolas do sistema de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados”.

Se pensarmos que uma das competências fundamentais nesta formação proposta é precisamente a da reflexividade das próprias práticas, obedecendo ao princípio da simetria invertida e da pesquisa com foco no ensino-aprendizagem (reflexão-ação-reflexão), não faz sentido dissociarmos a situação de aprendizagem de seus mecanismos reflexivos de apropriação, sistematização e elaboração, com vistas ao favorecimento de sua transposição para futuras situações de ensino-aprendizagem.

As Práticas como Componentes Curriculares (PCCs) envolvem muito mais do que transposição didática. Nesse caso, o espaço das mesmas serve também para um número bastante grande de itens que estão apontados nos conteúdos básicos deste curso, com relação àquilo que precisa ser aprendido na condição de estudante-futuro docente. Além disso, por meio de projetos institucionais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, por exemplo, a prática já alcança um lugar de destaque na formação. Desta forma, as Práticas como Componentes Curriculares são um componente integrado e articulado ao todo curricular, e não um recorte desconectado dos próprios processos de aprendizagem dos conteúdos curriculares, quer sejam pedagógicos, quer sejam específicos das áreas temáticas ou de cultura geral.

No curso de Ciências Humanas – Licenciatura, a Prática como Componente Curricular está distribuída em componentes curriculares que articularão os seus conteúdos a uma prática docente. Procura-se, desta forma, contribuir para que haja uma indissociabilidade entre a teoria e a prática. Esta inserção da prática dentro de componentes também tem o objetivo de levar o aluno a compreender que o conteúdo aprendido em sala deve ser também ensinado. Objetiva-se fazer o licenciando compreender que o ensino possui uma especificidade: transformar o conhecimento científico em um conhecimento que possa ser transmitido, que possa ser aprendido por outro indivíduo que está em um outro contexto, da educação básica, por exemplo. Associando a prática a um outro componente levará o licenciando a ter uma outra atitude diante do seu próprio processo de aprendizagem, ou seja, ele não precisará apenas compreender o conteúdo, mas compreender para ensinar.

Abaixo segue a lista dos componentes que contemplarão a carga horária de prática como componente curricular:

Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas
Tópicos de História da Filosofia I
Fundamentos da Educação
Psicologia da Educação
Geografia Física
Tecnologia da Informação e Comunicação
Sociologia Clássica
Didática
Formação Social Política e Cultural III
História e Cultura dos Povos Originários, Africanos e Afro-brasileiros
Metodologia das Ciências Humanas I
Diversidade na Educação Básica
Fronteira, Região e Sociedade
Metodologia das Ciências Humanas II

2.3.1.4 Trabalho de Conclusão de Curso

A partir do segundo semestre, ao se matricular no componente curricular de “metodologia científica”, de acordo com a ementa do componente curricular será oportunizado ao aluno que tenha contato com as áreas de pesquisa e interesse do corpo docente do curso de Ciências Humanas – Licenciatura para que se familiarize com a pesquisa e possa escolher entre os docentes o seu orientador de TCC. O TCC poderá ser apresentado de duas maneiras: 1) artigo científico aceito para publicação em revista com *qualis* em coautoria com seu orientador e apresentado em disciplina de TCC II; 2) trabalho monográfico.

Os componentes curriculares “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II” – respectivamente TCC I e TCC II, além de instituírem exercício de prática de pesquisa com complexidade superior àquelas desenvolvidas no decorrer do curso, constituem uma atividade efetiva de articulação entre ensino e pesquisa, sendo um momento de aplicação e aprofundamento do conjunto de conhecimentos construídos ao longo da graduação. Ainda que, para a realização deste trabalho, o acadêmico tenha de delimitar seu objeto de estudo e definir uma área

específica, o trabalho monográfico deve expressar o resultado da contribuição de cada componente curricular em sua formação como sujeito autônomo, comprometido com as questões referentes ao Curso, capaz de estabelecer relações entre conhecimentos. Enquanto exercício de pesquisa, os TCCs permitem qualificação complementar e incentivo para que os alunos prossigam sua formação após a conclusão do curso de graduação, seja na perspectiva de investimento na atividade acadêmica, seja enquanto formação continuada com vistas à prática profissional no mercado de trabalho fora da universidade.

As orientações serão distribuídas de maneira proporcional pelos professores que façam parte da Comissão de Curso de Ciências Humanas - Licenciatura. De acordo com a Resolução nº 29 (UNIPAMPA, 2011) há possibilidade de coorientação para realização integral da proposta do trabalho monográfico.

O trabalho inicia com o componente curricular de TCC I, no sexto semestre do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura, quando o aluno, sob a orientação de um dos coordenadores do componente define seu objeto de pesquisa e elabora o projeto de seu trabalho monográfico. Neste componente, ele terá orientações gerais sobre a elaboração do projeto de pesquisa e concomitantemente definirá com seu orientador a delimitação do tema, a metodologia e o referencial teórico inicial.

Com o objetivo de colaborar com a realização das pesquisas, no encerramento do componente curricular de TCC I, haverá um seminário de apresentação e discussão dos projetos, do qual participarão os alunos e os professores do componente curricular e os demais alunos e professores do Curso. No décimo semestre, no componente curricular de TCC II, o aluno, sob a orientação do professor-orientador e coorientador quando for o caso, executará o projeto elaborado em TCC I. O trabalho deverá ser apresentado em forma de monografia ou de artigo com aceite para publicação em revista *qualis* em coautoria com seu orientador. Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do trabalho, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador, bem como comparecer aos encontros agendados. Aqueles alunos que não submeterem seu trabalho ao

acompanhamento do professor e com sua aprovação, não poderão encaminhar o trabalho à banca para avaliação.

Uma vez concluído, o trabalho será encaminhado em versão preliminar à Coordenação do Curso em três cópias impressas (uma para cada professor membro da banca de avaliação). Após a defesa pública e feitos os ajustes necessários sugeridos pela banca, o aluno terá dez dias úteis para entregar a versão final, em duas cópias impressas, uma para arquivamento na documentação do Curso e uma para a biblioteca da UNIPAMPA, e duas cópias digitais (CD-ROM). Dessa forma, cumprir-se-ão todos os requisitos para aprovação no TCC II.

Com relação ao Coordenador do TCC, de acordo com a Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011), o referido professor será indicado pela Coordenação Acadêmica, no período anterior à matrícula do TCC. Salienta-se ainda que o Coordenador de TCC esteja subordinado à Coordenação de Curso.

De acordo com Art. 125 da referida Resolução, compete à Coordenação do TCC:

- I. planejar o calendário e responsabilizar-se pelo registro das atividades correspondentes às etapas do TCC previstas no PPC;
- II. instruir os alunos matriculados em TCC, a cada início de semestre, sobre as normas e os procedimentos acadêmicos referentes à atividade curricular e sobre os requisitos científicos e técnicos do trabalho a ser produzido;
- III. providenciar a substituição de orientador nos casos de impedimento definitivo e justificado;
- IV. definir os avaliadores em comum acordo com o orientador e compor as Bancas de Avaliação;
- V. encaminhar questões administrativas referentes às defesas;
- VI. acompanhar o processo de avaliação dos discentes;
- VII. receber as versões finais corrigidas e encaminhá-las para catalogação na Biblioteca;
- VIII. encaminhar à Secretaria Acadêmica lista em que constem os TCC concluídos, com os respectivos autores, orientadores e coorientadores, ao final de cada semestre;

IX. examinar e decidir casos omissos na regulamentação específica do TCC de cada curso.

A defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados no mural do curso de Ciências Humanas – Licenciatura. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno.

De acordo com o art. 127 da resolução 29 de 2011, a banca é composta por docentes da UNIPAMPA ou convidados, com formação em nível superior, experiência e atuantes na área desenvolvida no TCC. A definição das bancas será realizada numa reunião específica da Comissão de Curso.

Cada membro da banca atribuirá nota de 0 a 7,0 (zero a sete) para o trabalho escrito e nota de 0 a 3,0 (zero a três) para a defesa oral, conforme os critérios descritos abaixo nas tabelas 1, 2 e 3; a nota final será a soma da média das notas dos três integrantes da banca, respeitando-se o peso do trabalho escrito e o da defesa oral, conforme apresentado na tabela 4.

TABELA 1	
Trabalho escrito de natureza teórico-prática	
Critérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).	2,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).	2,0
Relação teoria e prática (vinculação da análise à(s) teoria(s) apresentadas(s), qualidade/profundidade da análise).	2,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).	1,0
Total	7,0

TABELA 2	
Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica	
Critérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).	3,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).	3,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).	1,0

do trabalho).	
Total	7,0

TABELA 3	
Critérios para avaliação da defesa oral	Valor
Relevância e clareza da apresentação do trabalho	1,5
Desempenho na arguição.	1,5
Total	3,0

TABELA 4	
Nota Final	Peso
Trabalho escrito	7,0
Defesa oral	3,0

Em caso de reprovação, ao aluno deverá refazer o componente curricular de TCC II.

De acordo com o Art. 129 da Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011), o discente possui algumas atribuições que são descritas a seguir:

§1º O discente é responsável pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do trabalho monográfico e do artigo científico, especialmente em relação a plágio.

§2º O artigo e o trabalho monográfico devem seguir as normas para elaboração de trabalhos acadêmicos estabelecidos pela UNIPAMPA.

§3º O discente deve autorizar a publicação de seu trabalho monográfico e seu artigo científico na Biblioteca do seu respectivo Campus.

2.3.1.5 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

O Curso de Ciências Humanas - Licenciatura possibilita o aproveitamento de disciplinas cursadas em outros cursos da UNIPAMPA, que tenham interfaces com o Curso de Ciências Humanas –Licenciatura – avaliadas e aprovadas pela Comissão do Curso, validadas como disciplinas Complementares de Graduação – CCCGs e também sugere que sejam ofertados componentes curriculares priorizando metodologias para o ensino das ciências humanas possibilitando a formação individualizada do acadêmico.

2.3.1.6 Da implementação deste Projeto Pedagógico de Curso

O PPC será implementado em 2019/01. Apesar dele conter na sua matriz curricular componentes e cargas horárias diferenciadas do PPC anterior, não haverá migração curricular. Dito de outra forma, os acadêmicos que ingressaram até 2018/01 estarão submetidos ao PPC anterior.

2.4 METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO

A melhoria da qualidade da prática docente implica no aprendizado de novas maneiras de ensinar e desenvolver estratégias de aprendizagem. Essas discussões vêm crescendo ao longo do tempo, trazendo aos docentes dos dias atuais a busca desse perfil por meio de uma aprendizagem contínua, evidenciada pela prática no processo de formação e na valorização da pesquisa como instrumento de formação desses professores. As informações e a tecnologia atualmente se processam rapidamente, e isso exige do professor uma mudança de postura, que deve estar agora focalizada na pesquisa e na reflexão, tendo como objetivo a construção de saberes ao longo do seu crescimento profissional.

Dessa forma, o educador que atua na formação de professores precisa ter, como princípio básico, a reflexão na ação, norteando sua prática para muito além das formas tradicionais de ensino. O princípio da aprendizagem reflexiva, desenvolvido por Schön (2000), trata da necessidade de formar profissionais que venham a refletir sobre a sua própria prática, na expectativa de que a reflexão seja um instrumento de desenvolvimento do pensamento e da ação.

Schön propõe a “reflexão na ação”, ou seja, uma formação profissional baseada na valorização da prática profissional como etapa para a construção de conhecimentos, por meio da reflexão e problematização desta: “Pensamos criticamente sobre o pensamento que nos levou a essa situação difícil ou essa oportunidade e podemos, neste

processo, reestruturar as estratégias de ação, as compreensões dos fenômenos ou as formas de conceber os problemas”. (SCHÖN, 2000, p. 33)

Desta forma, a “reflexão na ação” está acompanhada de um “conhecer na ação”, ou seja, de conhecimentos, valores, percepções, conceitos e pressupostos aprendidos e que acompanham o profissional no seu cotidiano. Este conhecer é implícito, chamado por Schön de “tácito”, ou seja, nem sempre pode ser descrito verbalmente para que seja compreendido. A dificuldade em descrever este conhecimento está no fato das ações serem dinâmicas, diferentemente das teorias, que são estáticas. Por isto, ao descrever o conhecimento empregado em uma determinada ação, na intenção de compreendê-lo, o futuro professor estará realizando um processo de construção do seu saber.

A reflexão-na-ação utiliza-se do conhecer-na-ação durante a prática profissional, ou em realidades similares, simulações, no caso do processo de formação docente, pois é na atividade que surgem situações-problema a serem resolvidas de maneira espontânea e imediata. Segundo Schön, há então um momento de reflexão que buscará o conhecimento necessário aplicável àquele problema, na intenção de consertar falhas e redirecionar a ação. Pode ocorrer também uma recombinação criativa de conceitos e ideias que levam à solução desejada. Desta forma, a pessoa reflete na e durante a ação, construindo conhecimento.

O processo de reflexão-na-ação descrito até aqui é parte de um processo maior, chamado por Schön de reflexão sobre a reflexão-na-ação, que ocorre após a ação. Isto significa que, além de refletir durante a prática, é possível refletir sobre o próprio processo de reflexão-na-ação. Neste momento, são questionados não apenas o conhecimento utilizado para a solução de situações-problema, mas a estrutura de pensamento que levou àquela solução. Questionam-se os caminhos escolhidos e o próprio ato espontâneo de construir e reelaborar o conhecimento, as percepções imediatas, as justificativas utilizadas para esta ou aquela decisão, ou seja, questiona-se de maneira rigorosa e crítica os pensamentos que afetaram a ação.

O professor reflexivo também busca a realização de pesquisas baseadas em sua prática, construindo assim conhecimento para o seu desenvolvimento profissional. Silva aponta que a investigação e a reflexão mostram uma melhora do ensino, e partindo deste mesmo princípio o docente adotaria uma consciência em relação às condições de trabalho e a desenvolveria, tentando descobrir o controle do Estado sobre o seu trabalho. Dessa forma, encontraria uma maneira melhor para as suas intervenções.

Para Demo (2003), nesse processo, não apenas o estudante, mas também o professor-formador se assume como pesquisador de sua prática pedagógica, fazendo indagação, questionando o seu saber e buscando respostas através de pesquisas realizadas no cotidiano de suas atividades docentes de maneira contínua. Pesquisar, portanto, insere-se no fazer do docente e do discente, mas assumindo a pesquisa numa perspectiva crítica, conforme afirma Freire (1996, p.15):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. Pensar certo, **em termos críticos**, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando "curiosidade epistemológica". (Grifo nosso).

Sendo assim, o professor caracteriza-se como profissional reflexivo quando possui profundos conhecimentos teóricos que o ajudam a descrever, em algumas situações, o saber tácito, assim como as regras, valores, teorias estratégias que conceberam a ação. Este profissional é automotivado para continuar aprendendo, aperfeiçoando-se constantemente, ou seja, sua postura é de aprendizagem diária, pois observa e avalia as situações-problema, numa constante atitude para a correção de erros.

Em relação ao desenvolvimento da própria aprendizagem, o professor reflete sobre o que e como está aprendendo, num processo de auto-organização do próprio saber. É também capaz de distanciar-se da ação, observá-la e delimitá-la metodologicamente, comparando o que sabe com outros saberes possíveis.

O professor reflexivo pergunta criticamente, intui, imagina, investiga, utiliza a gama de conhecimentos de maneira criativa e sistêmica. Utiliza-se da experiência para reconstruir competências e concepções e agir em situações singulares, variando os conhecimentos.

A partir destas características, pode-se dizer que o desafio para a formação profissional, em especial de educadores, é grande e inclui também o auto aprendizado de quem se propõe a formar, a colaborar no desenvolvimento de pessoas autônomas, capazes de pensar, de refletir, de escolher e de aprender. Mas é no trabalho em conjunto que se constrói uma prática reflexiva possível. E apenas na relação de diálogo e de confiança mútua entre professor e estudante que se desenvolvem capacidades, competências e conhecimentos.

2.4.1 A interdisciplinaridade no curso de Ciências Humanas – Licenciatura

O debate sobre a interdisciplinaridade vem ganhando cada vez mais adesão de pensadores, principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais tais como: Japiassu (2012), Fazenda (2008), Paviani (2008), Pombo (2004), Jantsch & Bianchetti (2011), dentre outros.

De acordo com Pombo (2004) o mundo em que vivemos reclama a contribuição da interdisciplinaridade e integração dos saberes. Já na visão de Trindade (2008), a prática interdisciplinar pressupõe uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano repetitivo das tarefas na escola. O professor que assume uma prática interdisciplinar transita por regiões fronteiriças flexíveis onde há uma convivência com o “outro” sem abrir mão das suas características, possibilitando uma interdependência dialogada que promove transformações. O movimento da interdisciplinaridade, portanto é caracterizado por atitudes ante o conhecimento disciplinar. De acordo com os autores é possível compreender que não há um conceito fechado de interdisciplinaridade, sendo assim não se pode afirmar o que é ou não é interdisciplinar. Ela é uma atitude, uma prática e sobre ela podemos tecer considerações, problematizações com o objetivo de

avançar no aperfeiçoamento desta prática. De acordo com Paviani (2008), a interdisciplinaridade pode ser uma estratégia de flexibilização e integração das disciplinas, por outro lado ela pode tornar-se um mal-entendido, principalmente quando é assumida como uma solução absoluta, anulando totalmente a existência das disciplinas. Na opinião do autor, a verdadeira interdisciplinaridade busca preservar as disciplinas e não eliminá-las. Sua função é auxiliar na compreensão, no limite e na função das disciplinas.

Para o autor, na tentativa de buscar uma definição aproximada de interdisciplinaridade pode-se afirmar que ela é uma proposta metodológica ou uma forma de aplicar conhecimentos de um componente curricular em outro. Ela também pode ser uma forma de colaboração entre professores que por muitas vezes querem buscar construir algo para além dos campos disciplinares fragmentados. Com a prática interdisciplinar há uma mudança nos modos de perceber a realidade. De acordo com o autor as causas principais do surgimento da interdisciplinaridade estão no excesso de rigidez, artificialidade e a falsa autonomia das disciplinas, as quais não permitem acompanhar as mudanças no processo pedagógico e a produção de conhecimentos novos. Ela aparece como uma necessidade epistemológica e também como uma necessidade política de organização do conhecimento e institucionalização da ciência.

Fundamentado nessas reflexões teóricas, o Curso de Ciências Humanas – Licenciatura constitui-se dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a qual está presente principalmente na constituição de todo o seu ementário, que foi pensado, desde o primeiro semestre do curso, para que o aluno esteja familiarizado e seja capaz de realizar conexões entre as quatro áreas do conhecimento: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. A seguir, exemplificaremos como isto ocorre nas ementas dos componentes curriculares.

2.4.1.1 A interdisciplinaridade e as ementas do curso

Demonstraremos inicialmente como a interdisciplinaridade está presente na constituição das ementas de dez componentes curriculares que constituem a espinha dorsal do curso. Estes componentes têm o objetivo de construir uma concepção teórica das ciências humanas numa perspectiva interdisciplinar. Os componentes são: Teoria das Ciências Humanas I; II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.

Exemplificando, a ementa de Teoria das Ciências Humanas I propõe abordar os estudos de autores do período antigo ao clássico, dos pré-socráticos a Aristóteles. Propõe apresentar os autores dos períodos antigo e clássico da filosofia ocidental. Compreender os conceitos de *arché* e *physis* nos pré-socráticos. Distinguir filosofia, mito, ciência e religião. Problematizar o movimento sofista na sociedade grega. Conhecer o pensamento socrático, de Platão e das Apologias. Explorar a maiêutica e dialética enquanto métodos de investigação e do discurso. Estudar a heurística aristotélica e o seu envolvimento com a filosofia de Platão. Aqui é possível perceber que para compreender a concepção de homem é preciso adentrar no campo da filosofia e antropologia; para compreender a concepção de sociedade é necessário o aporte da sociologia. O que se verifica é que dentro deste componente curricular há o diálogo interdisciplinar de campos tidos como disciplinares (História, Filosofia e Sociologia).

A ementa do componente Teoria das Ciências Humanas II contempla os seguintes temas: a filosofia da história a caminho da ciência histórica. A constituição da ciência histórica no século XIX com o positivismo e o historicismo. Diferenças, aproximações, conflitos e avanços entre esses dois paradigmas. Proporcionar os fundamentos teóricos que possibilitaram a emergência e a efetivação da história como ciência e os seus desdobramentos. Debater sobre as principais correntes teóricas da história. Diferenciar a filosofia da história da ciência histórica do Séc. XIX. Compreender o pensamento da ciência histórica do séc. XIX e suas contribuições. Para se compreender a ciência histórica é necessário conhecer o pensamento vigente em cada período, o que por si só oportunizará um diálogo com a Filosofia. A abordagem positivista da história também necessitará do diálogo com a Sociologia, fazendo com

isso, a interdisciplinaridade em três áreas.

O componente curricular Teoria das Ciências Humanas III contempla em seu ementário: a ciência geográfica na antiguidade (o estudo do conhecimento geográfico). A geografia como ciências no século XIX. As correntes do pensamento geográfico na atualidade (Geografia quantitativa, crítica, humanista/cultural, anarquista e pós-colonial. Principais categorias de análise da geografia (espaço, região, território, lugar, escala, paisagem, redes, natureza) e aplicações na prática pedagógica. Para abordar a história da ciência geográfica é necessário dialogar com a filosofia, especificamente com os primeiros filósofos gregos. As expedições marítimas na Renascença também contribuíram para a formação do conhecimento geográfico - tal abordagem necessita de um diálogo com a História.

No componente Teoria das Ciências Humanas IV a ementa está assim constituída: o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. A formação do pensamento social brasileiro na compreensão dos principais problemas brasileiros. Para se compreender a formação do pensamento social brasileiro é necessário um diálogo com a história do Brasil e seus pensadores, onde se efetiva, portanto, um diálogo com a História e Filosofia.

Em Teoria das Ciências Humanas V os seguintes temas são abordados: epistemologia das ciências humanas. As tradições epistemológicas. Paradigmas e modelos. A cientificidade. Para tal abordagem das ciências humanas é necessário um diálogo entre as áreas da História, Filosofia, Sociologia e Geografia.

No componente curricular, Teoria das Ciências Humanas VI são discutidos os seguintes pontos: O marxismo e os Annales. O combate ao positivismo. O diálogo com as Ciências Sociais. Da história estrutural à história em “migalhas”. Novos objetos e novas fontes. Neste componente é possível perceber o diálogo entre a História e a Sociologia.

Em Teoria das Ciências Humanas VII são estudados: A origem e evolução do pensamento geográfico no Brasil, suas correntes e pensadores. Leitura das principais

transformações socioambientais brasileiras no prisma geográfico. Para a compreensão da evolução do pensamento geográfico faz-se necessário uma abordagem histórica do Brasil, assim como necessita-se de um diálogo com a Sociologia para a compreensão das transformações socioambientais.

Em Teoria das Ciências Humanas VIII são estudados: conceitos estruturadores discutidos no campo das Ciências Sociais, e que compõem os eixos temáticos da Sociologia no ensino médio. Os temas, conceitos e questões dos diferentes campos de conhecimento das Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Nestas temáticas é possível perceber um diálogo da sociologia com o campo educacional, especificamente na questão do currículo e história da educação.

Em Teoria das Ciências Humanas IX é contemplado o estudo de autores e vertentes filosóficas do período moderno. O universo de interesse da filosofia moderna nas suas correntes principais. As posições teóricas e práticas do esclarecimento europeu, bem como as doutrinas centrais do racionalismo e do empirismo nos autores Descartes, Locke e Hume. Introdução da filosofia crítica de Kant especificando as questões-chave elaboradas pelo seu pensamento. Neste componente é realizada uma abordagem histórica da filosofia o que remete a um diálogo com a História moderna ocidental contextualizando historicamente o pensamento dos filósofos, dialogando com todos os componentes que trabalham com o período moderno em especial o Iluminismo e o Renascimento.

Além dos componentes acima citados, a título exemplificativo, ainda há outros que possuem viés interdisciplinar, como os que seguem abaixo. Na primeira coluna consta o nome do componente e na segunda os campos disciplinares com que este componente dialoga:

COMPONENTE CURRICULAR	DIALOGA COM O COMPONENTE
Formação Econômica, Social e Política do Brasil I	Antropologia, Políticas Públicas em educação, História e Cultura dos Povos Originários, Africanos e Afro-brasileiros, Sociologia
Geografia Física	Meio Ambiente e Cidadania, Geografia Humana
Fronteira, região e sociedade	Antropologia, Sociologia Clássica, Formação dos Estados Americanos, Sociologia Contemporânea II, História Moderna, Estado e Sociedade na América Latina
Ética e espaços educacionais	Antropologia, Fundamentos da Filosofia, Fundamentos da Educação, Didática

Cabem ainda, algumas considerações sobre os componentes curriculares do primeiro semestre do curso, a saber: Fundamentos da História, Fundamentos da Geografia, Fundamentos da Filosofia, Fundamentos da Sociologia e Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas. Todos estes componentes foram pensados para fornecer uma primeira noção introdutória para o aluno que inicia sua formação interdisciplinar. Os aspectos fundantes de cada área do conhecimento, a saber: sua área de atuação, objeto de estudo, conceitos formadores. Conjuntamente, há a oferta da disciplina de Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas, onde o aluno poderá tomar contato com os principais autores que abordam o tema da interdisciplinaridade, bem como com o paradigma epistemológico das ciências humanas enquanto área de conhecimento. Tal disciplina também contará com a prática em sua carga horária, onde o aluno investigará na escola, seu futuro campo de atuação, como a interdisciplinaridade em ciências humanas vem sendo trabalhada e já localizar suas possibilidades e dificuldades.

Ainda, as disciplinas de Metodologia das Ciências Humanas I e II também pretendem fornecer este aporte ao estudante. Na primeira, são estudados métodos de pesquisa em ciências humanas, como o método positivista, o histórico-dialético e o fenomenológico. Na segunda, a ênfase será nos pressupostos teóricos e as práticas que envolvem as metodologias de ensino e aprendizagem das Ciências Humanas na educação básica, com ênfase nas metodologias ativas, participativas, cooperativas.

Evidentemente, para além de seu ementário (ensino), o curso tem na extensão e na pesquisa, a efetivação de sua proposta interdisciplinar. Projetos como o PIBID, PET e Residência Pedagógica já vem sendo implementados ao longo da história do curso, todos de forma interdisciplinar nas escolas do município.

2.4.2 A avaliação enquanto processo

Num primeiro momento cabe salientar que a avaliação do discente é processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação só tem sentido quando realizada a partir de um Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) coletivo e enquanto mediadora do processo ensino/aprendizagem, respeitando-se as especificidades de cada atividade pedagógica e componentes curriculares, bem como as particularidades do processo de elaboração do conhecimento dos alunos e as propostas dos docentes.

Nesse sentido, “avaliação é o processo que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias”. Nesse caso, avaliação inclui o diagnóstico e a regulação, incluindo aferição de resultados e terapêutica para a progressão. Envolve ainda, colateralmente, a certificação das aprendizagens. Em todas essas etapas, o desenvolvimento da autoavaliação é elemento central no processo da simetria invertida, do aprender a aprender e ensinar, em que o estudante-docente precisa reconhecer – com segurança e solidez – o que sabe identificar o que não sabe, e aconselhar-se sobre como poderá buscar desenvolver o que precisa e o que precisam os que por ele estarão orientados. Portanto, o principal avaliador do estudante deve ser ele mesmo. O professor, na condição de principal orientador pedagógico e acadêmico, deve trabalhar de modo a estimular seus estudantes à condição de melhores avaliadores das próprias aprendizagens, estratégia essencial para uma formação docente de alta qualidade, oferecendo, entre outros fatores, critérios bastante claros para a acreditação do trabalho discente e para a integralização curricular, que no Projeto também tentamos tratar de modo inovador.

Conforme Hoffmann (1995), quando descreve a avaliação como uma concepção transformadora: a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do professor sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do estudante, na sua trajetória de desenvolvimento das competências e na construção dos conhecimentos. Trata-se de um processo interativo, por meio do qual os estudantes e professores aprendem sobre si mesmos, vivenciando dialogicamente a realidade do processo ensino- aprendizagem no ato próprio da avaliação.

Tendo em vista a garantia dos objetivos e da qualidade do processo de formação, conforme Hoffmann (1995) e Sant'Anna (1995), a avaliação deve ser:

- Reflexiva – desenvolvida como ação investigativa e reflexiva;
- Cooperativa – trata-se de um ato coletivo e consensual do qual participam todos os envolvidos, diretos e indiretamente, na ação educativa;
- Contínua – acompanhando toda a ação pedagógica, identificando o estágio em que se encontra a execução do plano educativo;
- Integrada – a avaliação é parte integrante da ação educativa, com a qual mantém uma relação dialética: ela é produto e fator da ação pedagógica;
- Abrangente – atingindo todos os componentes da ação pedagógica;
- Versátil – deve se basear em inúmeras aferições, em vários tipos de dados, com múltiplos, variados e adequados instrumentos, e deve se processar em diferentes momentos.

A partir desses princípios, propõe-se um sistema integrado de avaliação do Curso e das atividades pedagógicas, de acordo com os objetivos do Curso e perfil do formando, como segue:

1. Enquanto mediadora do processo ensino/aprendizagem a avaliação das atividades acadêmicas deve permitir a articulação entre as etapas do processo pedagógico; e ser orientada pelos objetivos do curso e perfil esperado do formando, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e operacionalização de conceitos, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos científicos;

2. Cada instrumento de avaliação deve deixar transparente o que se pretende avaliar, quais competências e habilidades a serem desenvolvidos, bem como os critérios de avaliação, os quais devem ser discutidos previamente com os alunos, assim como os resultados e as medidas a serem tomadas para o aperfeiçoamento do processo;

3. No final de cada atividade acadêmica, alunos e professores devem discutir e avaliar o desenvolvimento das atividades, gerando novas propostas e caminhos para superação das dificuldades;

4. O aluno deve ter o retorno das avaliações com comentários e sugestões para superação dos problemas, reorganização e reelaboração do conhecimento;

5. É importante salientar que não haverá exame final e nem dependência, sendo que o aluno deverá refazer o componente curricular;

6. A nota para promoção em componentes curriculares, obrigatórias e complementares é 6,0 (seis), conforme estabelecido pela Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011).

7. O TCC – Monografia, por constituir em atividade de natureza acumulativa, processual e específica da formação que está de acordo com a proposta de desenvolvimento da pesquisa, terá nota de promoção mínima igual a 6,0 (seis), sem exame final.

Aos licenciandos e licenciandas serão proporcionadas atividades avaliativas de recuperação para aqueles e aquelas que não atingirem a média 6,0 (seis). Esta recuperação deverá ser explicitada nos planos de ensino bem como acordadas entre o docente e os discentes.

No que se refere à avaliação, o Curso de Ciências Humanas – Licenciatura de acordo com o Art. 24 do Decreto 5.296 (BRASIL, 2004) e com a Portaria 3.284 de 2003 (BRASIL, 2003) coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados

portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

2.5 MATRIZ CURRICULAR

1º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Fundamentos da Filosofia	4	0	4	60
Fundamentos da História	4	0	4	60
Fundamentos da Geografia	4	0	4	60
Fundamentos da Sociologia	4	0	4	60
Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas	4	2	6	90 60 T 30 P
TOTAL	20	2	22	330

2º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas I	4	0	4	60
Tópicos de História da Filosofia I	4	2	6	90 60T 30 P
Antropologia	4	0	4	60
Fundamentos da Educação	4	2	6	90 60 T 30 P
Metodologia Científica	4	0	4	60
TOTAL	20	4	24	360

3º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas II	4	0	4	60
Formação Econômica, Social e Política I	4	0	4	60
Psicologia da Educação	4	2	6	90 60 T 30 P
LIBRAS	4	0	4	60
Ética e Espaços Educacionais	4	0	4	60
TOTAL	20	2	22	330

4º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS	CRÉDITOS	TOTAL DE	CARGA

	TEÓRICOS	PRÁTICOS	CRÉDITOS	HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas III	4	0	4	60
Geografia Física	4	2	6	90 60 T 30 P
Política Pública em Educação	2	0	2	30
Gestão em Educação	4	0	4	60
Cartografia e Cartografia Temática	4	0	4	60
Tecnologia da Informação e Comunicação	2	2	4	60 30 T 30 P
TOTAL	20	4	24	360

5º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas IV	4	0	4	60
Sociologia Clássica	4	2	6	90 60 T 30 P
Didática	4	2	6	90 60 T 30 P
Formação Econômica, Social e Política do Brasil II	4	0	4	60
Meio Ambiente e Cidadania	2	0	2	30
CCCG I	2	0	2	30
TOTAL	20	4	24	360

6º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas V	4	0	4	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	2	0	2	30
Formação dos Estados Americanos	4	0	4	60
Formação Econômica, Social e Política do Brasil III	2	2	4	60 30 T 30 P
História e Cultura dos Povos Originários, Africanos e Afro-brasileiros	4	2	6	90 60 T 30 P
CCCG II	2	0	2	30
CCCG III	2	0	2	30
TOTAL	20	4	24	360

7º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA

				TOTAL
Teoria das Ciências Humanas VI	4	0	4	60
Pensamento Político e Econômico	4	0	4	60
Sociologia Contemporânea I	4	0	4	60
Metodologia das Ciências Humanas I	2	2	4	60 30 T 30 P
CCCG IV	2	0	2	30
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas I - História	2	2	4	60
TOTAL	18	4	22	330

8º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas VII	4	0	4	60
Geografia dos Espaços Rurais e Urbanos	4	0	4	60
Sociologia Contemporânea II	4	0	4	60
Diversidade na Educação Básica	4	2	6	90 60 T 30 P
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas II – Geografia	2	2	4	60
TOTAL	18	4	22	330

9º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas VIII	4	0	4	60
Filosofia Política	4	0	4	60
Fronteira, Região e Sociedade	2	2	4	60 30 T 30 P
História Moderna	2	0	2	30
Metodologia das Ciências Humanas II	4	2	6	90 60 T 30 P
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas III – História e Sociologia	6	4	10	150 90 T 60 P
TOTAL	22	8	30	450

10º SEMESTRE				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS	CRÉDITOS	TOTAL DE	CARGA

	TEÓRICOS	PRÁTICOS	CRÉDITOS	HORÁRIA TOTAL
Teoria das Ciências Humanas IX	4	0	4	60
Tópicos de História da Filosofia II	4	0	4	60
Geografia do Brasil: sociedade e espaço	2	0	2	30
História Contemporânea	2	0	2	30
TCC II	2	0	2	30
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas IV – Geografia e Filosofia	6	4	10	150 90 T 60P
TOTAL	20	4	24	360

ORGANIZAÇÃO

	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Componentes Curriculares obrigatórios	170	0	170	2.550
Atividades Complementares de Graduação*				200
Prática como Componente Curricular	0	28	28	420
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	8	0	8	120
Trabalho de Conclusão de Curso	4	0	4	60
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas I	2	2	4	60
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas II	2	2	4	60
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas III	6	4	10	150
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas IV	6	4	10	150
TOTAL	279	62	238	3.770

* As horas relativas às Atividades Complementares de Graduação compreendem a participação dos estudantes em Seminários, Simpósios, Congressos, Cursos de Extensão, Pesquisas Institucionais e serão cumpridas fora do horário do curso à escolha do aluno, mas contarão como horas obrigatórias para obtenção do Diploma de Licenciado e/ou Licenciada em Ciências Humanas.

COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO (CCCG)				
Programas de Aprendizagem	CRÉDITOS TEÓRICOS	CRÉDITOS PRÁTICOS	TOTAL DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA

Leitura e Produção Textual	2	0	2	30
Estado e Sociedade na América Latina	2	0	2	30
Sociologia da diferenciação e das desigualdades sociais	2	0	2	30
Poder político local e regional	2	0	2	30
Política e Mídia	2	0	2	30
História do Pensamento Político e Econômico	2	0	2	30
Integração e Cooperação Latino Americana	2	0	2	30
Sociologia do desenvolvimento e de projetos sociais	2	0	2	30
Educação Popular	2	0	2	30
Educação de Jovens e Adultos	2	0	2	30
Psicologia do Desenvolvimento	2	0	2	30
Psicologia da Aprendizagem	2	0	2	30
Filosofia da Educação	2	0	2	30
Antropologia da Educação	2	0	2	30
Movimentos Sociais	2	0	2	30
Pensamento Político e Social Latino Americano	2	0	2	30
Multimídias e Educação	2	0	2	30
LIBRAS II	2	0	2	30

Obs. Sugestões de Componentes Curriculares Complementares de Graduação além dos Componentes de Metodologia do Ensino de Geografia, Metodologia do Ensino de Sociologia, Metodologia do Ensino de História e Metodologia do Ensino de Filosofia que constam nas ementas deste PPC.

2.5.1 Ementário

1º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Fundamentos da Filosofia	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A natureza do conhecimento filosófico por comparação com a arte, a religião e a filosofia. Caracterização das principais áreas, problemas e disciplinas da filosofia, bem como abordagem de conteúdos do componente curricular em situações de ensino-aprendizagem.	
Objetivos	
Objetivo geral: Oferecer ferramental teórico para desenvolvimento de autonomia nos processos de investigação e reflexão filosófica através do estudo da evolução do pensamento na filosofia. Objetivos específicos: Buscar compreender como os problemas filosóficos foram sendo analisados, destacadamente nas principais correntes filosóficas do ocidente. Projetar os conteúdos em situações de ensino-aprendizagem.	

Referências Bibliográficas Básicas	
CHAUI, M. S. Convite a filosofia . São Paulo: Ática, 2012.	
LAW, S. Os arquivos filosóficos . São Paulo: Martins Fontes, 2010.	
NAGEL, T. Uma breve introdução à filosofia . São Paulo: Martins Fontes, 2011.	
NOVAES, J. L.; AZEVEDO, M. A. (Orgs.). A filosofia e seu ensino: desafios emergentes . Porto Alegre: Sulina, 2010.	
PLATÃO. A República : [ou sobre a justiça, dialogo político]. São Paulo: Martins Fontes, 2006.	
REALE, G. História da filosofia antiga . São Paulo, SP: Loyola, 2006.	
SEVERINO, A. J. Filosofia . 2. São Paulo: Cortez, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, A; et. al. A arte de pensar . Lisboa: Didáctica, 2007.	
ARISTÓTELES. Metafísica . São Paulo: Edipro, 2006.	
_____. Ética a Nicômaco . São Paulo: Atlas, 2009.	
BAGGINI, J. As ferramentas dos filósofos . Um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2008.	
CONEE, E.; SIDER, T. Enigmas da existência . Uma visita guiada à metafísica. Lisboa: Bizâncio, 2010.	
COSTA, C. Uma introdução contemporânea à filosofia . São Paulo, Ed Martins Fontes, 2002.	
DESCARTES. Meditações metafísicas . São Paulo: Martins Fontes, 2011.	
GALLO, S. Ensino de filosofia: teoria e prática . Ijuí: Unijuí, 2004.	
HEIDEGGER, M. Que é isto - a filosofia? São Paulo: Abril Cultural, 1973.	
MURCHO, D. (Org.). Renovar o ensino da Filosofia . Lisboa: Gradiva, 2003.	
_____. O lugar da lógica na filosofia . Lisboa: Plátano, 2003.	
STRAWSON, P. F. Análise e metafísica . Uma introdução à filosofia. São Paulo, Discurso Editorial, 2002.	
TUGENDHAT, E. Não somos de arame rígido . Conferências apresentadas no Brasil em 2001. Canoas: Editora da ULBRA, 2002.	
WARNOCK, M. Os usos da filosofia . São Paulo, Ed. Papirus.	
WILSON, J. Pensar com conceitos . São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.	

Identificação do Componente	
Fundamentos da História	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Os elementos fundantes da história: o tempo, (diacronia e sincronia). O fato e a verdade. A memória e a história, conexões e “desvios”. A natureza do ofício do historiador, o método e as fontes. As questões da neutralidade, objetividade e subjetividade. A diferença entre história e conhecimento historiográfico.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Apresentar os elementos constitutivos da história e da natureza do ofício do historiador em perscrutar as ações dos “homens no tempo”.	
Objetivos Específicos: Problematizar os elementos da história e do ofício do historiador. Debater sobre o alcance e o limite do conhecimento historiográfico a partir do método e das fontes. Destacar a diferença entre História e a produção do conhecimento historiográfico.	

Referências Bibliográficas Básicas	
BLOCH, M. Apologia da história, ou, o ofício de historiador . Rio de Janeiro: Zahar, 2001.	
BRAUDEL, F. Escritos sobre a história . São Paulo: Perspectiva, 2013.	
CERTEAU, M. de. A escrita da história . Rio de Janeiro: Forense, 2011.	
ELIAS, N. Sobre o tempo . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.	
LE GOFF, J. História e Memória . Campi nas: Ed. UNICAMP, 1996.	
VAINFAS, R.; CARDOSO, C. F. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BURKE, P. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas . São Paulo: Editora da UNESP, 1992.	
CARDOSO, C. F. VAINFAS, R. (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia . São Paulo: Campus, 1997.	
DIEHL, A. A. Clio e seus artífices ou territórios da descontinuidade . Passo Fundo: Berthier, 2015.	
_____. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação . Bauru: EDUSC, 2002.	
DOSSE, F. A história . Bauru: EDUSC, 2003.	
HARTOG, F. Evidência da História: O que os historiadores veem . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.	
HEGEL, G. W. F. Filosofia da história . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008	
HELLER, A. O cotidiano e a história . São Paulo: Paz e Terra, 2000.	
HOBSBAWM, E. J. Sobre história: ensaios . São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	
LE GOFF, J.; NORA, P. História: novos problemas . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979-1988. 3 v.	
PINSKY, C. B. Fontes históricas (organizadora) . São Paulo: Contexto, 2011.	

Identificação do Componente	
Fundamentos da Geografia	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A relação sociedade e natureza. As representações do espaço geográfico. A função social do saber geográfico.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender o espaço a partir das categorias de análise da geografia.	
Objetivos Específicos: Problematizar as relações da sociedade com o meio a partir da geografia. Reconhecer o papel da geografia no contexto da educação básica. Conhecer os signos que compõem o espaço e suas representações.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CASTRO, I. E. Geografia: conceitos e temas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.	
SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção . São Paulo: EDUSP, 2006.	
MENDONÇA, F. Geografia física: ciência Humana? São Paulo: Contexto, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANDRADE, M. C. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução a análise do pensamento geográfico . São Paulo: Atlas, 1987.	

CALLAI, H. **Educação no contexto da globalização**: Reflexões a partir de diferentes olhares. Ijuí: Unijuí, 2014.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, R. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORAES, A. C. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PASSINI, E. Y. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia**. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2014.

Identificação do Componente	
Fundamentos da Sociologia	Carga horária: 60 horas
Ementa	
História e contexto das ciências sociais. A formação do pensamento sociológico com Comte e o positivismo. A formalização da teoria sociológica com Durkheim.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender a formação das ciências sociais a partir do século XVIII e a formação do pensamento sociológico no século XIX.	
Objetivos específicos: Identificar os principais conceitos da teoria sociológica de Comte e Durkheim. Conhecer as mudanças sociais e econômicas ao longo do século XIX na Europa ocidental e o debate político decorrente desse processo, assim como o surgimento das Ciências Sociais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ADORNO, T. Introdução a sociologia . São Paulo, SP: UNESP, 2008.	
DURKHEIM, E. As regras do método sociológico . São Paulo: Martin Claret, 2008.	
TARDE, G. Monadologia e sociologia . Petrópolis: Vozes, 2003.	
TRINDADE, H. O positivismo : teoria e prática. Sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Brasília, DF: Unesco, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. Introdução ao pensamento sociológico : Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons. São Paulo: Centauro, 2005.	
ARON, R. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2008.	
DURKHEIM, E. Educação e Sociologia . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.	
LAKATOS, E. M. Sociologia geral . São Paulo, SP: Atlas, 1999.	
QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de Oliveira; OLIVEIRA, M. G. Um toque de clássicos : Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2001.	
TARDE, G. A opinião e as massas . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.	

Identificação do Componente	
Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas	Carga horária teórica: 60 h

	Prática como componente curricular: 30h Carga horária total: 90h
Ementa	
Interdisciplinaridade em Ciências Humanas. Origem das Ciências Humanas. A formação do conceito de interdisciplinaridade. As concepções de interdisciplinaridade no ensino. A pesquisa interdisciplinar, os lugares dos saberes. A interdisciplinaridade na educação básica.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender o surgimento das ciências humanas e seus alcances interdisciplinares. Objetivos específicos: Conhecer o surgimento da Ciência Moderna e das Ciências Humanas. Conhecer as características do conhecimento disciplinar. Discutir sobre o conceito de interdisciplinaridade nos aspectos teóricos e práticos. Analisar a interdisciplinaridade nas Ciências Humanas dentro da educação básica através de contato com as escolas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DOMINGUES, I. Epistemologia das ciências humanas . São Paulo, SP: Loyola, 2004. DOSSE, F. O império do sentido: a humanização das ciências humanas . Bauru, SP: Edusc, 2003. FAZENDA, I. C.A. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia . São Paulo: Edições Loyola, 2011. FAZENDA, I. C.A. (Org). Didática e interdisciplinaridade . Campinas, SP: Papirus, 2012.	
Referências Bibliográficas Complementares	
DILTHEY, W. A construção do mundo histórico nas Ciências Humanas . São Paulo: Editora Unesp, 2010. FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010. LEFF, E. Epistemologia ambiental . São Paulo, SP: Cortez, 2010. MELO, E. S.N. (Org.) Interdisciplinaridade e Ensino: saberes docentes, desafios da prática . Rio de Janeiro: Dicio Brasil, 2017. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/0B4uYprBdP-V8MIV2NUlfd25qekU/view >. Acesso em 02 de março 2018. OLIVEIRA, P. S. Metodologia das ciências humanas . São Paulo - UNESP, 1998. POMBO, O. A Interdisciplinaridade como Problema Epistemológico e Exigência Curricular. Revista Inovação , vol. 6, nº 2 (1993), pp. 173-180. SANTOS, A. B; MACHADO, J. P.; COLVERO, R. B. (Orgs.) Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas: Caminhos da Pesquisa Contemporânea . Jaguarão: CLAEC, 2017.	

2º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas I	Carga horária: 60 horas
Ementa	

O estudo de autores do período antigo ao clássico, dos pré-socráticos a Aristóteles.	
Objetivos	
Objetivo geral: Apresentar os autores dos períodos antigo e clássico da filosofia ocidental. Objetivos específicos: Compreender os conceitos de <i>arché</i> e <i>physis</i> nos pré-socráticos. Distinguir filosofia, mito, ciência e religião. Problematizar o movimento sofista na sociedade grega. Conhecer o pensamento socrático, de Platão e das Apologias. Explorar a maiêutica e dialética enquanto métodos de investigação e do discurso. Estudar a heurística aristotélica e o seu envolvimento com a filosofia de Platão.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARISTÓTELES. <i>Metafísica</i> . São Paulo: Edipro, 2006. ARISTÓTELES. <i>Organon</i> . Bauru: Edipro, 2010. BORNHEIM, Gerd. (Org.) <i>Os Filósofos Pré-Socráticos</i> (). São Paulo: Cultrix, 1985 PLATÃO. <i>A República</i> : [ou sobre a justiça, dialogo político]. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006. PLATÃO. <i>Diálogos I</i> : Teeteto (ou do conhecimento); Sofista (ou do ser); Protágoras (ou sofistas). Bauru: Edipro, 2007. PLATÃO. <i>Diálogos V</i> : O banquete; Menon (ou da virtude); Timeu; Critias. Bauru: Edipro, 2010. SPINELLI, M. <i>Questões fundamentais da filosofia grega</i> . São Paulo: Loyola, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARISTÓTELES. <i>Categorias</i> . Lisboa: Piaget, 2000. BARNES, J. <i>Filósofos pré-socráticos</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003. KERFERD, G. B. <i>O movimento Sofista</i> . São Paulo: Edições Loyola, 2003. LÉVINAS, E. <i>Humanismo do outro homem</i> . Petrópolis, RJ: 1993. OLIVA, A. <i>Pré-socráticos: a invenção da filosofia</i> . Campi nas: Papyrus, 2007. VOLTAIRE. <i>A filosofia da história</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2007. PLATÃO. <i>Diálogos III</i> (Socráticos): Fedro (ou do belo); Eutifron (ou da religiosidade); Apologia de Sócrates; Criton (ou do dever); Fedon (ou da alma) Bauru: Edipro, 2008. PLATÃO. <i>Diálogos II</i> : Georgias (ou da retórica); Eutidemo (ou da disputa); Hípias Maior (ou do belo); Hípias Menor (ou do falso). Bauru: EDIPRO, 2007. PLATÃO. <i>Diálogos IV</i> : Parmênides (ou das formas); Político (ou da realeza); Filebo (ou do prazer); Lisis (ou da amizade). Bauru: Edipro, 2009. SPINELLI, M. <i>Filósofos pré-socráticos: primeiros mestres da filosofia e ciência grega</i> . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.	

Identificação do Componente	
Tópicos de História da Filosofia I	Carga horária total: 90h Carga horária teórica: 60 horas Prática como componente curricular: 30h
Ementa	
Introdução ao estudo de autores do período medieval e os problemas filosóficos apresentados e debatidos na primeira e segunda escolástica.	
Objetivos	
Objetivo geral: Apresentar os autores do período medieval da primeira e segunda escolástica da	

filosofia ocidental.

Objetivos específicos:

Explorar os temas da primeira escolástica: o alcance e o limite do conhecimento e da vontade; a relação entre fé e razão; a dialética; a ética; o pecado; a liberdade; a política e a recepção da filosofia anterior, nos autores Santo Agostinho e Boaventura.

Conhecer os temas que marcaram a segunda escolástica: provas da existência de Deus; a querela sobre os universais; a relação entre fé, lógica e linguagem; o pecado; o vício; a recepção da filosofia antiga (platonismo e aristotelismo) nos autores São Tomás de Aquino, Duns Scotus e Guilherme de Ockham.

Referências Bibliográficas Básicas

AGOSTINHO. **A cidade de Deus** (contra os pagãos). Petrópolis: Vozes, 2010.

AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, c2002.

AGOSTINHO. **Sobre a potencialidade da alma** (de quantitate animae). Petrópolis: Vozes, 2005.

AQUINO, S. T. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2005.

HUIZINGA, J. **O outono da idade média**: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos países baixos. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LE GOFF, J. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MCGRADE, A. S. (Org.). **Filosofia medieval**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

DE BONI, L. A. **Bibliografia sobre Filosofia Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

DE BONI, L. A. (Org.). **Idade média: ética e política**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GILSON, E. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HUIZINGA, J. **O declínio da Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1978.

LE GOFF, J. **Os Intelectuais na Idade Média**. Lisboa: Estúdios, 1973.

LÉVINAS, E. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis, RJ: 1993.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999.

Identificação do Componente

Antropologia

Carga horária: 60 horas

Ementa

Conceito antropológico de cultura. Etnocentrismo e relativismo cultural. Teorias antropológicas: funcionalismo, estruturalismo e antropologia interpretativa. O método etnográfico. Antropologia brasileira.

Objetivos

Objetivo geral:

Conhecer o campo da antropologia, principais conceitos e perspectivas teóricas.

Objetivos específicos:

Identificar as definições dos conceitos de cultura, etnocentrismo e relativismo.

Conhecer os princípios da antropologia funcionalista, estruturalista e interpretativa.

Compreender as bases do método etnográfico.

Reconhecer autores e temas da Antropologia brasileira.

Referências Bibliográficas Básicas

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido . São Paulo, SP: Cosac Naify, 2004.
MALIKOWSKI, B. K. Sexo e repressão na sociedade selvagem . Petrópolis: Vozes, 2000.
ROCHA, E. P. G. O que é etnocentrismo? São Paulo: Brasiliense, 1984.
Referências Bibliográficas Complementares
_____. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil . Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
CASTRO, E. V. A inconstância da alma selvagem: outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac Naify, 2011.
CUNHA, M. C. Cultura com aspás e outros ensaios . São Paulo: Cosac Naify, 2009.
DAMATA, R. Relativizando: uma introdução a antropologia social . Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
MAUSS, M. Sociologia e antropologia . São Paulo: Cosac Naify, 2003
VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea . Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Identificação do Componente	
Fundamentos da Educação	Carga horária total: 90h Carga horária teórica: 60 horas Prática como componente curricular: 30h
Ementa	
As bases históricas e os fundamentos filosóficos e sociológicos da educação para a compreensão dos problemas e dos desafios da educação contemporânea, com ênfase na realidade brasileira. Análise de indicadores educacionais na região fronteira.	
Objetivos	
Objetivo geral: Fornecer os elementos históricos e os fundamentos filosóficos e sociológicos para a compreensão do fenômeno educativo.	
Objetivos específicos: Promover o debate sobre os fundamentos da educação para a compreensão dos problemas e desafios enfrentados pela educação na escola. Refletir sobre a situação da educação básica na realidade brasileira, suas perspectivas e seus desafios. Compreender e analisar à luz dos fundamentos da educação os indicadores educacionais da região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FARIA, L. M. (Org.). 500 Anos de educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica, 2011.	
GADOTTI, M. História das ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 2010.	
GAUTHIER, C. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente . Ijuí: Unijuí, 2013.	
PERISSE, G. Introdução à filosofia da educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2008.	
SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política . Campi nas: Autores Associados, 2002.	
Referências Bibliográficas Complementares	
APPLE, M. Educação e poder . Porto Alegre: Artmed, 1989.	
ARIÉS, P. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: LTC, 2006.	
DUBET, F. O que é uma escola justa? São Paulo: Cortez, 2010.	

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2012.
 GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2009.
 GAUTHIER, C. E TARDIF, M. **A Pedagogia**. Petrópolis: Vozes. 2010.
 STRECK, D. **Rousseau & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.
 VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2011.

Identificação do Componente	
Metodologia Científica	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Os tipos de conhecimentos. Diferenças e relações entre conhecimento empírico e conhecimento de senso comum. Conceituação de ciência e método. A pesquisa na formação acadêmica e docente. Noções introdutórias sobre tipos de trabalhos acadêmicos/científicos e publicações: fichamento, resumo, resenha, ensaio teórico, comunicação e artigo científico (aspectos materiais e formais – regras institucionais e da ABNT).	
Objetivos	
Objetivo geral: Apresentar os elementos teóricos e metodológicos que estruturam a produção do conhecimento científico na formação acadêmica e docente. Objetivos específicos: Diferenciar os tipos de conhecimento. Aplicar as normas e regras institucionais e da ABNT na elaboração de trabalhos acadêmicos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento . Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais . São Paulo: Atlas, 2009. KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . Petrópolis: Vozes, 2009. LACEY, H. Valores e atividade científica . São Paulo: Ed. 34, 2008. _____. Valores e atividade científica . São Paulo: Ed. 34, 2010. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010. MATURANA, H. R. Cognição, ciência e vida cotidiana . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
APPOLINÁRIO, F. Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa . São Paulo: Cengage Learning, 2012. DEMO, P. Educar pela pesquisa . Campi nas: Editora Autores Associados, 2007. _____. Introdução à metodologia da ciência . São Paulo: Atlas, 1985. _____. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos . Campi nas: Papyrus, 2012. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos . São Paulo: Atlas, 2007. PADUA, E. M M. de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática . Campinas: Papyrus, 2012.	

3º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas II	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A filosofia da história a caminho da ciência histórica. A constituição da ciência histórica no século XIX com o positivismo e o historicismo. Diferenças, aproximações, conflitos e avanços entre esses dois paradigmas.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral:</p> <p>Proporcionar os fundamentos teóricos que possibilitaram a emergência e a efetivação da história como ciência e os seus desdobramentos.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Debater sobre as principais correntes teóricas da história.</p> <p>Diferenciar a filosofia da história da ciência histórica do Séc. XIX.</p> <p>Compreender o pensamento da ciência histórica do séc. XIX e suas contribuições.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BARROS, J. D. Teoria da história. Os primeiros paradigmas: o positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>JENKINS, K. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>REIS, J. C. As identidades do Brasil: de Varnhagen a Fhc. Editora FGV, 2010.</p> <p>_____. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>_____. Teoria da história: tempo histórico, história do pensamento ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ARAÚJO, V. L.; MOLLO, H. M.; NICOLAZZI, F. Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>BARROS, J. D. Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>CARRETERO, M. Documentos de identidade: a construção da memória histórica em mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>DILTHEY, W. A construção do mundo histórico nas ciências humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2010.</p> <p>DOSSE, F. A história, Bauru: EDUSC, 2003.</p> <p>HARTOG, F. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>MARTINS, E. R. História pensada: teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>MITRE, A. O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.</p> <p>PROST, A. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>SIMEL, G. Ensaio sobre a teoria da história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.</p> <p>WALLERSTEIN, I. Imprensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.</p>	

Identificação do Componente

Formação Econômica, Social e Política do Brasil I	Carga horária: 60 horas
Ementa	
O Brasil da colônia ao império. A dinâmica econômica, territorial, social e política e a crise do antigo regime. Do legado lusitano ao Estado Imperial Brasileiro. A reestruturação administrativa, jurídica e política e as disputas políticas. As contradições e conflitos. A Lei de Terras, a escravidão e o abolicionismo, a Guerra do Paraguai, o (s) Partido (s) Republicano (s) e o ápice da crise com o advento da República.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender a formação econômica, territorial, social e política do Brasil da colônia ao advento da República, a partir do antigo regime, num quadro de transição e formação dos Estados Nacionais. Objetivos específicos: Perceber as contradições econômicas e sociais e políticas na longa duração e os elementos vigentes na formação e consolidação do Império Brasileiro. Identificar na independência do Brasil, a crise do sistema colonial e os conflitos entre a monarquia e o liberalismo. Refletir sobre os elementos constitutivos do Estado Imperial Brasileiro que ainda permeiam a sociedade contemporânea. Compreender as estruturas do Estado Imperial Brasileiro e as suas contradições e conflitos como resultante do conjunto de forças internas e externas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARVALHO, J. M. A construção da ordem : a elite política imperial. Teatro das sombras: A política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. DA COSTA, E.V. Da senzala à colônia . São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. _____. Da monarquia a república : momentos decisivos. São Paulo; Editora UNESP, 2010. DE HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. FARIA, S. C. A colônia brasileira : economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004. LINHARES, M. Y.; CARDOSO, C. F. (Orgs.). História geral do Brasil . Rio de Janeiro: Campos, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRUM, A. J. Desenvolvimento econômico brasileiro . Petrópolis: Vozes, 2012. CALDEIRA, J. Mauá: empresário do império . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. CARVALHO, J. M. Formação das Almas : o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. _____. (Org.). Nação e cidadania no oitocentos . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. CHAUÍ, M. S. Brasil : mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. DIMAS, A.; LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). Reinventar o Brasil : Gilberto Freyre entre história e ficção. São Paulo: EDUSP, 2006. FAUSTO, B. História do Brasil . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. FIGUEIREDO, J.R. Modos de ver a produção do Brasil . São Paulo: Edusc; Campi	

nas: Autores Associados, 2004.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

DE HOLANDA, S. B **Capítulos de história do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MOTA, C. G. **Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira. Formação e Histórias**. Editora do Senac. São Paulo. 2009

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Identificação do Componente	
Psicologia da Educação	Carga horária total: 90 h Carga horária teórica: 60 h Prática como componente curricular: 30 h
Ementa	
Surgimento, conceitos e escolas da ciência psicológica. As principais teorias da psicologia e suas interfaces para o ensino e a aprendizagem escolar. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. A psicopedagogia no contexto escolar de São Borja.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral:</p> <p>Refletir sobre as contribuições teóricas da psicologia para o estudo do processo de ensino, aprendizagem.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Identificar as etapas/fases do desenvolvimento humano.</p> <p>Conhecer as contribuições das perspectivas teóricas, comportamentalista, construtivista e interacionista para o processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>Analisar a realidade da psicopedagogia no contexto escolar de São Borja.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOCK, A. M. B. (Org). Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>CARRARA, K. (Org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>ABERASTURY, A. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.</p> <p>VIGOSTKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.</p>	

Bibliografias Complementares:

<p>BEAUDOIN, M. N. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>COLL, C. (Org.). Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>COLL, C. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre, RS: Artmed, 1994.</p> <p>GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre, RS: Artmed, 1995.</p> <p>GOLEMAN, D. Inteligência emocional : por que ela pode ser mais importante que o QI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.</p> <p>REGO, T. C. Vygotsky - Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação. Petrópolis: Vozes, 2007.</p>
--

Identificação do Componente

LIBRAS	Carga horária: 60 horas
--------	-------------------------

Ementa

<p>Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.</p>

Objetivos

<p>Desenvolver habilidades básicas expressivas e receptivas em libras para promover uma alternativa de comunicação entre as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem.</p>

<p>Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais em nível básico.</p>

<p>Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural.</p>
--

Referências Bibliográficas Básicas

<p>GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p>

<p>_____. O Ouvinte e a Surdez - Sobre Ensinar e Aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial. 2012.</p>

<p>GLAT, R. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 2012.</p>

<p>QUADROS, R.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>

Referências Bibliográficas Complementares
--

<p>CAPOVILLA, F., C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editora EDUSP, 2012.</p>
--

<p>FLAVIA, B. Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global. Editora, 2011.</p>
--

<p>MOURA, M.C. O surdo, caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.</p>

<p>RAMOS, R. Passos para a inclusão: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais. São Paulo: Cortez, 2010</p>

<p>STAINBACK, S. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999</p>

<p>STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora</p>

UFSC, 2008.
 WALTON, J. N; ALMEIDA, E. C. **Atividades ilustradas em sinais da libras**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

Identificação do Componente	
Ética e Espaços Educacionais	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A ética ao longo da filosofia ocidental. Principais doutrinas éticas sobre a moralidade. As condições de possibilidade da elaboração de conceitos, juízos e argumentos morais. Psicologia moral, formação moral. Ética e ambientes educacionais.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Introduzir a reflexão ética ao longo da filosofia ocidental e sua instituição em ambientes educacionais.</p> <p>Objetivos específicos: Reconhecer as concepções éticas ao longo da filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Compreender a ética a partir de seus principais autores. Explorar os aspectos psicológicos ligados ao desenvolvimento e formação moral. Analisar as principais doutrinas éticas sobre a moralidade. Consequencialismo, deontologia, principialismo, ética das virtudes, ética do cuidado e sentimentalismo moral. Discutir a possibilidade da instituição de ambientes éticos na escola.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Bauru: Edipro, 2009. HARE, R. M. A linguagem da moral. São Paulo: Martins Fontes, 1996. KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Abril Cultural, 1984. KANT, I. Crítica da razão prática. São Paulo: Martins Fontes, 2011. PLATÃO. Diálogos V: O banquete; Mênon (ou da virtude); Timeu; Crítias. Bauru: EDIPRO, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FRANKENA, W. Ética. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. HARE, R. M. A linguagem da moral. São Paulo: Martins Fontes. LYONS, D. As regras morais e a ética. Campi nas: Papyrus, 1990. MARCONDES, D. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. MILL, J. S. O utilitarismo. São Paulo: Iluminuras, 2000. MOORE, G. E. Ethics. New York: Oxford University Press, 1965. MOORE, G. Princípios éticos. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores). NAGEL, T. Uma breve introdução à filosofia. São Paulo: Iluminuras, 2000. OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2009. PELUSO, L. A. (Org.). Ética e utilitarismo. Campi nas: Papyrus, 1998. RACHELS, J.; RACHELS, S. A coisa certa a fazer. Leituras básicas sobre filosofia moral. São Paulo: AMGH, 2014.</p>	

RACHELS, J. **Elementos da filosofia moral**. Porto Alegre: AMGH, 2013.
 RAWL, J. **História da filosofia moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

4º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas III	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A ciência geográfica na antiguidade (o estudo do conhecimento geográfico). A geografia como ciências no século XIX. As correntes do pensamento geográfico na atualidade (Geografia quantitativa, crítica, humanista/cultural, anarquista e pós-colonial. Principais categorias de análise da geografia (espaço, região, território, lugar, escala, paisagem, redes, natureza) e aplicações na prática pedagógica.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Compreender as transformações do pensamento geográfico dentro dos contextos históricos. Objetivos específicos: Contextualizar historicamente as correntes do pensamento geográfico. Relacionar as categorias de análise geográfica e suas transformações histórico-político e espaciais. Reconhecer as correntes do pensamento geográfico na prática pedagógica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CASTRO, I. E. Geografia: conceitos e temas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. MESSIAS, W. Geografia, política e geopolítica: discursos sobre território e poder . São Paulo: Edusp, 2008. MORAES, A. C. R. Geografia pequena história crítica . São Paulo: Annablume, 2007. MOREIRA, R. O Pensamento Geográfico Brasileiro . São Paulo: Contexto, 2012. SANTOS, M. Por uma Geografia Nova . São Paulo: Hucitec, 2008. SPOSITO, E. S. Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: UNESP, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia . São Paulo: Contexto, 2012. CLAVAL, P. A geografia cultural . Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: < http://www.ebah.com.br/content/ABAAAqSWUAE/claval-paul-a-geografia-cultural >. Acesso em dez/2017. GALLUP J. L.; GAVIRIA, A.; LORA E. Geografia é Destino?: lições da América Latina . São Paulo: UNESP. 2007. HAESBAERT, R. Territórios Alternativos . São Paulo: Contexto, 2012. LACOSTE, Y. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra . Campinas: Papyrus, 2011. MORAES, A. C. R. Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil . São Paulo: Annablume, 2005. MOREIRA, R. Pensar e Ser em Geografia . São Paulo: Contexto, 2011. RIQUE, L. Do Senso Comum a Geografia Científica . São Paulo: Contexto, 2013 SANTOS. M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção . São Paulo: EDUSP, 2006.	

Identificação do Componente	
Geografia Física	Carga horária total: 90 h Carga horária: 60 h Prática como componente curricular: 30 h
Ementa	
Características gerais, processos e interações da atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera. Influências recíprocas entre natureza e sociedade. Mudanças globais, causas e consequências. Práticas pedagógicas em geografia física. Trabalho de campo de observação e análise do espaço físico sul-rio-grandense, com ênfase no bioma Pampa e Missões e sua comparação com os componentes curriculares de geografia no ensino básico, estabelecendo a relação prática e teoria.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Compreender a relação entre geografia física, a ocupação humana e suas consequências.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>Avaliar a importância do estudo do clima e a interferência antrópica na produção de mudanças;</p> <p>Compreender a formação geológica e geomorfológica;</p> <p>Reconhecer a importância do sistema hidrológico como componente da paisagem;</p> <p>Diferenciar a paisagem da Terra a partir da relação sociedade e natureza.</p> <p>Construir metodologias de ensino em geografia física.</p> <p>Atividade prática de campo para análise e reconhecimento da paisagem física sul-rio-grandense.</p> <p>Análise e comparação da paisagem geográfica com os componentes curriculares de geografia.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHRISTOFFOLETI, A. Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blücher, 1980.	
MENDONÇA, F. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2007.	
ROSS, J. Geografia do Brasil . São Paulo: USP, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
AB'SABER, A. N. Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . São Paulo: Ateliê, 2012.	
CAVALCANTI, L. S. O ensino de geografia na escola . Campinas: Papyrus, 2012.	
CHRISTOPHERSON, R. Geosistemas: uma introdução à geografia física . Porto Alegre: BookMan, 2012.	
DANSEREAU, P. Introdução à biogeografia . Revista Brasileira de geografia. Ano 11, Nº1. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n1.pdf >. Acesso em dez/2017.	
FIALHO, E. S. Climatologia: ensino e emprego de geotecnologias . Revista brasileira de Climatologia, Curitiba, Ano 9, Vol.13, p. 30-50, 2013.	
GILLUNG, J. P. Biogeografia: a história da vida na Terra . Revista da biologia. Vol. Especial Biogeografia. 2011. Disponível em: < http://www.ib.usp.br/revista/volume7 >. Acesso em dez/2017.	
VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a geografia física no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.	

Identificação do Componente	
Política Pública em Educação	Carga horária: 30 horas
Ementa	
Educação como direito a partir da Constituição de 1988 e demais diretrizes educacionais vigentes. Políticas públicas para educação.	
Objetivos	
Objetivo geral: Conhecer as diretrizes educacionais vigentes e as políticas públicas em educação. Objetivos específicos: Identificar as diretrizes educacionais vigentes a partir da Constituição de 1988; Conhecer políticas públicas ligadas à educação no contexto global e nacional; Problematizar os impactos das políticas educacionais na sociedade brasileira. Analisar a forma como a escola atua no Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (GDCA).	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. –Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ >. Acesso em junho de 2018. MORAES. B. M. (et all) Políticas Públicas de Educação . Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016. SHIROMA, E. O. Política educacional . Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CASTRO, C. M. Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade . São Paulo: Moraes, 1980. HADDAD, S. A educação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra em Bagé e Sarandi (RS) . Brasília: INEP, 1994.	

Identificação do Componente	
Gestão em Educação	Carga horária: 60 horas
Ementa	
A gestão da educação brasileira. Projeto Político Pedagógico. As concepções que fundamentam as Teorias das Organizações e de Administração Escolar. A organização do trabalho administrativo-pedagógico.	
Objetivos	
Objetivo geral: Apresentar as concepções político-pedagógicas e as teorias da organização escolar que estruturam a gestão da educação brasileira. Objetivos específicos: Debater as concepções e contextos que fundamentam as teorias da organização e da administração escolar. Compreender o conceito de gestão democrática. Refletir a respeito do lugar dos educadores e da comunidade escolar nas práticas de gestão escolar.	

Referências Bibliográficas Básicas
LIBANELO, J. C. Educação escolar: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.
PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2012.
PILETTI, N. Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar. São Paulo: Ática, 2010.
Referências Bibliográficas Complementares
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394. Brasília, 1996.
PARO, V. H. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p.
SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F; VALDEMARIN, V. T. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.
SOUZA, R. F. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.
THURLER, M. G A organização do trabalhador escolar: uma oportunidade para repensar a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.
VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2012.

Identificação do Componente	
Cartografia e Cartografia Temática	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Noções de cartografia e cartografia temática; representações espaciais, signos e significados. Mapeamento de dados da realidade nas diversas escalas para o ensino e a pesquisa. Alfabetização cartográfica e a metodologia de ensino em geografia. Noções de sensoriamento remoto e novas tecnologias.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Interpretar o espaço geográfico a partir da linguagem cartográfica	
Objetivo Específico: Reconhecer a importância da cartografia nas formas de ler o mundo; Compreender as representações em diferentes escalas; Elaborar cartografias temáticas; Reconhecer as novas tecnologias e sua interface com a prática pedagógica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FITZ, P. R. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de textos, 2008	
JOLY, F. A cartografia. Campi nas, SP: Papyrus, 2011.	
PASSINI, E. Y Alfabetização cartográfica e aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012.	
SCHAFFER, N. O. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, R. O Espaço Geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2008.	

LANG, S.; BLASCHKE, T. **Análise da paisagem com SIG**. São Paulo: Oficina de textos, 2010.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2013.

RAMOS, C. S. **Visualização Cartográfica e Cartografia Multimídia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: USP, 2011.

SIMIELLI, M. E. R. **Atlas geográfico escolar**. São Paulo: Ática, 2013.

SOUZA, J. G. **Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: UNESP, 2001.

Identificação do Componente	
Tecnologia da Informação e Comunicação	Carga horária total: 60h Carga horária teórica: 30 horas Prática como componente curricular: 30h
Ementa	
Estudo dos processos comunicacionais. Os recursos tecnológicos na sociedade contemporânea. A relação entre comunicação, tecnologia e educação. Projetos, práticas e programas de comunicação e informação na escola.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender as tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Objetivos específicos: Promover o uso dos recursos tecnológicos como ferramentas pedagógicas. Refletir sobre o impacto das novas tecnologias na sociedade. Estabelecer a relação entre as mídias e práticas pedagógicas. Analisar como se dá o uso das tecnologias nas escolas de São Borja.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CITELLI, A. Comunicação e educação: a linguagem em movimento . São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2004.	
COGO, D. M. Televisão, escola e juventude . Porto Alegre, RS: Mediação, 2001.	
LEMOS, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea . Porto Alegre: Sulina, 2010.	
LEVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.	
LOUREIRO, R. Indústria cultural e educação em tempos pós-modernos . Campinas: Papirus, 2003	
SANCHO, J. M. Tecnologias para transformar a educação . Porto Alegre: Artmed, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BACCEGA, M. A. Televisão e escola: uma mediação possível? São Paulo: Editora Senac, 2003.	
BRASIL. Educação e tecnologia (1996-2002) . Brasília MEC/INEP, 2006.	
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 2011.	

GARCIA, N. M. D; LIMA FILHO, D. L. (Orgs). **Trabalho, educação e tecnologia** :alguns dos seus enlaces. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.
 LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2007.
 _____. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.
 MARCONDES, B. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010
 NEUMANN, L. **Educação e comunicação alternativa**. Petrópolis: Vozes, 1991.
 PACHECO, E. D. **Comunicação, Educação e Arte na cultura infanto-juvenil**. São Paulo: Loyola, 1991.

5º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas IV	Carga horária: 60 horas
Ementa	
O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. A formação do pensamento social brasileiro na compreensão dos principais problemas brasileiros.	
Objetivos	
Objetivo geral: Conhecer alguns dos principais temas e problemas da Sociologia e do Pensamento Social Brasileiros. Objetivos específicos: Problematizar as próprias origens da Sociologia no Brasil, focando autores e debates desde o último quartel do século XIX. Conhecer a contribuição de pensadores brasileiros das ciências sociais do século XX.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BERNARDO, T. Ciências sociais na atualidade: percursos e desafios . São Paulo:Cortez, 2004. FREYRE, G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal . São Paulo: 2007. HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2005. ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional . São Paulo: Brasiliense, 2006. VIANNA, O. Instituições políticas brasileiras . Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FERNANDES, F Mudanças sociais no Brasil: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira . São Paulo: Global, 2008. IANNI, O. Estado e capitalismo . São Paulo: Brasiliense, 1989. _____. A sociedade global . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. PRADO JUNIOR, C. A revolução brasileira . São Paulo: Brasiliense, 1987. MARX, K. O Capital . São Paulo: EDIPRO, 2003.	

Identificação do Componente	
Sociologia Clássica	Carga horária total: 90h Carga horária teórica: 60h

	Prática como componente curricular: 30h
Ementa	
O pensamento sociológico clássico alemão. O marxismo e a sociologia compreensiva. Os conceitos, os métodos e as contribuições para o pensamento sociológico contemporâneo.	
Objetivos	
Objetivo geral: Apresentar o pensamento sociológico clássico alemão. Compreender a importância teórica e metodológica dos clássicos no âmbito da sociologia na Escola Básica. Objetivos específicos: Conhecer os principais conceitos e métodos da sociologia clássica. Relacionar os conceitos e as explicações teóricas clássicas em relação à sociedade contemporânea. Articular o conhecimento teórico dos autores clássicos com a prática observada em sala de aula e sua relação com a pesquisa empírica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
MARX, K. O Manifesto do Partido comunista . São Paulo: Martin Claret, 2006. _____. O 18 brumário de Luis Bonaparte . São Paulo: Martin Claret, 2008. SIMMEL, G. Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade . RJ, Zahar, 2006. WEBER, M. Ensaio de sociologia . Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARON, R. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2008. MARX, K. O Capital . São Paulo: EDIPRO, 2003. QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . Belo Horizonte: UFMG, 2001. WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo: texto integral . São Paulo: Martin Claret, 2007. _____. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva . Brasília: UnB, 2009.	

Identificação do Componente	
Didática	Carga horária total: 90h Carga horária teórica: 60h Prática como componente curricular: 30h
Ementa	
O processo ensino/aprendizagem. Concepções de ensino. O saber/fazer e experiências didáticas. Articulação entre teorias, métodos e técnicas de ensino/aprendizagem. Os recursos de ensino.	
Objetivos	
Objetivo geral: Apropriar-se das técnicas, métodos e teorias de ensino-aprendizagem próprias do fazer docente. Objetivos específicos: Articular currículo, plano de ensino, plano de aula, ficha didática, sequência didática e avaliação de aprendizagem.	

Discutir o planejamento do ato educativo. Exercitar o planejamento didático.
Referências Bibliográficas Básicas
FAZENDA, I. C. A. (Org). Didática e interdisciplinaridade . Campi nas: Papirus, 2012. HAYDT, R. C. C. Curso de didática geral . São Paulo: Ática, 2010. MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa . Brasília: Editora da UNB, 1999. VEIGA, I. P. A.(Org.). Lições de didática . Campi nas: Papirus, 2012. _____. Técnicas de Ensino: Por que não? Lições de didática. Campi nas: Papirus, 2011.
Referências Bibliográficas Complementares
CORDEIRO, J. F. P. Didática . São Paulo: Contexto, 2010. FRANCO, M. A. S. Didática . Embates contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010. FREITAG, B. Escola, estado e sociedade . São Paulo: Moraes, 2005 FREITAS, M. C. [org.]. Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude . São Paulo: Cortez, 2006. GADOTTI, M. Pedagogia da práxis . São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2010. GALVAO, A. M. O. Preconceito contra o analfabeto . São Paulo: Cortez, 2007. GANDIN, D. Planejamento como ética educativa . São Paulo: Loyola, 2005. HAYDT, R. C. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem . São Paulo: Ática, 2008. HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção . Da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2012. LONGAREZI, A. M.; PUENTES, R. V. (Orgs.). Panorama da didática: ensino, prática e pesquisa . Campi nas: Papirus, 2011. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . São Paulo: Cortez, 2011. MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Didática teórica . Didática prática para além do confronto. São Paulo. Edições Loyola, 1989 PILETTI, C. Didática Geral . São Paulo: Ática, 2010. VEIGA, I. P. A A prática pedagógica do professor de Didática . Campinas: Papirus, 2011. _____. Didática: o ensino e suas relações . Campi nas: Papirus, 2012. _____. Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações . Campi nas, SP: Papirus, 2012. _____. Repensando a didática . Campi nas: Papirus, 2012. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.

Identificação do Componente	
Formação Econômica, Social e Política do Brasil II	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Da República Velha ao golpe civil militar de 1964. As transformações econômicas sociais e políticas e as contradições republicanas entre os golpes e contragolpes. A sedimentação da estrutura econômica e política do Estado Nacional Brasileiro.	
Objetivos	
Objetivo geral:	

Compreender a dinâmica histórica da República Velha até o golpe civil militar em 1964.
 Objetivos específicos:
 Distinguir as diversas conjunturas econômicas, sociais e políticas.
 Perceber a passagem da descentralização à centralização política na formação do Estado Nacional.
 Identificar na conjuntura de 1964, os elementos constitutivos do golpe civil militar.

Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
 COLVERO, R. B.; RIBAS, V. L. **Getúlio Vargas e o Ministério do Trabalho: a atuação de João Goulart (1953-1954)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
 LINHARES, M. Y. (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
 WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Referências Bibliográficas Complementares

ARENDDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
 CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.
 FELIZARDO, J. **A legalidade: último levante gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
 FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
 Paulo: Editora Ática, 2006.
 LIMA JÚNIOR, O. B. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
 PRADO JR, C.; **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
 WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. Editora Ática, 2006.

Identificação do Componente

Meio Ambiente e Cidadania

Carga horária: 30 horas

Ementa

A inserção da crise ambiental na agenda política mundial. O Estado Socioambiental de Direito: ênfase na obrigatória conexão da cidadania com o elemento ecológico. Principais obstáculos à concretização do desenvolvimento sustentável na sociedade do risco e do consumo. O papel da educação no enfrentamento dos problemas ambientais.

Objetivos

Objetivo geral:

Possibilitar a edificação de instrumental teórico-prático acerca das relações entre meio ambiente e cidadania, com ênfase no papel do educador em tal construção.

Objetivos específicos:

Compreender as principais ocorrências que permitem afirmar a existência de uma crise ambiental.

Identificar as posturas dos Estados frente aos problemas de cunho ecológico.

Verificar a indissociabilidade entre direitos sociais (dentre os quais se encontra a educação) e os ambientais apreendendo, assim, a essência do chamado Estado Socioambiental de Direito.

Examinar as perspectivas conservadora e crítica da Educação Ambiental, verificando

qual se faz presente nas diretrizes curriculares para Educação Ambiental no Brasil.

Referências Bibliográficas Básicas

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2012.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares

BALANDIER, G. **O contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo, SP: Cultrix, 2004.

CARVALHO, I. C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2006.

GRUN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campi nas, SP: Papyrus, 2012.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCONDES, D. A Crise de Paradigmas e o Surgimento da Modernidade. In: BRANDÃO, Z. (org.). **A Crise de Paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 1997.

ROSS, J.; SANCHES, L. **Geomorfologia, Ambiente e Planejamento**. São Paulo: Contexto, 1991.

UNESCO. Programa Geral de Informação. **UNESCO Brasil: novos marcos de ação**. Brasília, DF: UNESCO, 2001.

VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em junho de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP n. 02**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em junho de 2018.

Identificação do Componente	
CCCG I: Metodologia do Ensino de Geografia	Carga horária: 30 horas
Ementa	
O papel do docente de geografia na educação básica. O ensino de geografia como ferramenta de interpretação do mundo. Práticas didáticas em geografia com foco na relação natureza e sociedade. Instrumentos e linguagens na prática docente. Currículo de geografia no ensino básico. Planejamento da prática e análise crítica. Avaliações como instrumento de aprendizagem.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Discutir as práticas do professor de geografia no ensino básico. Objetivos Específicos: Analisar a transformação da prática e concepções geográficas conforme o espaço tempo; Exercitar a elaboração de planos de aula e sua reflexão crítica no processo de ensino aprendizagem; Elaborar produtos e/ou processos criativos para o ensino de geografia.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CAVALCANTI, L. S. O ensino de Geografia na escola . Campinas (SP): Papyrus, 2012. SCHÄFFER, N. O. (et. Al). Um globo em suas mãos: práticas para sala de aula . Porto Alegre: Penso, 2011. STRAFORINI, R. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais . São Paulo: Annablume, 2008. VESENTINI, J. W. (org.). O ensino de geografia no século XXI . Campi nas, SP: Papyrus, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, R. D. Cartografia Escolar . São Paulo: Contexto, 2011. _____. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . São Paulo: Contexto, 2013. _____. O espaço geográfico: ensino e representação . São Paulo: Contexto, 2013. CAVALCANTI, L. S. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana . Campi nas (SP): Papyrus, 2012. _____. Geografia, escola e construção de conhecimentos . Campi nas (SP): Papyrus, 1998. GATTO, B. A. O professor e a avaliação em sala de aula . Estudos em Avaliação Educacional. N. 27, jan-jun, 2003. Disponível em: < http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1150/1150.pdf >. Acesso em fev. 2016. OLIVEIRA, A. U. (orgs.) Para onde vai o ensino de geografia? São Paulo: Contexto, 2012. PASSINI, E. Y.; PASSINI, R.; MALYSZ, S. T. (orgs.) Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado . São Paulo: Contexto, 2011. PONTUSCHKA, N. N. Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública . São Paulo: Loyola, 2002. PONTUSCHA, N. N.; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia . São Paulo: Cortez, 2009.	

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas V	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Epistemologia das ciências humanas. As tradições epistemológicas. Paradigmas e modelos. A cientificidade.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral</p> <p>Compreender os elementos epistemológicos fundamentais das Ciências Humanas e seus métodos.</p> <p>Objetivos específicos</p> <p>Diferenciar as tradições epistemológicas.</p> <p>Refletir sobre a objetividade em Durkheim, Marx, Freud e Weber.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>DOMINGUES, I. Epistemologia das ciências humanas: tomo 1: positivismo e hermenêutica. São Paulo, SP: Loyola, 2004.</p> <p>MATURANA, H. R. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.</p> <p>NORRIS, C. Epistemologia: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.</p> <p>DOMINGUES, I. Grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo, SP: Loyola, 1994.</p> <p>FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências. São Paulo, SP: Universidade Estadual Paulista, 1995.</p> <p>FOUCAULT, M. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011.</p> <p>HUME, D. Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. São Paulo, SP: Unesp, 2009.</p> <p>LACEY, H. Valores e atividade científica: volume 1. São Paulo, SP: Ed. 34, 2008.</p> <p>LACEY, H. Valores e atividade científica: volume 2. São Paulo, SP: Ed. 34, 2010.</p>	

Identificação do Componente	
Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	Carga horária: 30 horas
Ementa	
A estruturação e os procedimentos teóricos e metodológicos para a realização do projeto de pesquisa.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral:</p> <p>Proporcionar os aportes teóricos, metodológicos e técnicos para a construção do projeto de pesquisa.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Compreender os elementos de forma (Normas da ABNT e normas do Manual de Normalização da UNIPAMPA) e conteúdo para elaboração do projeto.</p> <p>Elaborar um projeto de trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo em seminário final</p>	

da disciplina.
Referências Bibliográficas Básicas
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais . São Paulo: Cortez, 2010. KAHLMAYER-MERTENS; R.FUMANGA, M.;TOFFANO, C. B; SIQUEIRA, F. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método . Rio de Janeiro: FGV, 2007. LAKATOS, E.; M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica . São Paulo: Atlas, 2006.
Referências Bibliográficas Complementares
BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1999. BRZEZINSKI, I.; ABBUD, M. L. M.; OLIVEIRA, C. C. Percursos de Pesquisa em Educação . Ijuí: Unijuí, 2007. ESTEBAN, M. P. S. Pesquisa qualitativa em educação: Fundamentos e tradições . Porto Alegre: AMGH, 2010. GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. Questões de Método na construção da Pesquisa em Educação . São Paulo: Cortez, 2011. MANUAL DE NORMALIZAÇÃO PARA TRABALHOS ACADÊMICOS DA UNIPAMPA. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf . Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

Identificação do Componente	
Formação dos Estados Americanos	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Da América Colonial ao século XXI. A formação dos Estados Nacionais Latino-Americanos. O processo histórico entre as diversas conjunturas políticas, sociais e econômicas.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender o processo histórico da formação dos Estados latino-americanos no bojo das permanências das estruturas coloniais. Objetivos específicos: Problematizar a realidade social e política latino-americana. Relacionar as estruturas econômicas com as conjunturas políticas e sociais dos Estados americanos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. História das Américas: Novas Perspectivas . Rio de Janeiro: FGV, 2011. DONGHI, H. História da América Latina . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. FERRÉ, A. M.; METALLI, A. A América Latina do Século XXI . Rio de Janeiro: Vozes, 2006. FILHO, P. C. No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70 . São Paulo: Cortez, 2003. HOBSBAWN, E. J. Nações e Nacionalismo: desde 1780 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. PINSKY, J. et al. História da América através de textos . São Paulo: Contexto. 2011.	

POZO, J. **História da América Latina e do Caribe: Dos processos de Independência aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

ALBUQUERQUE, J. A. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALMON, P. **História social do Brasil: Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMÍN, H. A.; MEYER, L. **À Sombra da revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910 – 1989.** São Paulo: USP, 2000.

CAÑIZARES-ESGUERRA, J. **Como escrever a história do Novo Mundo.** São Paulo: USP, 2011.

FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G. L. **Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Estereótipos.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GILROY, P. **O Atlântico negro.** São Paulo: Ed 34, 2012.

HOBSBAWM, E. RANGER, T. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2008.

KHANNA, P. **O segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global.** Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

MALAMUD, A. **Fragmentação e divergência na América Latina.** Relações Internacionais, dezembro: 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n24/n24a08.pdf>>. Acesso em 18 de março de 2018.

MALERBA, J. **A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Identificação do Componente

Formação Econômica, Social e Política do Brasil III	Carga horária total: 60 h Carga horária teórica: 30 h Prática como componente curricular: 30 h
---	--

Ementa

A conjuntura econômica, social e política que antecedeu o golpe civil militar em 1964. Os militares no poder. Os Atos Institucionais e a abertura política controlada. A sociedade civil e a redemocratização. A crise do modelo econômico. O século XXI e o regresso conservador e neoliberal. A educação no referido período histórico

Objetivos

Objetivo geral:

Compreender a dinâmica econômica, social e política da conjuntura do regime civil militar e da transição para o regime democrático.

Objetivos específicos:

Analisar o contexto social, político e econômico do regime civil militar.

Compreender a dinâmica social e política da redemocratização brasileira.

Refletir sobre as consequências pós-redemocratização.

Realizar análise de livros didáticos no período da ditadura militar e redemocratização

Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro:

<p>Civilização Brasileira, 2010.</p> <p>LINHARES, M. Y. (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990.</p> <p>FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.</p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.</p> <p>GALLO, C. A.; RUBERT, S. (Orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.</p> <p>GASPARI, E. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p> <p>_____. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.</p> <p>_____. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p> <p>GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p> <p>HABERT, N. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar. São Paulo: Editora Ática, 2006.</p> <p>MAINWARING, S. et al. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz & Terra, 2000.</p> <p>MENEGUELLO, R. Partidos e governos no Brasil contemporâneo, 1985-1997. São Paulo: Paz & Terra, 1998.</p> <p>PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2007.</p> <p>_____. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.</p> <p>PADRÓS, E. S. (Org.). [et. al.] A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Porto Alegre: Corag, 2010.</p> <p>_____. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Porto Alegre: Corag, 2010.</p> <p>_____. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Porto Alegre: Corag, 2010.</p> <p>_____. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Porto Alegre: Corag, 2010.</p> <p>SADER; GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p> <p>WEFFORT, F. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. Editora Ática, 2006.</p>

Identificação do Componente	
História e Cultura dos povos originários, africanos e afro-brasileiros	<p>Carga horária total: 90h</p> <p>Carga horária teórica: 60h</p> <p>Prática como componente curricular: 30h</p>
Ementa	
<p>Povos originários e afro-brasileiros na formação social e cultural do Brasil. Estudo da África e</p> <p>Brasil na perspectiva pós-colonial. Educação antirracista. A educação nas relações étnico-raciais. Estudo das leis 10.639/03 e 11.645/08 - a temática africana, afro-brasileira e indígena na</p>	

sala de aula. Trabalho de campo de análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, dos Planos de ensino no que concerne à temática africana, afro-brasileira e dos povos originários. Estudo de espaços educativos de povos originários e quilombolas.

Objetivos

Objetivo geral:

Compreender a formação social, cultural, epistemológica e política do Brasil a partir dos povos africanos, afro-brasileiros e povos originários.

Objetivos específicos:

Discutir a educação nas suas dimensões étnico-raciais: desconstrução de racismos.

Elaborar instrumentos pedagógicos para práticas antirracistas no cotidiano escolar.

Analisar à luz dos fundamentos da educação antirracista os Projetos Políticos Pedagógicos e

Planos de Ensino da educação básica na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul.

Conhecer os diferentes espaços de formação de povos originários e quilombolas.

Referências Bibliográficas Básicas

FERREIRA, M. K. L.; SILVA, A. L. (Orgs.). **Antropologia, História e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2011.

RIBEIRO, B. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

COLAÇO, T. L. **“Incapacidade” indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas**. Curitiba: Juruá, 2012.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA, M. C. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FARIA, S. C. **A colônia brasileira: economia e diversidade**. São Paulo: Moderna, 2004.

FUNARI, P. P.; PIÑÓN, A. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, N. L.; MUNANGA, K. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

ISAIA, A. C.; MANOEL, I. A. (Orgs.). **Espiritismo e religiões e religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

LIMA, M. N. M. (Org.) **Escola plural: a diversidade na sala; formação de professores em História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2006.

LINHARES, M. Y. (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LODY, R. **O povo de santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. **Memória d’África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, F. S. **Afro-descendência em cadernos negros e jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

WOLKMER, A. C. (Org.) **Direito e justiça na América Indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

Identificação do Componente	
CCCG II: Metodologia para o Ensino da Sociologia	Carga horária: 30 horas
Ementa	
As pesquisas sobre o ensino de Sociologia. As bases normativas e legais para o ensino da Sociologia. Metodologias que sugerem alternativas para organização do processo de ensino e aprendizagem escolar da Sociologia.	
Objetivos	
Objetivo geral Conhecer as propostas metodológicas para o ensino e aprendizagem escolar da Sociologia. Objetivos específicos Analisar as propostas de ensino e aprendizagem da Sociologia em vigência. Exercitar práticas de ensino e aprendizagem alternativas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DIAZ, B.; JUAN, E. Estratégias de ensino-aprendizagem . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. SAINT-ONGE, M. O ensino na escola: O que é e como se faz . São Paulo, SP: Loyola, 2001. BAUMAN, Z. Aprendendo a pensar com a sociologia . Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio . Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf >. Acesso em abril de 2018. BRASIL. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. BRASIL. PCN+ Ensino Médio . Orientações educacionais complementares. Ciências Humanas e suas Tecnologias. BNCC. Ensino Médio . Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf >. Acesso em junho de 2018 COSTA, C. Sociologia: introdução a ciência da sociedade . São Paulo, SP: Moderna, 1998. GIDDENS, A. Sociologia . Porto Alegre, RS: Artmed, 2005. MORAES, A. C. Sociologia: ensino médio/Coordenação - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. TELES, M. L. S. Sociologia para jovens: iniciação a sociologia . Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.	

Identificação do Componente	
CCCG III: Metodologia do Ensino da Filosofia	Carga horária: 30 horas

Ementa
O ensino da Filosofia na educação básica. Princípios para uma didática filosófica. A Filosofia e a interdisciplinaridade. A Filosofia, o currículo escolar e a prática docente.
Objetivos
Objetivo geral: Oferecer metodologias e ferramentas para o ensino de filosofia na educação básica. Objetivos específicos: Contribuir na construção de habilidades de investigação, pensamento e raciocínio filosóficos. Abordar a filosofia a partir de seus problemas e os modos de se fazer filosofia na educação básica. Elaborar atividades e materiais didáticos para o ensino de Filosofia de forma interdisciplinar e temática.
Referências Bibliográficas Básicas
CERLETTI, A. O ensino de filosofia como problema filosófico . Ed. Autentica, 2009. GALLO, Silvio. Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio . Campi nas: Papyrus, 2012. NOVAES, J. L.; AZEVEDO, M. A. (Orgs.). A filosofia e seu ensino: desafios emergentes . Porto Alegre: Sulina, 2010. PORTA, M. A Filosofia a Partir de seus Problemas . Didática e metodologia do estudo filosófico. Lisboa: edições Loyola, 2000. ROCHA, R. P. Ensino de Filosofia e currículo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
Referências Bibliográficas Complementares
ALMEIDA, Aires; et. al. A arte de pensar . Lisboa: Didáctica, 2007. ARISTÓTELES. Metafísica . São Paulo: Edipro, 2006. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco . São Paulo: Atlas, 2009. BAGGINI, J. As ferramentas dos filósofos . Um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2008. DESCARTES. Meditações metafísicas . São Paulo: Martins Fontes, 2011. GALLO, S. Ensino de filosofia: teoria e prática . Ijuí: Unijui, 2004. MURCHO, D. (Org.). Renovar o ensino da Filosofia . Lisboa: Gradiva, 2003. PENCO, P. Introdução à filosofia da linguagem . Petrópolis: Vozes, 2006. POMBO, O. “Epistemologia da interdisciplinaridade”. Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras . Unioeste: Campus Foz do Iguaçu, v. 10, nº1, p. 9-40. 2008.

7º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas VI	Carga horária: 60 horas
Ementa	
O marxismo e os Annales. O combate ao positivismo. O diálogo com as Ciências Sociais. Da história estrutural à história em “migalhas”. Novos objetos e novas fontes.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender o processo de formação da Ciência Histórica na esteira da crítica à história positivista e do diálogo com as ciências sociais. Objetivos específicos:	

Compreender os diversos aportes teóricos e metodológicos a partir dos Annales. Diferenciar a história estrutural de longa duração e a história em “migalha”.
Referências Bibliográficas Básicas
BARROS, J. D’ A. Teoria da História . A escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Vozes, 2012.
_____. Teoria da História . Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2011.
REIS, J. C. A história entre a filosofia e a ciência . Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
SILVA, R. F.; NOVAIS, F. (Org.). Nova história em perspectiva . São Paulo: Cosac Naify, 2011.
Referências Bibliográficas Complementares
BARROS, J. D’ A. Teoria da história . Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2011.
BLOCH, M. Apologia da história ou o ofício de historiador . Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.
BURKE, P. História e teoria social . São Paulo: Editora UNESP, 2002.
DOSSE, F. A história , Bauru: EDUSC, 2003.
PROST, A. Doze lições sobre a história . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
REIS, J. C. As identidades do Brasil: de Varnhagen a Fhc . Editora FGV, 2010.
SALES, V. (Org.). Os historiadores . São Paulo: Editora UNESP, 2011.
SIMEL, G. Ensaio sobre a teoria da história . Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

Identificação do Componente	
Pensamento Político e Econômico	Carga horária: 60 horas
Ementa	
O pensamento político e econômico clássico, na formação da sociedade moderna ocidental e na transição para a sociedade contemporânea do séc. XIX. O individualismo, a liberdade, a igualdade, a liberdade e a representação. Política e revolução em oposição ao liberalismo. (John Locke, Tocqueville, Stuart Mill e Marx). Da economia política de Adam Smith à economia moderna de David Ricardo. A crítica de Marx a economia moderna.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender o pensamento político econômico na formação da sociedade moderna nas suas variantes. Objetivos específicos: Distinguir as dimensões políticas e econômicas do liberalismo clássico. Relacionar a crítica de Marx ao liberalismo.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARNEIRO, Ricardo. (Org.) Os clássicos da economia . Vol. 01. São Paulo: Ática, 2003.	
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005	
WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os clássicos da política . Vol. 01. São Paulo: Ática, 2006.	
_____. Os clássicos da política . Vol. 02. São Paulo: Ática, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
 CARNEIRO, R. (Org.) **Os clássicos da economia**. Vol. 01. São Paulo: Ática, 2003.
 MARX, K. **O capital**: edição condensada. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.
 RASMUSSEN, U.W. **Economia para não economistas**: a desmistificação das teorias econômicas. São Paulo: Saraiva, 2006.
 SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2012.
 WALLERSTEIN, I. M. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2001.
 WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**: texto integral. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

Identificação do Componente	
Sociologia Contemporânea I	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Principais correntes teóricas do campo da Sociologia predominantes no início do século XX. Fenomenologia sociológica. Interacionismo simbólico. Estruturalismo e Funcionalismo. Escola de Frankfurt. Marxismo. Teoria Figuracional.	
Objetivos	
Objetivo geral: Conhecer as teorias sociológicas contemporâneas até meados do século XX. Objetivos específicos: Compreender os princípios teóricos e metodológicos da sociologia contemporânea. Identificar as contribuições dos autores do período: Alfred Schutz, Erving Goffman, Parsons e Merton, Theodor Adorno, Antonio Gramsci e Norbert Elias.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ADORNO, T. Indústria Cultural e Sociedade . São Paulo: Paz e Terra, 2002. GOFFMAN, E. Estigma : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Petrópolis: Vozes, 2008. SCOTT, J. 50 sociólogos fundamentais . São Paulo, SP: Contexto, 2007. _____. 50 grandes sociólogos contemporâneos . São Paulo, SP: Contexto, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ADORNO, T. W. Introdução a sociologia . (1968). São Paulo, SP: UNESP, 2008. BOURDIEU, P. O poder simbólico . Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005. GOFFMAN, E. Comportamento em lugares públicos : notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. _____. Escritos políticos . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. ELIAS, N. Estabelecidos e Outsiders . Rio de Janeiro: Zahar: 2000. JAY, M. A imaginação dialética : história da escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. PARSONS, T. A estrutura da ação social . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.	

Identificação do Componente	
Metodologia das Ciências Humanas I	Carga horária total: 60h Carga horária teórica: 30 h Prática como componente curricular:

	30h
Ementa	
Métodos de pesquisa em ciências humanas. O positivismo, o histórico-dialético e a fenomenologia. Metodologias de pesquisa em ciências humanas. A prática da pesquisa em ciências humanas no contexto da educação básica.	
Objetivos	
Objetivo geral: Conhecer os métodos específicos de pesquisa nas ciências humanas. Objetivos específicos: Ampliar os conhecimentos acerca dos processos de pesquisa e as opções metodológicas em ciências humanas. Realizar exercício com metodologia específica aplicada à pesquisa de TCC I. Analisar como se dá a pesquisa na área das ciências humanas nas escolas da região.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo: Cortez, 2006. GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais . Rio de Janeiro: Record, 2011. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 2011. FAZENDA, I. C. A. (org.). Metodologia da pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 2010. LAVILLE, C.; DIONNE, J.; SIMAN, L. M. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: ArtMed, 1999.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas . São Paulo: Martins Fontes, 2010. JAPIASSU, Hi. Introdução ao Pensamento Epistemológico . Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979. _____. Nascimento e morte das Ciências Humanas . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. _____. Questões epistemológicas . Rio de Janeiro: Imago, 1981. _____. O Mito da neutralidade científica . Rio de Janeiro: Imago, 1975. MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos . São Paulo: Atlas, 2009. NIDELCOFF, M. T. A escola e a compreensão da realidade: ensaio sobre a metodologia das ciências sociais . São Paulo: Brasiliense, 1985. THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação . São Paulo: Cortez, 2001.	

Identificação do Componente	
CCCG IV: Metodologia do Ensino de História	Carga horária: 30 horas
Ementa	
Contextualização histórica da disciplina. A Nova Base Comum Curricular e as diretrizes nacionais para o ensino de História; O saber histórico. A estruturação dos conteúdos.	

Metodologia, recursos aplicáveis.
Objetivos
Objetivo geral: Desenvolver o estudo do ensino de História, os seus saberes e práticas. Objetivos específicos: Compreender o campo do conhecimento histórico no contexto do ensino. Analisar a relação entre o ensino e o campo da História. Compreender a didática e prática de ensino de História e os princípios a Nova Base Comum Curricular Nacional. - BCCN para a História.
Referências Bibliográficas Básicas
BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2004. _____. O saber histórico na sala de aula. São Paulo, SP: Contexto, 2010. BRASIL. Ministério da Educação. Legislação Educacional – De 2003 a 2010. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4727.pdf >. Acesso em 01 de março de 2018. BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 193) Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm >. Acesso em: 01 de março de 2018. BRASIL. Ministério da Educação. Nova Base Comum Curricular Nacional –BCNC. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 01 de março de 2018. FONSECA, S. G. Experiências, reflexões e aprendizados. Campi nas, SP: Papyrus, 2011 KARNAL, L. (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.
Referências Bibliográficas Complementares
DOLLE, J. Princípios para uma pedagogia científica. Porto Alegre, RS: Penso, 2011. MONTENEGRO, A. T. História, metodologia, memória: São Paulo, SP: Contexto, 2010. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo, SP: Cortez, 2011. PENTEADO, H.D. Metodologia do ensino de História e geografia. São Paulo, SP: Cortez, 2011. SACRISTAN, G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000; SILVA, M.; FONSECA, S. G. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campi nas: Papyrus, 2007 ZAMBONI, E; FONSECA S. Espaços de formação do professor de História. Campi nas, SP: Papyrus, 2008. .

Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas I - História	Carga horária: 60 horas Carga horária teórica: 30 horas Carga horária prática: 30 horas
Ementa	
O exercício da docência no componente curricular de História no Ensino Fundamental. Diagnóstico da(s) turma(s), observação, planejamento, realização, avaliação e análise do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido.	
Objetivos	
Objetivo geral: Participar de forma sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação escolar sob orientação de um docente do curso e supervisão de um professor da educação básica. Objetivos específicos: Adquirir e ampliar conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho; Desenvolver competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais necessários à formação do professor; Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BITTENCOURT, C. O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2010. DOLLE, J. Princípios para uma pedagogia científica . Porto Alegre, RS: Penso, 2011. PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e geografia . São Paulo: Cortez, 2011. VEIGA, I. P. A. Técnicas de Ensino: Por que não? São Paulo: Papyrus, 2011	
Referências Bibliográficas Complementares	
CATELLI JUNIOR, R. Temas e Linguagens da História: ferramentas para a sala de aula no ensino médio . São Paulo: Scipione, 2009. GUIMARAES, S. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados . Campi nas: Papyrus, 2011. HAYDT, R. C. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem . São Paulo: Ática, 2008. HOFFMANN, J. Avaliação Mediadora: uma prática em construção. Da Pré Escola à Universidade . Porto Alegre: Mediação, 2012. KARNAL, L. História na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2010. PINSKY, C. B. Novos temas nas aulas de história . São Paulo: Contexto, 2010. SILVA, M.; GUIMARÃES, S. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido . São Paulo: Papyrus, 2012.	

8º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas VII	Carga horária: 60 horas
Ementa	
Origem e evolução do pensamento geográfico no Brasil, suas correntes e pensadores. Leitura das principais transformações socioambientais brasileiras no prisma geográfico.	
Objetivos	

<p>Objetivo Geral</p> <p>Analisar as influências das correntes do pensamento geográfico no desenvolvimento da geografia no Brasil.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Identificar os precursores da geografia brasileira;</p> <p>Analisar o espaço geográfico brasileiro a partir da geografia contemporânea;</p> <p>Reconhecer as influências globais do pensamento geográfico na constituição e desenvolvimento da geografia brasileira.</p>
<p>Referências Bibliográficas Básicas</p> <p>AB’SABER, A. Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2012.</p> <p>SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.</p> <p>MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010-2012.</p> <p>ROSS, J. Geografia do Brasil. São Paulo: USP, 2011.</p>
<p>Referências Bibliográficas Complementares</p> <p>BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: UNICAMP, 2007.</p> <p>CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2008.</p> <p>CASTRO, I. E. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.</p> <p>HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: “do fim” dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.</p> <p>MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 2008.</p> <p>_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.</p> <p>PRADO JR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2011.</p> <p>ROSS, J. Geografia do Brasil. São Paulo: USP, 2011.</p> <p>SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.</p> <p>_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.</p>

Identificação do Componente	
Geografia dos espaços rurais e urbanos	Carga horária: 60h
Ementa	
Formação das paisagens urbanas e rurais a partir da apropriação do espaço pelas atividades de produção. Evolução da agricultura. Uso do solo e estrutura agrária. Estudo da formação e expansão dos espaços urbanos. Relações entre urbanização e industrialização. Aspectos contemporâneos da produção urbana. Resistências e conflitos nos espaços urbanos e rurais.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Compreender a produção do espaço urbano e rural.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>Compreender formas, processos e atores da produção do espaço rural e urbano;</p>	

Identificar o impacto das tecnologias na produção desigual e combina do espaço; Analisar os conflitos sociais do rural e urbano.
Referências Bibliográficas Básicas
CARLOS, A. F. A. A (Re)produção do espaço urbano . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. ROSS, J. S. Geografia do Brasil . São Paulo: Edusp, 2011. SANTOS, M. A urbanização brasileira . São Paulo: Edusp, 2005.
Referências Bibliográficas Complementares
CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios . São Paulo: Contexto, 2012. CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). Geografia das Metrôpoles . São Paulo: Contexto, 2012. OLIVERIRA, A. U. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária . São Paulo: Labur edições, 2007. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ar_i.pdf > SANTOS, M. Manual de geografia urbana . São Paulo, Labur 2008. SOUZA, M. L. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios . São Paulo: Contexto, 2012.

Identificação do Componente	
Sociologia Contemporânea II	Carga horária: 60 horas
Ementa	
As vertentes teóricas da sociologia a partir da segunda metade do século XX, com ênfase em seus principais paradigmas e a compreensão dos problemas sociais que afetam os indivíduos no período contemporâneo.	
Objetivos	
Objetivo geral: Analisar as teorias sociológicas contemporâneas e suas formas de compreensão dos problemas sociais que afetam os indivíduos. Objetivos específicos: Compreender o papel social da mídia na sociedade contemporânea. Conhecer o conceito de exclusão social. Identificar no contexto da sociedade contemporânea, a relação trabalho e educação e suas implicações políticas econômicas e sociais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ADORNO, T. Indústria Cultural e Sociedade . São Paulo: Paz e terra, 2002. BERGER, P. L. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento . Petrópolis: Vozes, 2005. CORCUFF, P. As Novas Sociologias . Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001. GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada . Petrópolis: Vozes, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOURDIEU, P. Contrafogos 2: por um movimento social europeu . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. . O poder simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.	

_____. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FREDERICO, C. **Sociologia da cultura: Lucien Goldman e os debates do século XX**. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIDDENS, A. **A Constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Identificação do Componente	
Diversidade na Educação Básica	Carga horária total: 90h Carga horária teórica: 60h Prática como componente curricular: 30h
Ementa	
Estudos de identidade, igualdade, diferença e direitos humanos. Diversidades e multiculturalismo na escola e no currículo. Relações de gênero, sexualidade e étnico-raciais na educação. Estudo da diversidade do ambiente escolar na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. Aproximação e análise da realidade escolar no que tange à promoção de práticas educacionais e institucionais que promovam o reconhecimento, valorização e emergência de ações voltadas para a diversidade étnica, de gênero, geracional e social.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral:</p> <p>Problematizar o conceito de diversidade e suas implicações na educação.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Problematizar os conceitos de identidade, igualdade, diferença e direitos humanos.</p> <p>Compreender a diversidade e o multiculturalismo nas suas conexões com o currículo escolar.</p> <p>Analisar as políticas públicas voltadas para educação: formas de inclusão de populações de baixa renda, educação especial, juventudes.</p> <p>Proporcionar uma vivência reflexiva sobre diferenças, pluralidades, diversidades, preconceitos, estereótipos e clichês.</p> <p>Realizar atividade de pesquisa sobre as questões de corpo, sexualidade, gênero e etnia, a partir de literatura, cinema, fotografia, tecnologias, documentos, sites de internet, jornais, revistas, entre outros.</p> <p>Realizar atividade de pesquisa e observação no ambiente escolar acerca das ações voltadas para a diversidade.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>FELDMAN-BIANCO, B.; CAPINHA, G. (orgs.). Identities: estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.</p> <p>HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p> <p>SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p>	

Referências Bibliográficas Complementares
BOURDIEU, P. A dominação masculina . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
_____. Escritos de educação . Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
FUNARI, P. P.; PIÑÓN, A. A temática indígena na escola : subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.
HALL, S. Identidade e diferença : a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade . Porto Editora, 2001.
_____. Corpo, gênero e sexualidade : um debate contemporâneo na educação. 8ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Identificação do Componente	
Estágio Curricular Supervisionado em Ensino de Ciências Humanas II – Geografia	Carga horária: 60 horas Carga horária teórica: 30 horas Carga horária prática: 30 horas
Ementa	
O exercício da docência no componente curricular de Geografia no Ensino Fundamental. Diagnóstico da(s) turma(s), observação, planejamento, realização, avaliação e análise do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido.	
Objetivos	
Objetivo geral: Participar de forma sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação escolar sob orientação de um docente do curso e supervisão de um professor da educação básica.	
Objetivos específicos: Adquirir e ampliar conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho; Desenvolver competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais necessários à formação do professor; Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional	
Referências Bibliográficas Básicas	
DOLLE, J. Princípios para uma pedagogia científica . Porto Alegre, RS: Penso, 2011.	
PACHECO, J. A. Políticas curriculares : referenciais para análise. Porto Alegre: Artmed, 2003.	
PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e geografia . São Paulo: Cortez, 2011.	
VEIGA, I. P. A. Técnicas de Ensino : Por que não? São Paulo: Papirus, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CAVALCANTI, L. S. A geografia escolar e a cidade : ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campi nas: Papirus, 2012.	
GUIMARAES, S. Didática e prática de ensino de história : experiências, reflexões e aprendizados. Campi nas: Papirus, 2011.	
CATELLI JUNIOR, R. Temas e linguagens da história : ferramentas para a sala de aula no ensino médio. São Paulo: Scipione, 2009.	
CONSANI, M. Como usar o rádio na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2010.	
KARNAL, L. História na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2010.	
PINSKY, C. B. Novos temas nas aulas de história . São Paulo: Contexto, 2010.	

SILVA, M.; GUIMARÃES, S. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido.** São Paulo: Papirus, 2012.

9º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas VIII	Carga horária: 60 horas
Ementa	
<p>Conceitos estruturadores discutidos no campo das Ciências Sociais, e que compõem os eixos temáticos da Sociologia no ensino médio. Os temas, conceitos e questões dos diferentes campos de conhecimento das Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Promover o debate sobre o conjunto de temas, conceitos e teorias que servirão de referencial para o ensino das ciências sociais. Objetivos específicos: Compreender os conceitos de cultura, etnicidade, diversidade cultural, multiculturalismo, Estado, poder, ideologia, governo, democracia, cidadania, classe, estrutura social, trabalho, instituições sociais, pobreza e desigualdades sociais. Subsidiar os alunos com aportes teóricos que serão utilizados durante o processo de elaboração de propostas didáticas de ensino no campo das Ciências Sociais.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. CUCHE, D.; PEREIRA, M. S.; GANDRA, F. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002. DOMINGUES, J. M. Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa. Belo Horizonte, MG UFMG, 2004. GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. VILA NOVA, S. Introdução a sociologia. São Paulo, SP: Atlas, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. DE BARROS LARAIA, R. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. FERES JUNIOR, J. Teoria política contemporânea: uma introdução. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. GENTILI, P. et al. Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. MARTINS, J. S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. SANTANA, M. A. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.</p>	

Identificação do Componente	
Filosofia Política	Carga horária: 60 horas
Ementa	

Exame de categorias recorrentes no debate sobre questões que concernem às relações entre indivíduo e sociedade. Os sentidos de democracia, poder, soberania e governos.

Objetivos

Objetivo geral:

Determinar a natureza da investigação filosófica no campo da política.

Objetivos específicos:

Identificar as principais questões da filosofia política.

Caracterizar o poder e as diferentes formas de justificação da autoridade política e as formas de governo.

Problematizar a liberdade e igualdade em relação com a democracia.

Caracterizar as questões centrais da atualidade para a filosofia política ao nível mundial: cidadania, nacionalismo e multiculturalismo, entre outras.

Referências Bibliográficas Básicas

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Ed Unb, 1988.

HOBBS, T. **O Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Porto Alegre: L&P, 2010.

QUIRINO, C. G. **O pensamento Político clássico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEFFORT, F. C.(Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBBS, T. O. **De Cive**. Elementos Filosóficos a Respeito do Cidadão. Petrópolis: Vozes, 1993.

KANT, I. **A Paz Perpétua**. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Metafísica dos Costumes**: a Doutrina do Direito. São Paulo: Edipro/USP, 2003. (Introdução, Parte I: Direito Privado (§ 1-9,15) Parte II: Direito Público)

LOCKE, J. **Segundo tratado do governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

_____. **Segundo Tratado do Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PLATÃO. **República**. Lisboa: Gulbenkian, 1993.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SPINOZA, B. **Tratado Teológico**. Madrid: Alianza, 1986.

Identificação do Componente

Fronteira, Região e Sociedade

Carga horária total: 60 h

Carga horária teórica: 30h

Prática como componente curricular:
30h

Ementa

A formação das sociedades em regiões de fronteiras. A territorialização transfronteiriça da região Platina e o Mercosul. Formação dos territórios, territorialização e desterritorialização. Fronteira, tranfonteirização e regiões transfonteiriças. Relação entre

o local e o global. Definição de Sociedade, sociedade civil, governo e Estado.	
Objetivos	
Objetivo geral: Proporcionar um corpo conceitual e teórico que possibilite a compreensão das dinâmicas das sociedades em regiões de fronteira em um mundo globalizado.	
Objetivos específicos: Refletir sobre a dinâmica das relações de fronteira na região do Mercosul, na Tríplice Fronteira, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Discutir os conceitos de território, territorialização, região, fronteira e transfronteiriço. Estabelecer as relações entre o local e o global e vice-versa.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BENTO, F. R. Fronteiras em movimento . Jundiaí, Paco Editorial: 2012.	
BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.	
COSTA, R. H. da. O mito da desterritorialização . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.	
MARTINS, R. G. O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas) . Coimbra: Almedina, 2008.	
PEREIRA CARNEIRO, C. Fronteiras irmãs: transfronteirizações na bacia do Prata . Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.	
Referências Bibliográficas Complementares	
COLVERO, R. Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: UPF, 2004.	
PANIAGUA, E. R. M. Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864) . Alegrete, RS: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.	
MARCHI, J. J. Plano estratégico de desenvolvimento da região fronteira oeste. (2010 – 2020) . Passo Fundo: Passografic, 2010.	
MOSCOVICI, S. A invenção da sociedade: sociologia e psicologia . Petrópolis, Vozes:2011.	
JARDIM, D. F. Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.	
TEIXEIRA, E. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã . São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP: Salvador, UFBA, 2001.	

Identificação do Componente	
História Moderna	Carga horária: 30 horas
Ementa	
A Idade Moderna. A ruptura do Feudalismo e o processo de transição. Os processos sociais, culturais e econômicos até o advento do capitalismo.	
Objetivos	
Objetivo geral: Compreender as mudanças, permanências e rupturas na História Moderna e o processo de transição do feudalismo para o capitalismo.	
Objetivos específicos: Destacar a complexidade do período histórico e as diversas possibilidades de	

entendimento da realidade política, econômica e social do período até o início do capitalismo.

Evidenciar a dinâmica da sociedade europeia ocidental.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BURCKHARDT, J. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.

BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

HOBSBAWM, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2008. Referências

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo, SP: L & PM, 1998.

PIRENNE, H. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

Identificação do Componente

Metodologia das Ciências Humanas II

Carga horária total: 90h

Carga horária teórica: 60 h

Prática como componente curricular: 30h

Ementa

Os pressupostos teóricos e as práticas que envolvem as metodologias de ensino e aprendizagem das Ciências Humanas na educação básica, com ênfase nas metodologias ativas, participativas, cooperativas. Projetos de pesquisa e ensino interdisciplinar. Planos de aula para a educação básica na perspectiva das metodologias ativas, participativas e cooperativas.

Objetivos

Objetivo Geral:

Compreender os diversos pressupostos teóricos e as decorrentes atividades práticas que envolvem as metodologias de ensino e aprendizagem das Ciências Humanas na educação básica.

Objetivos específicos:

Conhecer as metodologias ativas, participativas e cooperativas como formas de práticas educativas nas Ciências Humanas.

Conhecer os procedimentos metodológicos propostos pela pedagogia tradicional.

Compreender a relação entre as metodologias e a prática de ensino na educação básica.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. **PCN + Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos**

<p>Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em junho de 2018.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>OLIVEIRA, P. S. Metodologia das ciências humanas. São Paulo: Ed. Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 2001.</p> <p>RANGEL, M. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas. Campi nas: Papyrus, 2010.</p>
<p>Referências Bibliográficas Complementares</p> <p>MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa. Brasília: Editora da UnB, 1999.</p> <p>NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A.(coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: D. Quixote. IIE, 1992.</p> <p>SAINT-ONGE, M. O ensino na escola: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.</p> <p>DIAZ B.; JUAN, E. Estratégias de ensino-aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>SAINT-ONGE, Michel. O ensino na escola: O que e como se faz. São Paulo, SP: Loyola, 2001. WISKE, M. S. [et al.]. Ensino para a compreensão: a pesquisa na prática. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.</p> <p>WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2009.</p>

Identificação do Componente	
Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas III – História e Sociologia	<p>Carga horária: 150 horas</p> <p>Carga horária teórica: 90 horas</p> <p>Carga horária prática: 60 horas</p>
Ementa	
O exercício da docência nos componentes curriculares de História e Sociologia no Ensino Médio. Diagnóstico da(s) turma(s), observação, planejamento, realização, avaliação e análise do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral:</p> <p>Participar de forma sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação escolar sob orientação de um docente do curso e supervisão de um professor da educação básica.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Adquirir e ampliar conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;</p> <p>Desenvolver competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais necessários à formação do professor;</p> <p>Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BRIDI, M. A. Ensinar e aprender sociologia no ensino médio. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>CATELLI JUNIOR, R. Temas e linguagens da história: ferramentas para a sala de aula no ensino médio. São Paulo: Scipione, 2009.</p> <p>DOLLE, J. Princípios para uma pedagogia científica. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.</p> <p>GUIMARAES, S. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campi nas: Papyrus, 2011.</p>	

NIKITIUK, S. Repensando o ensino de História . São Paulo: Cortez, 2012.
Referências Bibliográficas Complementares
BITTENCOURT, C. O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2010.
DURKHEIM, E. Educação e sociologia . Petrópolis: Vozes, 2011.
FARIA, M. A. O. Como usar o jornal na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2011.
HOFFMANN, J. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade . Porto Alegre: Mediação, 2012.
OLIVEIRA, I. B. Alternativas emancipatórias em currículo . São Paulo: Cortez, 2007.
PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e geografia . São Paulo: Cortez, 2011.
SCURO NETO, P. Sociologia ativa e didática: um convite ao estudo da ciência do mundo moderno . São Paulo: Saraiva, 2009.

10º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Teoria das Ciências Humanas IX	Carga horária: 60 horas
Ementa	
O estudo de autores e vertentes filosóficas do período moderno.	
Objetivos	
Objetivo geral: Apresentar os autores e vertentes filosóficas do período moderno da filosofia ocidental. Objetivos específicos: Discriminar o universo de interesse da filosofia moderna nas suas correntes principais. Reconhecer e abordar criticamente as posições teóricas e práticas do esclarecimento europeu, bem como as doutrinas centrais do racionalismo e do empirismo nos autores Descartes, Locke e Hume. Introduzir a filosofia crítica de Kant especificando as questões-chave elaboradas pelo seu pensamento.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DESCARTES, R. Meditações metafísicas . São Paulo: Martins Fontes, 2011.	
KANT, I. Crítica da razão pura . São Paulo: Martin Claret, 2009.	
HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano . São Paulo: UNESP, 2003.	
HOTTOIS, G. Do renascimento a pós-modernidade: uma história da filosofia moderna e contemporânea . Aparecida: Ideias e Letras, 2008.	
LEIBINIZ, G. W. Discurso de metafísica e outros textos . São Paulo: Martins Fontes, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BELSWAN, C.; KEMP, G. (Orgs.). Filósofos modernos . Porto Alegre: Artmed, 2010.	
BRÉHIER, É. História da filosofia moderna . São Paulo: Mestre Jou, Tomo II (A filosofia Moderna), 1997.	
HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade . Lisboa: Dom Quixote, 1998.	
LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano . São Paulo: Martins Fontes, 2010.	
SCRUTON, R. Uma breve história da filosofia moderna: de Descartes a Wittgenstein . Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2008.	

Identificação do Componente	
Tópicos de História da Filosofia II	Carga horária: 60 horas
Ementa	
O estudo de autores e vertentes filosóficas do período contemporâneo.	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: Apresentar os autores, problemas e vertentes filosóficas do período contemporâneo.</p> <p>Objetivos específicos: Identificar autores, problemas e vertentes da filosofia da ciência na segunda metade do séc. XIX: a mudança o conceito clássico de ciência, cientificismo e novas concepções de ciência. Introduzir a filosofia analítica: Frege, Russell, Moore e Wittgenstein. Identificar temas, problemas e soluções na tradição da filosofia como análise da linguagem através de Wittgenstein, Ryle e Austin. Explorar a filosofia dialética: materialismo histórico, o conceito de ideologia e a antropologia dialética; o marxismo ocidental: G. Lukács, Escola de Frankfurt, Sartre e Castoriadis. Introduzir Husserl e o movimento fenomenológico, bem como a fenomenologia e o existencialismo.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>HEIDEGGER, M. Ser e tempo. Bragança Paulista: Editora Universitária, 2006.</p> <p>HOTTOIS, G. Do renascimento a pós-modernidade: uma história da filosofia moderna e contemporânea. Aparecida: Ideias e Letras, 2008.</p> <p>HUSSERL, E. A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução a filosofia fenomenológica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.</p> <p>MARX, K. A ideologia alemã: Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006.</p> <p>SARTRE, J. P. O ser e o nada. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ADORNO, T. W. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.</p> <p>ADORNO, T. W. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p> <p>CASSIRER, E. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana.</p> <p>HEIDEGGER, M. Ser e tempo. Bragança Paulista: Editora Universitária, 2006.</p> <p>COMTE, A. Curso de Filosofia Positiva. São Paulo: Abril Cultural, 1981. (Col. Os Pensadores).</p> <p>LÉVINAS, E. Humanismo do outro homem. Petrópolis, RJ: 1993.</p> <p>VOLTAIRE. A filosofia da história. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>PASSMORE, J. 100 anos de filosofia. Madrid: Alianza Universidad. 1981.</p> <p>SCHNÄDELBACH, H. La filosofía en Alemania, 1831-1933. Madrid: Catedra, 1991.</p>	

Identificação do Componente	
Geografia do Brasil: sociedade e espaço	Carga horária: 30 horas
Ementa	
Estudo do quadro natural e as transformações nele provocadas pela ação humana e sua relação com as diferentes formas de ocupação. Organização e aproveitamento econômico do espaço brasileiro. Estudo da composição, estrutura e dinâmica da população brasileira.	

Objetivos	
Objetivo geral: Compreender as interações entre elementos do ambiente e da sociedade na formação da paisagem do território brasileiro.	
Objetivos específicos: Analisar os diferentes domínios naturais e seu estado de preservação/destruição e possibilidades de regeneração. Analisar as estruturas e a produção, visando a compreender as diferentes formas de organização do espaço brasileiro. Analisar a dinâmica da população brasileira e a organização espacial construída na sua relação com o ambiente.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável . Porto Alegre: EDUFRGS, 1997.	
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.	
ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil . 6. ed. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2011.	
SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos . São Paulo: editora da USP, 2008.	
_____. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoções . São Paulo: EDUSP, 2012.	
_____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.	
SOUZA, M. L. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios . São Paulo: Contexto, 2012.	
TEIXEIRA, F. M. P. História concisa do Brasil . São Paulo: Global, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . São Paulo: Ateliê, 2012.	
COSTA, W. M. O Estado e as Políticas territoriais no Brasil . São Paulo: Contexto, 1997.	
RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	
SANTOS, M. O espaço do cidadão . São Paulo: Edusp, 2007.	
_____. A urbanização brasileira . São Paulo: Edusp, 2005.	

Identificação do Componente	
História Contemporânea	Carga horária: 30 horas
Ementa	
A formação e consolidação do capitalismo. Os Estados Nacionais. Os movimentos sociais do século XIX. O colonialismo, o neocolonialismo e a expansão imperialista. A crise do sistema capitalista. A revolução Russa. A 1ª Guerra Mundial, a 2ª Guerra Mundial. Os regimes totalitários. A guerra fria.	
Objetivos	
Objetivo geral: Apresentar os principais elementos que compõem a história contemporânea.	
Objetivos específicos:	

Compreender o processo histórico na formação do mundo contemporâneo.
 Problematizar as categorias conceituais como capitalismo, classe, autoritarismo, fascismo, nazismo, colonialismo, imperialismo.
 Analisar história contemporânea europeia e os reflexos e desdobramentos nos demais continentes.

Referências Bibliográficas Básicas

ARENDR, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
 Forense Universitária, 2013.
 HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2011.
 HECKER, A. **Revolução russa: uma história em debate**. São Paulo, SP: Expressão e Arte, 2007.
 HOBBSAWM, E. J. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
 HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglês ao Imperialismo**. Rio de Janeiro:
 KNIGHT, A. **Como começou a guerra fria**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
 VOVELLE, M. **Combates pela revolução francesa**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BROUË, P. **União Soviética: da revolução ao colapso**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
 HOBBSAWM, E. J. **O Mundo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2000.
 MILMAN, L.; VIZENTINI, P. F. **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: CORAG, 2000.
 SERGE, V. **O Ano I da Revolução Russa**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
 TROTSKI, Leon. **A Revolução de Outubro**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

Identificação do Componente

Trabalho de Conclusão do Curso II – TCC II	Carga horária: 30 horas
--	-------------------------

Ementa

Orientação para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Aportes teóricos e metodológicos. A trajetória de pesquisa e os seus problemas como parte da construção do TCC. Apresentação pública diante de banca no final do semestre.

Objetivos

Objetivo geral:

Capacitar o acadêmico no processo de pesquisa e produção acadêmica através da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.

Objetivos específicos:

Qualificar o trabalho acadêmico através de orientação ao longo do semestre.

Criar condições para que a pesquisa desenvolvida possa ser apresentada e defendida frente a uma banca.

Referências Bibliográficas Básicas

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
 GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de Método na construção da Pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
 KAHLMEYER-MERTENS; R. FUMANGA, M.; TOFFANO, C. B.; SIQUEIRA, F. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
 LAKATOS, E.; M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. São

Paulo: Atlas, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
BRZEZINSKI, I.; ABBUD, M, L. M.; OLIVEIRA, C. C. de. **Percursos de Pesquisa em Educação**. Ijuí: Unijuí, 2007.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: Fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

MANUAL DE NORMALIZAÇÃO PARA TRABALHOS ACADÊMICOS DA UNIPAMPA. Disponível em:

<<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

Identificação do Componente

Estágio Curricular Supervisionado em ensino de Ciências Humanas IV – Geografia e Filosofia	Carga horária: 150 horas Carga horária teórica: 90 horas Carga horária prática: 60 horas
--	--

Ementa

O exercício da docência nos componentes curriculares de Filosofia e Geografia no Ensino Médio. Diagnóstico da(s) turma(s), observação, planejamento, realização, avaliação e análise do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido.

Objetivos

Objetivo geral:

Participar de forma sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação escolar sob a orientação de um docente do curso e supervisão de um professor da educação básica.

Objetivos específicos:

Adquirir e ampliar conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;

Desenvolver competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais necessários à formação do professor;

Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

Referências Bibliográficas Básicas

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campi nas: Papyrus, 2012.

DOLLE, J. **Princípios para uma pedagogia científica**. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.

GALLO, S.; DANELON, M.; CORNELLI, G. **Ensino de filosofia: teoria e prática**. Ijuí: UNIJUI, 2004.

GHEDIN, E. **Ensino de Filosofia no ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2009.

PASSINI, E. Y. **Prática de ensino de Geografia**. São Paulo: Contexto, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

CEPAS, F.; OLIVEIRA, P. R. (Orgs). **Ensino de filosofia: formação e emancipação**. Campinas: Alinea, 2009.

CONSANI, M. **Como usar o rádio na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

FARIA, M. A. O. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, M. **Como usar a música na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do ensino de história e geografia**. São Paulo: Cortez, 2011.

2.6. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida por ele mesmo, por meio da escolha de componentes curriculares complementares e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares.

Em relação ao percurso de formação, conforme consta no item 2.3.1, o aluno tem a possibilidade de cursar componentes curriculares complementares à sua escolha, dentro da carga horária exigida. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima e, também, na capacidade do aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse.

Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais (ver item 2.3.1.1), estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o presente projeto prevê a valorização dos saberes adquiridos fora do contexto universitário. Nesse sentido, alunos que já atuam em atividades docentes podem solicitar aproveitamento de parte da carga horária relativa aos componentes curriculares de estágio curricular. Os estudantes também podem realizar estágios não obrigatórios conforme as normas estipuladas pela Resolução 20 de 2010 (UNIPAMPA, 2010).

O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a

possibilidade de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão está presente de forma sólida no curso de Ciências Humanas- Licenciatura, fortalecidos por políticas de fomento de tais atividades, como Programa PET, PIBID, Residência Pedagógica e PDA.

O **PET** (Programa de Educação Tutorial) é um programa de longo prazo que visa realizar, dentro da universidade brasileira, o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, além de um incentivo à melhoria da graduação, o PET pretende estimular a criação de um modelo pedagógico para a universidade, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O Programa é composto por grupos tutorais de aprendizagem e busca propiciar aos alunos, sob a orientação de um professor tutor, condições de realização de atividades extracurriculares, que complementem a sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente às necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular. Espera-se, assim, proporcionar a melhoria da qualidade acadêmica dos cursos de graduação apoiados pelo PET.

As atividades extracurriculares que compõem o Programa têm como objetivo garantir aos alunos do curso oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional quanto para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação. O PET desenvolvido na UNIPAMPA, campus São Borja, tem enfoque na história da África, envolvendo uma média de dez alunos bolistas e um docente responsável.

O **PIBID** é um programa do governo federal promovido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que dentre seus objetivos busca inserir os licenciados no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

As atividades do Pibid na Unipampa São Borja iniciaram em março de 2014 e encerram-se em fevereiro de 2018. O grupo é composto por 35 bolsistas, sendo 30 acadêmicos de iniciação à docência (ID), 5 professores de educação básica atuando como bolsistas supervisores nas escolas e dois bolsistas coordenadores vinculados ao Curso de Ciências Humanas – Licenciatura.

O **Programa Residência Pedagógica** é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

A Residência Pedagógica, articulada aos demais programas da Capes compõem a Política Nacional, tem como premissas básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos, habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica. O curso de Ciências Humanas – Licenciatura possui 24 alunos bolsistas no programa, coordenado por um docente. O projeto desenvolvido tem ênfase em Geografia e História no ensino fundamental, sendo executado em escolas públicas do município.

Além de tais programas, o corpo docente do Curso executa projetos de pesquisa, ensino e extensão com a apoio de agências de fomento institucionais, como o PDA e externas, como FAPERGS, CNPQ. Esses projetos contribuem para o desenvolvimento local e regional, assim como para a formação plena dos acadêmicos. Como exemplo, no ano de 2018, o curso contava com tais projetos:

Ensino

Acolhida Pedagógica e Social aos Acadêmicos Ingressantes da UNIPAMPA campus São Borja

Coordenador: Muriel Pinto

Período: 19/01/2018 - 15/08/2018

Formação inicial de professores em Ciências Humanas

Coordenador: Andrea Becker Narvaes

Período: 03/04/2018 - 10/12/2018

Monitoria em Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Humanas III e Etnicidade e Cultura Brasileira

Coordenador: Nola Patrícia Gamalho

Período: 02/05/2018 - 31/12/2018

Projeto armário do escambo 2017/2018
 Coordenador: Hamilton de Lima e Souza
Período: 11/02/2017 - 22/12/2018

UNIPAMPA: a evasão no curso de Licenciatura em Ciências Humanas
 Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero
 Período: 01/03/2018 - 31/12/2018

Pesquisa

Conhecendo a destinação dos resíduos urbanos do Município de São Borja.□
 Coordenador: Carmen Regina Dorneles Nogueira
 Período: 02/05/2018 - 30/12/2018

A navegação fluvial e lacustre na província de São Pedro do Rio Grande do Sul oitocentista. Territorialidades, redes econômicas, sociais e políticas. 1850-1889.
 Coordenador: Edson Romario Monteiro Paniagua
 Período: 01/03/2018 - 01/03/2022

A realidade educacional de São Borja-RS: Indicadores das escolas públicas municipais
 Coordenador: Evandro Ricardo Guindani
 Período: 01/11/2017 - 31/12/2018

Cartografia social e paisagens híbridas no bairro do Passo □São Borja (RS).
 Coordenador: Nola Patrícia Gamalho
 Período: 01/05/2018 - 31/12/2018

Elitismo e autoritarismo: uma análise prosopográfica da elite política são-borjense (1964-1988)
 Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero
 Período: 01/04/2018 - 31/12/2018

Integração em região de fronteira: análise do conteúdo (direitos concedidos) e do processo de implantação do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, promulgado pelo Decreto n. 8.636/
 Coordenador: Lisianne Pintos Sabedra Ceolin
 Período: 25/05/2018 - 25/05/2019

Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz: avaliação e monitoramento
 Coordenador: Adriana Hartemink Cantini
 Período: 12/03/2018 - 18/12/2018

O cenário político-partidário no Rio Grande do Sul pós-ditadura militar: continuação ou reformulação?

Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero
Período: 01/08/2017 - 31/07/2018

O cenário político-partidário no Rio Grande do Sul pós-ditadura militar: continuação ou reformulação?

Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero
Período: 01/08/2018 - 31/07/2019

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Um Estudo sobre a Formação Docente e a atuação na Geografia Escolar

Coordenador: Claudete Robalos da Cruz
Período: 07/08/2018 - 07/08/2019

Operação Condor: métodos da repressão e instituições de lesa-humanidade.

Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero
Período: 01/03/2018 - 31/12/2018

Perfil do estudante ingressante da UNIPAMPA Campus São Borja no ano de 2018

Coordenador: Gilvane Belem Correia
Período: 01/04/2018 - 31/12/2018

Políticas educacionais transfronteiriças: um estudo nas cidades gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé- Argentina

Coordenador: Muriel Pinto
Período: 01/03/2018 - 31/12/2018

POR UMA EDUCAÇÃO HOLÍSTICA

Coordenador: LEANDRO LUIZ LIED
Período: 01/03/2018 - 01/03/2020

Quem são eles? Uma prosopografia da elite política são-borjense (1889-1964)

Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero
Período: 01/08/2017 - 31/07/2018

Quem são eles? Uma prosopografia da elite política são-borjense (1889-1964)

Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero
Período: 01/08/2018 - 31/07/2019

Valores Morais, Sexualidade e Gênero

Coordenador: Lauren de Lacerda Nunes
Período: 09/10/2017 - 31/12/2018

Conhecendo a destinação dos resíduos urbanos do Município de São Borja.□

Coordenador: Carmen Regina Dorneles Nogueira
Período: 12/03/2018 - 12/12/2018

Extensão

Admirável Mundo Novo: quebrando paradigmas através da educação

Coordenador: Ronaldo Bernardino Colvero

Período: 01/04/2018 - 31/12/2018

Conhecendo a Unipampa [edição 2018

Coordenador: William de Souza Bernardes

Período: 03/04/2018 - 31/08/2018

História, Cultura e Identidade Afro-indígena na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.
A formação de professores da educação básica na rede de ensino pública municipal de São Borja [2018

Coordenador: Edson Romario Monteiro Paniagua

Período: 01/03/2018 - 31/12/2018

II Ciclo de Debates do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira

Coordenador: Adriana Hartemink Cantini

Período: 12/03/2018 - 10/12/2018

LEME: oficinas preparatórias para o ENEM

Coordenador: Lauren de Lacerda Nunes

Período: 01/04/2017 - 01/04/2020

LIBRAS: UM ENCONTRO COM A ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR,
AUXILIANDO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Coordenador: Luciane Martins Christino

Período: 04/04/2018 - 31/12/2018

PampaStock : A música te leva a um mundo de conhecimentos.

Coordenador: Cesar Beras

Período: 01/01/2018 - 15/12/2018

Produção do documentário sobre a história de vida da Maria Luisa

Coordenador: Andrea Becker Narvaes

Período: 30/10/2017 - 01/07/2018

Produção Legislativa no Município de São Borja e as políticas públicas para as mulheres

Coordenador: Sara Epticio

Período: 01/03/2018 - 01/03/2020

Sessão Pipoquinha

Coordenador: Alexandre Rossato Augusti

Período: 24/03/2018 - 21/12/2018

RECICLANDO O DIA A DIA [Promovendo a cidadania]

Coordenador: Carmen Regina Dorneles Nogueira
Período: 12/03/2018 - 12/12/2018

RECICLANDO O DIA A DIA [Promovendo a cidadania]

Coordenador: Carmen Regina Dorneles Nogueira
Período: 02/05/2018 - 30/12/2018

3. RECURSOS

3.1 CORPO DOCENTE

Os docentes, com sua respectiva formação que compõe o quadro do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura são:

Nome	Graduação	Mestrado	Doutorado	Tempo de Experiência no ensino Superior	Tempo de experiência no ensino básico
Adriana Hartemink Cantini	Direito	Educação	Direito	20 anos	6 anos
Anderson Pereira Corrêa	História	História	-	2 anos	15 anos
Andréa Becker Narvaes	Ciências Sociais	Educação	Educação	23 anos	3 anos
Camila de Almeida Silva	História	História		1 ano	
Carmen R Dorneles Nogueira	Geografia	Geografia	Geografia	31 ano	13 anos
Claudete Robalos da Cruz	Geografia	Geografia	Educação	3 anos	2 anos
Domingos Sávio Campos de Azevedo	Comunicação Social	Comunicação	Engenharia da Produção/Ciência Política	20 anos	
Edson Romário Monteiro Paniágua	História	História	História	16 anos	13 anos
Evandro Ricardo Guindani	Filosofia	Ciências da Religião	Educação	15 anos	3 anos
Gerson Oliveira	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia	1 ano	1 ano e 7 meses
Janilton Fernandes Nunes	Arquivologia	Mestrado em Patrimônio Cultural.	Doutorado em História - Cursando	3 anos	
Juliana Lima Moreira Rhoden	Psicologia	Ciências da Linguagem	Doutorado em educação - cursando	16 anos	

Keli Krause	Letras/LIBRAS e Sistemas de Informação	Mestrado em Ciências Sociais-Cursando		4 anos	10,5 anos
Lauren de Lacerda Nunes	Filosofia	Filosofia	Filosofia	7 anos	1 ano e 2 meses
Lisianne Pintos Sabedra Ceolin	Ciências Jurídicas e Sociais	Direito	Direito	11 anos	
Muriel Pinto	Geografia	Desenvolvimento Regional	Geografia	4 anos	2 anos
Nola P Gamalho	Geografia	Geografia	Geografia	3 anos	1 ano e 6 meses
Rafael Bruno	Ciências Sociais	Ciências Sociais	Sociologia	2 anos	
Ronaldo Bernardino Colvero	Estudos Sociais e História	História	História	16 anos	19 anos
Victor Silva de Oliveira	Geografia	Desenvolvimento Regional	Geografia	1 ano	
Willian da Motta Brum	Educação Física e LIBRAS	-	-	4 anos	13 anos
Yáscara M N Koga Guindani	História	Educação	Educação	12 anos	1 anos

3.2 CORPO DISCENTE

O Discente também conta com o atendimento pedagógico que acontece por meio do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). À disposição do discente também está o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), através do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), que atende aos aspectos referentes à infraestrutura e aos recursos didáticos bem como às questões inerentes à acessibilidade. O NuDE conta com uma equipe formada por uma Pedagoga, um Técnico de Assuntos Educacionais e um Assistente Social.

O NuDE trabalha a partir das demandas apresentadas na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino/aprendizagem bem como o acesso e permanência na instituição. O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) está incluído na composição da Coordenação Acadêmica do Campus, em conformidade com o item III do Art. 76 dentro do Regimento Geral da UNIPAMPA.

A UNIPAMPA possui sólida política de Assistência Estudantil, a qual, por meio de suas ações, visa criar condições para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na Instituição, de forma a atender a comunidade universitária multicampi na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme descrito na Resolução n. 84, de 30 de outubro de 2014, do CONSUNI.

As ações dessa política institucional obedecem aos princípios da inclusão social, da isonomia nos processos de seleção, da garantia dos direitos da comunidade discente e da autonomia política nas instâncias consultivas e deliberativas da Universidade.

As finalidades da Assistência Estudantil são: I. inclusão universitária, na perspectiva da igualdade de direitos ao atendimento das demandas dos discentes, proporcionando o acesso de estudantes e a continuidade dos estudos a todos os alunos de graduação, incluindo igualmente os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao Ensino Superior Público; II. democratização das informações sobre o acesso e as finalidades potencializadoras dos planos, programas, projetos, benefícios e ações de assistência estudantil; III. equidade na atenção aos educandos, considerando as especificidades dos programas e da estrutura multicampi da UNIPAMPA; IV. compromisso de apoio às formas de participação da comunidade universitária e de organização dos educandos, de acordo com o Estatuto da Universidade; V. redução do tempo médio de permanência dos estudantes na graduação, implementando ações que favoreçam a permanência deles na Universidade até a conclusão do Curso.

Os objetivos da Assistência Estudantil consistem em: I. articular o ingresso dos estudantes na Universidade, em articulação com as demais políticas institucionais; II. identificar necessidades e propor planos, programas, projetos e ações de apoio à comunidade universitária, em consonância com as demais políticas institucionais que assegurem aos estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico; III. contribuir na redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Quanto aos Programas de Assistência Estudantil, encontram-se os seguintes: I. Plano de Permanência, composto pelos Programas de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, Programa de Moradia Estudantil João de Barro, Programa de Apoio ao

Transporte e Programa de Auxílio Creche; II. Programa de Desenvolvimento Acadêmico; III. Programa de Apoio à Instalação Estudantil; IV. Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos; V. Programa de Ações Afirmativas; VI. Programa Coração de Estudante; VII. Programa de Apoio à Cultura, ao Esporte e à Formação Complementar; VIII. Programa de Mobilidade Acadêmica.

O Plano de Permanência consiste na concessão de benefícios de assistência básica ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando prevenir a evasão e a retenção dele além do tempo necessário para a conclusão do Curso. Seus beneficiários são os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, exceto os casos de trancamento total de matrícula, respeitadas as especificidades, modalidades e/ou disponibilidade de benefícios de cada Programa.

O Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, por sua vez, consiste na concessão de subsídio à alimentação aos estudantes de graduação regularmente matriculados na UNIPAMPA, exceto nos casos de trancamento total da matrícula, com o objetivo de proporcionar refeições saudáveis, com qualidade e a um preço acessível.

Já o Programa de Moradia Estudantil João de Barro consiste na concessão do benefício de moradia aos estudantes de graduação regularmente matriculados na UNIPAMPA, exceto nos casos de trancamento total da matrícula, desde que provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica onde estão vinculados e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O Programa de Moradia Estudantil João de Barro tem como objetivo geral garantir uma estada digna para os estudantes nos dez campi da UNIPAMPA, oportunizando esforços entre a PRAEC e as Unidades de Ensino, no sentido de acolhimento, autonomia e solidariedade aos alunos.

O Programa de Moradia Estudantil tem as seguintes modalidades: I. Alojamento: vaga temporária em alojamento específico, visando acolher aos estudantes ingressantes que provenham de localidades externas à cidade-sede da Unidade Acadêmica onde estão vinculados. II. Vaga na Moradia Estudantil João de Barro: tem o objetivo de proporcionar espaço de acolhimento e moradia temporário e gratuito aos acadêmicos

que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham de municípios externos à cidade-sede do Campus, seja em território nacional ou em área de Fronteira. III. Auxílio-Moradia: repasse de auxílio financeiro que visa contribuir com as despesas de moradia dos acadêmicos que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham municípios externos à cidade-sede do Campus, e que não estejam contemplados nas modalidades dos itens I e II.

No Campus São Borja, a moradia estudantil encontra-se em fase de finalização.

Quanto ao Programa de Apoio ao Transporte, trata-se da concessão de auxílio financeiro aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de contribuir com o deslocamento dos estudantes nas atividades acadêmicas, apresentando-se nas seguintes modalidades: I. Auxílio-Transporte: auxílio financeiro para despesas com transporte na realização de atividades acadêmicas aos estudantes que comprovem residir em zona urbana do município sede do Campus onde estejam vinculados, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. II. Auxílio-Transporte Rural: auxílio financeiro para despesas com transporte na realização de atividades acadêmicas concedido aos estudantes que comprovem residir na zona rural do município sede do Campus onde estejam vinculados, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere ao Programa de Auxílio Creche, cuida-se da concessão de auxílio financeiro aos estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos da rede pública de educação e que possuam filhos em idade até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e (29) vinte e nove dias.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), por sua vez, consiste na concessão de bolsas a acadêmicos, previamente selecionados, para realização de atividades de formação acadêmica nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, constitutivas do perfil do egresso da UNIPAMPA, sendo desprovidas de vínculo empregatício. Suas modalidades são as seguintes: I. Iniciação ao Ensino, com as submodalidades Projeto de Ensino e Monitoria; II. Iniciação à Pesquisa; III. Iniciação à Extensão;

No que se refere ao Programa de Apoio à Instalação Estudantil, por meio de tal iniciativa ocorre a concessão de auxílio financeiro aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade-sede da

Unidade Acadêmica onde estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica.

A UNIPAMPA também conta com o Programa de Apoio à Participação em Eventos, que tem como finalidade incentivar a participação dos estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação em eventos presenciais acadêmicos, esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e de formação complementar, com o objetivo de contribuir no desempenho acadêmico e na formação integral dos estudantes, em consonância com a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

No tocante ao Programa de Ações Afirmativas, a finalidade centra-se em combater no ambiente universitário as desigualdades e as discriminações étnicas, raciais, sociais, as discriminações em razão da deficiência e outras historicamente enraizadas na sociedade e contribuir na institucionalização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com o objetivo de garantir o pleno acesso à educação superior em consonância com a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

Cabe referir, também, o Programa de Saúde Coração de Estudante: Saúde e Cultura, o qual tem como finalidade planejar, coordenar e executar ações de promoção e prevenção da saúde dos universitários em seus múltiplos aspectos, de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como ações e práticas culturais.

A UNIPAMPA conta, ainda, com o Programa de Apoio ao Esporte, ao Lazer e à Formação Complementar, o qual tem por objetivo promover ações integradoras e interculturais com a comunidade universitária, visando incentivar vida saudável aos universitários, de acordo com as ações previstas no PNAES.

Os estudantes também contam com o Programa de Apoio à Mobilidade Acadêmica, que consiste na concessão de auxílio financeiro aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, exceto em casos de trancamento total de matrícula, e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, aprovados em processo de mobilidade acadêmica em instituição de Ensino Superior e que não tenham sido contemplados com bolsas e/ou auxílios nos editais para os quais estejam selecionados.

Imprescindível referir o papel do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NInA, que constitui órgão de natureza institucional, vinculado ao Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Pampa. O NInA é o setor responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA.

A atuação do NInA está voltada para os alunos que apresentam: deficiência na(s) área(s) auditiva, visual, física, intelectual e/ou múltipla; transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e dificuldades específicas de aprendizagem que requeiram Atendimento Educacional Especializado. As ações são desenvolvidas baseando-se nos princípios da colaboração, intersetorialidade e multiprofissionalidade das equipes, alcançando de modo ramificado todas as unidades universitárias (campus) e setores da Reitoria e Pró-Reitorias.

Para tanto, além do grupo de servidores próprios do NInA/Reitoria, o Núcleo conta com uma rede de servidores (Interfaces NInA) nos dez campi. Em cada Campus, os Núcleos de Desenvolvimento Educacional, por meio de suas equipes de trabalho, desenvolvem ações destinadas à inclusão e acessibilidade de alunos e servidores.

Especificamente no Campus São Borja, os recursos de acessibilidade são os seguintes: 1 Impressora braile Juliet Pro; 1 Impressora laser HP M1120 MFP; 2 Netbooks; 8 Mesas acessíveis para cadeiras de rodas; 1 Teclado numérico; 2 Gravadores digitais; 1 Lupa eletrônica ALLADIN; 6 Cadeiras para obesos; 2 Licenças do software leitor de telas Jaws; 1 Scanner “ledor”; Software boardmaker.

A UNIPAMPA assume, em seu Projeto Institucional (2009), a "inclusão universitária plena", referindo-se expressamente ao "acesso de todos, igualmente, incluindo os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao ensino superior público" (p.42). Define ao longo de sua política de ensino e assistência estudantil, estratégias e metas claras de como conduzir o processo educacional para atender as necessidades de aprendizagem das pessoas com deficiência. A educação inclusiva surge como uma via de mão dupla: beneficiam-se as pessoas com deficiência e também os demais alunos e a comunidade acadêmica como um todo, que são favorecidos pela convivência com as diferenças e a valorização dessas diferenças para a formação de uma cultura de acolhimento e respeito à diversidade.

3.3 INFRAESTRUTURA

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. Suas instalações são de construção recente, dividida em dois prédios: Acadêmico, Prédio I onde se encontram as salas de aulas, todas equipadas com projetor de multimídia e computador e os laboratórios. Já no Prédio II encontram-se os setores administrativos, secretaria acadêmica, direção e os gabinetes dos professores. Estes podem acolher até quatro professores por gabinete e são equipados com computadores, mesas e armários individuais.

Ressalta-se que a instituição incentiva à implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende os requisitos mínimos necessários para atividades de ensino, de pesquisa e extensão, na graduação.

O campus de São Borja possui os laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio jornalismo de jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso de Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados que articulados as trajetórias e experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de Ciências Humanas - Licenciatura, constitui-se num “laboratório de multimeios”. Trata-se da capacitação permanente em mídias em educação (TV, cinema, informática, rádio e jornal). Possibilita uma formação interdisciplinar permanente do corpo docente do campus, onde a técnica estará serviço da educação e a educação terá instrumentos técnicos para fazer a transposição didática do conjunto de conhecimentos das respectivas áreas de Ciências Humanas - Licenciatura de forma articulada e sistêmica. Essa dimensão educacional, educação e tecnologias levarão em conta as demandas da comunidade local e regional, principalmente a capacitação e formação permanente dos professores da rede pública municipal e estadual de ensino.

A biblioteca possui, hoje, um espaço de 81,40 m². Todo acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O

empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Os usuários externos poderão realizar somente consultas no local. Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, periódicos e CDROM específicos dos cursos oferecidos no campus de São Borja, além de algumas obras de referência. Por se tratar de uma biblioteca nova (implantação em 2007), o acervo está em constante crescimento. Existe o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, incluindo o Portal IEEE, podendo ser acessados diretamente pelas máquinas distribuídas em todo o campus.

O laboratório de informática possui: 21 computadores (monitor 17", gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado) - 1 projetor + 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware: Processador: Intel Pentium 4 3GHz Memória: 512MB HD: 160GB Gravador CD Software: Sistema operacional (Windows XP Professional) Editor de textos (BR Office) Editor gráfico (CorelDraw) Editor de imagem (Photoshop) Editor de áudio (Sound Forge) Editor de layouts de publicações (PageMaker) Área Física: 56,80 m² Situação: Em funcionamento.

4. AVALIAÇÃO DO CURSO

Para esta avaliação, existe uma comissão de avaliação do curso, composta por 03 (três) representantes do corpo docente, indicados pelo Comissão do Curso; 03 (três) representantes do corpo discente, indicados pelo Diretório Acadêmico do Curso; 03 (três) representantes dos servidores técnico-administrativos.

As atividades da Comissão serão realizadas em consonância com as normas institucionais e as orientações gerais do INEP. Nessa perspectiva, vários instrumentos serão considerados, tais como: seminários de autoavaliação de curso; participação nos exames nacionais de avaliação do MEC; acompanhamento sistemático dos resultados apresentados semestralmente/anualmente a partir dos indicadores alcançados, dentre outras ações. O cruzamento dos dados obtidos subsidiará a construção qualitativa da avaliação numa dimensão processual e sistemática.

No que concerne aos critérios que nortearão a avaliação, são utilizados os indicadores apresentados no SINAES: concepção e objetivos do curso (revisão permanente do projeto pedagógico), perfil do egresso, currículo, metodologia, carga horária, estágio e processo ensino-aprendizagem. É um trabalho bem feito na dimensão da avaliação o que permitirá identificar as fragilidades, os avanços e as perspectivas do Curso, visando às implementações necessárias à sua melhoria.

A avaliação do curso segue também as orientações da CPA tem como papel primordial conduzir os processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (BRASIL, 2004b). A CPA da UNIPAMPA é formada por Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada campus e pelo Comitê Central de Avaliação que reúne representantes dos CLAs na Comissão Central de Avaliação da UNIPAMPA.

O Curso de Ciências Humanas - Licenciatura também propõe um acompanhamento dos egressos por meio de um banco de e-mails onde manterá contato com os mesmos por meio de aplicação de questionários.

5. REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil de Jesus Paes e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **A Constituição Federal (1988)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 02 mai 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.605/2012**, a qual determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112605.htm. Acesso em 02 mai de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.796/2013**, a qual altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. **Resolução nº2**, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf. Acesso em 12 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.795/1999**, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/02, e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008**, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9.394/96)**. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em 02 mai 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639/2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e

Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em 02 mai 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em 12 dez 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pareceres do CNE N° 776/97 e N° 583/2001: orientam para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação**, ressaltando a questão da flexibilidade na organização dos cursos e inter-relação entre teoria e prática. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer_77697.pdf. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n° 003/2004**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Resolução n° 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n° 08/2012 e a Resolução n° 01/2012**, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 492/2001**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n° 01/2002**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em 02 de mai de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n° 02/2002**, que institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 02 de mai 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n° 12, de 13 de março de 2002**, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia, Geografia e

História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES122002.pdf>. Acesso em 02 mai 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2007**, aprovado em 5 de dezembro de 2007. Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pcp009_07.pdf. Acesso em 02 de mai 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015**, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf. Acesso em 02 mai 2018.

BRASIL Ministério da Educação. **PCN + Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em 02 mai 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 12 dez 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em 08 de dez 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.296/2004.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em 10 dez 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.861.** 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em 10 dez 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 15/2005.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf. Acesso em 12 dez 2014

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 6096**. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 10 dez 2014

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.640** 2008 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111640.htm. Acesso em 10 dez 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador** – Documento orientador. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/admin/Desktop/03.documentoorientador_versaofinal.pdf. Acesso em 14 dez 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Parecer CONAES N° 4, de 17 de junho de 2010**. 2010. Disponível em: http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/conaes_parecer_n_4_nde.pdf. Acesso em 10 dez 2014

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.711. 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 10 dez 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: Ideb 2013**. Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 08 dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.005. 2014**. Presidência da República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 10 dez 2014

DELORS, Jacques. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ELLIOT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: PEREIRA, A. (Org.). **Cartografia do Trabalho Docente**. Campi nas: Mercado de Letras do Brasil, ALB, 1998.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campi nas: Papyrus, 1994.

FAZENDA, Ivani Arantes (org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

_____. **Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
[http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja)
[%E3o+Borja](http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja) Acesso em: 07 dez. 2017.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma Teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Trad. Francisco Pereira de Lima. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

GUINDANI, Evandro; KOGA, Yáscara. PAIM, Auri. **O Perfil do professor de educação básica na cidade de São Borja: uma análise acerca dos professores da área de Ciências Humanas**. Relatório de Pesquisa. Edital Fapergs/Unipampa – Probic – 05/2015. Registro no Sippee: 08.001.15. Universidade Federal do Pampa. São Borja-RS. 2016

GUINDANI, Evandro; KOGA, Yáscara; NASCIMENTO; Sandro. **Desigualdades no Estado do Rio Grande do Sul: análise de indicadores sociais e educacionais**. Educação e Fronteiras Online. UFGD. Dourados-MS. Vol.7.n.20. 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/7455/4119>. Acesso em 10 abr 2018

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **A crise das Ciências Humanas**. São Paulo: Cortez Editora, 2012

Jantsch & Bianchetti (2011),

LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos.** São Paulo: Vozes. 1994.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem Significativa.** Brasília: Editora da UnB, 1999.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A.(coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: D. Quixote /IIE, 1992.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: Conceitos e Distinções.** Caxias do Sul, RS. Educs, 2008.

PERRENOUD, Phillipe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas.** Lisboa: Dom Quixote, 1994.

_____. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar.** Porto: Porto, 1995.

_____. **Avaliação: da Excelência à Regulação das Aprendizagens.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Construir as Competências desde a Escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999b.

_____. **Pedagogia Diferenciada.** Porto Alegre: Artmed, 1999c.

_____. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes.** Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-Graduação, Porto Alegre, Universidade Pontifícia do Rio Grande do Sul, Junho, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** PNUD, 2010. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 20 jul. 2014

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular:** Lições do Rio Grande. Vol. II. 2009. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_vol2.pdf. Acesso em 10 fev 2013

SABERNA, Carlos; RAFFAELLI, Rafael. **Psicologia como Disciplina Científica e Discurso sobre a Alma:** Problemas Epistemológicos e Ideológicos Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n1/v8n1a05.pdf>. Acesso em 02 mai de 2018.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como Avaliar?** critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem .Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

STENHOUSE, L. **La Investigación como base de La enseñanza.** Madrid: Ediciones Moratas, S. A.,1987.

TARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TRINDADE, Diamantino, F. **Interdisciplinaridade: Um novo olhar sobre as ciências.** In: FAZENDA, Ivani Arantes (org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

UNIPAMPA. **Resolução N° 20, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010.** Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-20_2010-Normas-para-Est%C3%A1gios.pdf. Acesso em 12 dez. 2014.

UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** 2013. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acesso em: 10 dez. 2014.

UNIPAMPA. **Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa.** 2011. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/documentos/>. Acesso em 12 de dezembro de 2014.

UNIPAMPA. **Resolução N° 29, de abril de 2011.** Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-29_2011-Normas-B%C3%A1sicas-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-Alterada-pela-Res.-782.pdf. Acesso em 23 novembro de 2014.

VIEIRA, F. A autonomia na aprendizagem das línguas. In **Ciências da educação: Investigação e acção**, Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Porto: SPCE, 1995.

WIGGINS, Grant. (1990) **The case for authentic assessment**. In: *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 2(2). Disponível em: <http://PAREonline.net/getvn.asp?v=2&n=2>. Acesso em: 14 abr 2010.

ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores: Ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.